



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 027 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE ABRIL DE 2007 ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democrata		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Luiz Claudio Romanelli</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PSDB</i>	<i>Luiz Nishimori</i>
<i>Democrata</i>	<i>Plauto Miró</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Welter</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PTB</i>	<i>Fábio Camargo</i>
<i>Bloco PPS/PMN</i>	<i>Marcelo Rangel</i>
<i>Bloco PSB/PL/PRB/PV</i>	<i>Reni Pereira</i>

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democrata** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 027

25ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	2
Presenças	2
Abertura da Sessão	3
Expediente:	
Ofícios	3
Indicações	3
Designação	3
Memorando	4
Requerimentos	4
Projetos de Resolução	5
Projetos de Lei	14
Pequeno Expediente:	
Dep. Péricles de Mello	22
Dep. Plauto Miró	24
Dep. Luciana Rafagnin	25
Dep. Professor Luizão	26
Grande Expediente:	
Dep. Jocelito Canto	27

Horário das Lideranças:

Liderança do PT	
Dep. Péricles de Mello	22
Liderança do PMDB	
Dep. Waldyr Pugliesi	30
Liderança do PSDB	
Dep. Ademar Traiano	32
Liderança dos Democratas	
Dep. Elio Rusch	33
Liderança do Bloco PPS/PMN	
Dep. Marcelo Rangel	35
Liderança do Governo	
Dep. Luiz Claudio Romanelli	36
Liderança da Oposição	
Dep. Valdir Rossoni	38

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	39
Discussão / Votação:	
Redação Final	40
2ª Discussão	40
1ª Discussão	41
Requerimentos	42

Encerramento da Sessão51

DIÁRIO Nº 027

25ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA **16ª LEGISLATURA** **ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA** **REALIZADA EM** **11 DE ABRIL DE 2007**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Carlos Simões e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (47).
Ausente o Sr. Deputado Durval Amaral (01).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Elton Welter, Geraldo Cartário e Rui Hara (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 11 de abril de 2007.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estarei ausente da Sessão Plenária no dia 12 de abril, devido à viagem da Comissão de Saúde ao município de Ponta Grossa e municípios da região dos campos gerais.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) MARCELO RANGEL

Indicação

INDICAÇÃO Nº 062/07

SÚMULA:

Pede ao Governador do Estado do Paraná e ao Secretário de Segurança que seja autorizado o funcionamento no 8º Batalhão da Polícia Militar de Paranavaí de Escola de Formação de Soldados - EFS.

Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Secretário de Segurança Pública.

Estimativas dos especialistas em segurança pública são uníssonas ao apontar déficit de 150 (cento e cinquenta) policiais militares no contingente de Paranavaí e região, no entanto, o 8º Batalhão da Polícia Militar (BPM) desse município dispõe de estrutura e oficiais em número suficiente para formar esses soldados, razão pela qual, por meio desta indicação, *pede-se* ao Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Segurança Pública do

Paraná *providências* no sentido de *autorizar* ao Comando Geral da Polícia Militar do Paraná e ao Comando de Policiamento do Interior a iniciar nova Escola de Formação de Soldados - EFS no 8º Batalhão da Polícia Militar de Paranavaí - unidade militar na qual já funcionou uma das melhores EFS do Estado.

Requer-se seja dado *destaque* à esta indicação.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

Há mais de 10 anos não são formados novos soldados no 8º BPM, o qual atende 35 (trinta e cinco) municípios no entorno de Paranavaí e região. Nesse período, vários soldados se desligaram da corporação ou se aposentaram e entraram para a reserva, o que diminuiu sensivelmente o número de policiais militares que trabalhavam no policiamento ostensivo e preventivo nos municípios do noroeste do Paraná.

Em consequência, os índices de violência, tráfico, contrabando, roubo, furtos etc. aumentaram de modo significativo na região e atingiram proporções alarmantes, o que acabou por criar uma atmosfera de permanente insegurança na população.

Diante desse quadro, é urgente fortalecer a presença do estado nessa região, sob a pena de o crime organizado criar raízes e ocupar definitivamente os espaços públicos que compete ao estado proteger.

Designação

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa os Deputados Marcelo Rangel, Ney Leprevost, Douglas Fabrício e Stephanes Júnior para representarem esta Casa de Leis e a Comissão de Saúde Pública, no dia 12 de abril do corrente ano, em visita a instituições hospitalares no município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(aa) NELSON JUSTUS, ALEXANDRE CURI e LUCIANA RAFAGNIN

Memorando

MEMORANDO

Por solicitação da Exma. Deputada Rosane Ferreira, Presidente da comissão de defesa dos direitos da mulher, da criança e do adolescente, informo aos Srs. Deputados que a reunião da Comissão que iria ocorrer no dia 17 de abril foi transferida para o dia 24 do corrente mês, às 10h30, na sala de reuniões das comissões.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) MESA EXECUTIVA

Requerimentos

REQUERIMENTO N° 816

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o adiamento de votação do Projeto de Lei n° 127/07, por uma Sessão.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO N° 819

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para o Projeto de Lei n° 173/07, item 07 da Ordem do Dia, por não ter sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 820

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário votação nominal para o requerimento de autoria da bancada de oposição, que solicita informações da SANEPAR sobre seguros formalizados pela empresa e que foi adiado da Sessão de 10 de abril de 2007.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) WALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO N° 800

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, solicita que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 12 de abril de 2007.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a ausência devido diligências da Comissão de Saúde, junto aos estabelecimentos de Saúde dos campos gerais.

REQUERIMENTO N° 814

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o envio de ofício à Exma. Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, Digníssima Secretária de Estado da Cultura, solicitando a construção de uma biblioteca pública no município de Missal, através do Programa Biblioteca Cidadã.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O município de Missal ainda não possui um local apropriado para abrigar uma biblioteca pública, visando

beneficiar alunos de toda a rede de ensino estadual e municipal, e a população em geral.

Dessa forma, é imprescindível o apoio do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação, na realização dessa importante obra, antiga e justa reivindicação daquela comunidade.

REQUERIMENTO N° 818

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Ministro de Estado da Justiça, Exmo. Sr. Tarso Genro, encaminhando ao mesmo posicionamento da Associação de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância, Juventude e Família do Estado do Paraná, no sentido da manutenção da imputabilidade penal no patamar de 18 anos de idade.

Esse posicionamento deve-se ao fato da real necessidade de implementação de políticas públicas para as crianças e adolescentes, haja vista a impossibilidade de crescimento pessoal enquanto se faz pouco em relação à qualidade da educação neste país.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO N° 802

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de expediente ao Sr. Rogério Walbach Tizzot, Secretário de Obras do Estado do Paraná, para que sejam tomadas providências para a construção de trevo na PR-466, nos acessos ao distrito de Atalaia, no município de Guarapuava e à Marreca dos Índios, reserva indígena no município de Turvo.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que a região composta de agricultores utiliza a PR-466 para transportar suas colheitas e também madeira.

Com a construção do trevo será possível evitar muitos acidentes. Somente neste ano ocorreram dois acidentes fatais, sem contar os acidentes sem vítimas fatais e atropelamentos. É um trecho muito movimentado por caminhões com cargas pesadas que danificam o asfalto, trazendo perigo aos que trafegam na referida PR.

Sendo construído este trevo, toda a população dos municípios de Turvo e Gurapuava serão beneficiados pela facilidade de escoamento da produção de sua região, além de garantir a segurança dos moradores locais e motoristas.

REQUERIMENTO N° 805

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário o envio de expediente ao Governador do Estado e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência, devido a falta de segurança, providências no sentido que seja nomeado um Delegado de Polícia Civil para o município de Imbituva.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO N° 811

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subcreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Luiz Bernardi, Digníssimo Superintendente da Receita Federal no Paraná, solicitando a doação de um ônibus apreendido ao Colégio Estadual Presidente Castelo Branco - Ensino Médio, Normal e Profissional, da cidade de Toledo, para atender a demanda da instituição de ensino que é considerada exemplo para todo o Estado do Paraná, que educa uma clientela de 1465 alunos.

E será muito importante à comunidade escolar o desenvolvimento do Projeto Pé na Estrada, merecedor de apoio e muitos elogios pela iniciativa do colegiado de professores, direção, APMF e alunos, que objetiva visitas técnicas e viagens a diferentes regiões do estado e do país, buscando maior aprendizado e conteúdo explícito à observações, análise e compreensão dos conflitos sociais, econômicos, históricos políticos, culturais e ambientais, sua influência, complexidade, diversidade e implicações na construção da sociedade.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO N° 815

Senhor Presidente:

Osmar Bertoldi, Deputado que o presente subcreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja solicitada à Secretaria Estadual de Saúde a remessa para esta Casa dos documentos/informações que seguem:

O artigo 12 da Lei Federal n° 8689/97, estabelece:

Art. 12. O gestor do Sistema Único de Saúde em cada esfera de governo apresentará, trimestralmente, ao Conselho de Saúde correspondente e em Audiência Pública nas Câmaras de Vereadores e nas Assembleias Legislativas respectivas, para análise e ampla divulgação, relatório detalhado contendo, dentre outros, dados sobre o montante e a fonte de recursos aplicados, as auditorias concluídas ou iniciadas no período, bem como sobre a oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada.

Frente ao exposto solicita:

1) os relatórios detalhados mencionados no artigo 12 da Lei n° 8689/97, referentes aos quatro trimestres de 2006;

2) informações quanto às audiências públicas mencionadas na lei referentes aos quatro trimestres de 2006, com data e horário da realização e a forma de publicidade utilizada para divulgar esses atos;

3) os documentos referentes às convocações dessas audiências públicas.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

Projeto de Resolução

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 008/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Compete à Comissão de Constituição e Justiça, além dos preceitos contidos no Regimento Interno:

I - manifestar-se, através de pareceres conclusivos juridicamente fundamentados, em todas as proposições, analisando em cada uma:

a) a jurisdição;

b) a constitucionalidade;

c) a legalidade;

d) o processo legislativo;

e) a doutrina;

f) a existência de manifestações contrárias a proposta e suas fundamentações;

g) o caráter estrutural, a técnica legislativa e a boa interpretação;

II - apresentar projeto de decreto legislativo suspendendo, atos normativos do Poder Executivo e do Poder Judiciário que exorbitem poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.

III - acompanhar o cumprimento por parte do Governador do Estado, do prazo de promulgação, constante do parágrafo 7º, do artigo 71, da Constituição do Estado, ou existência de veto intempestivo na forma do parágrafo 1º, do mesmo artigo, cientificando imediatamente o Presidente da Assembléia para que se proceda a devida promulgação pelo Poder Legislativo.

IV - solicitar semestralmente, informações sobre proposições de ações diretas de inconstitucionalidades, nos termos dos artigos 111, 112 e 113, da Constituição do Estado.

Art. 2º Compete à Comissão de Finanças, além dos preceitos contidos no Regimento Interno:

I - manifestar-se quanto ao mérito e oportunidade, através de pareceres conclusivos, juridicamente fundamentados, em todas as proposições, inclusive a de outras Comissões, que possibilitem aumento ou redução da despesa pública, analisando toda e qualquer matéria financeira ou tributária, emitindo opinião conclusiva sobre

empréstimos públicos e principalmente sobre a gestão financeira do estado;

II - solicitar informações periódicas sobre a situação financeira do estado, se necessário com o auxílio do Tribunal de Contas, elaborando relatórios semestrais para apresentação em Plenário, devendo ainda:

a) acompanhar a gestão financeira do estado solicitando relatórios financeiros semestrais à Secretaria de Estado da Fazenda, contendo previsões de receita, despesa e o montante das dívidas contratuais;

b) conhecer, se necessário com o auxílio do Tribunal de Contas, o patrimônio imobilizado do estado, fiscalizando quantidades, valores, localização e a destinação de cada um, conhecendo também quais patrimônios constam como garantia de empréstimos e outros contratos, atendendo aos preceitos contidos nos artigos 10, das Disposições Preliminares da Organização do Estado e artigo 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ambos da Constituição do Estado do Paraná, emitindo relatório anual ao Plenário;

c) manifestar-se sobre aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do estado;

d) manifestar-se sobre a dívida pública, abertura e operações de crédito do estado, impondo limites e condições para concessão de garantias do estado;

e) solicitar semestralmente informações sobre o Fundo de Previdência dos servidores públicos civis, elaborando relatórios semestrais, para apresentação em Plenário;

f) solicitar semestralmente informações sobre fundos controlados pelo estado, requerendo dos Gestores balancetes, elaborando relatórios para apreciação do Plenário da comissão;

g) manifestar-se sobre todas as proposições, atendendo aos preceitos contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 3º Compete à Comissão de Orçamento, além dos preceitos contidos no Regimento Interno:

I - apreciar a proposta orçamentária da Assembléia Legislativa, observando as previsões de despesas, elencando programas e projetos a serem implementados enviando para análise e deliberação da Mesa Executiva;

II - emitir parecer sobre o Plano Plurianual do Estado;

III - emitir parecer sobre as Diretrizes Orçamentárias, respeitados os preceitos Constitucionais, a Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Orçamentária Anual;

IV - emitir parecer sobre os Orçamentos Anuais, com base nas indicações da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V - auxiliar as Comissões Permanentes em suas atividades de fiscalização da Execução Orçamentária do Estado, fornecendo os dados necessários para que se proceda o acompanhamento orçamentário, se necessário com o auxílio do Tribunal de Contas;

VI - verificar a compatibilidade das Propostas Orçamentárias, - receita, despesa e dívidas contratuais - enfocando a busca do equilíbrio das contas públicas;

VII - verificar o atendimento dos requisitos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no que concerne a Lei de Diretrizes e Orçamentos anuais;

VIII - manifestar-se nas hipóteses de abertura de crédito, verificando a fonte dos recursos, observando as Diretrizes Orçamentárias;

IX - analisar os dispositivos constantes do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do exercício, envolvendo:

a) treinamento e capacitação dos parlamentares e/ou assessores de gabinete;

b) diagnóstico dos elementos que compõem a LDO;

c) análise comparativa com exercícios anteriores e preparação do substitutivo geral.

X - Estudo da Proposta Orçamentária (LOA) para o exercício, procedendo as seguintes ações:

a) identificação das dotações orçamentárias e dos códigos para cada projeto ou atividade;

b) desenvolvimento e elaboração de três tipos de formulários para apresentação das emendas: Formulário 1 – relativo às emendas a Despesa; Formulário 2 – para emendas ao conteúdo programático; Formulário 3 – para atender às emendas sugeridas ao Texto da Lei;

c) instalação do programa contendo os formulários de apresentação das emendas, nos gabinetes dos Srs.(as) Deputados(as);

d) orientação para acesso ao programa, preenchimento e armazenagem dos arquivos, para entrega das emendas processadas em disquete;

e) elaboração de manual técnico de instruções simplificadas para o uso da equipe técnica dos parlamentares no preenchimento correto dos formulários;

f) prestação de assistência técnica durante todo o processo de elaboração das emendas aos assessores ou responsáveis designados;

g) definir critérios de natureza técnica, junto à Comissão de Orçamento para os procedimentos de análise;

h) emitir os relatórios parciais consolidados que irão compor o substitutivo geral e submetê-los à aprovação da Relatoria e Presidência da Comissão.

XI - Análise dos dispositivos constantes do Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA), envolvendo:

a) diagnóstico da situação atual, indicando carências e potencialidades;

b) exposição das diretrizes, da estratégia e das políticas econômicas financeira e social para o período de governo;

c) objetivos do plano, exposição dos programas e metas respectivas;

d) critérios utilizados na estimativa da receita e fixação de despesas;

e) estimativa dos custos das metas propostas;

f) treinamento e capacitação dos parlamentares e/ou assessores de gabinete;

g) análise comparativa com exercícios anteriores e preparação do substitutivo geral.

XII - Observar e buscar os meios para o cumprimento dos comandos da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00;

XIII - Acompanhar a gestão financeira do estado solicitando relatórios financeiros semestrais da Secretaria de Estado da Fazenda, contendo previsões de receita, despesa e o montante das dívidas contratuais;

XIV - Manifestar-se sobre a dívida pública, abertura e operações de crédito do estado, propondo limites e condições para concessão de garantias.

Art. 4º Compete à Comissão de Tomada de Contas, além dos preceitos contidos no Regimento Interno:

I - manifestar-se conclusivamente quanto as Contas da Assembléia Legislativa, acompanhando a execução orçamentária, os Programas e Projetos previstos nas Leis Diretrizes e Orçamentárias anuais, dando ciência mensal em reunião da Mesa Executiva;

II - julgar anualmente a prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado;

III - apreciar a prestação de contas do Executivo, dando ciência ao Plenário em forma de relatório sintético, se necessário com auxílio do Tribunal de Contas, a cada início de sessão legislativa;

IV - apreciar denúncia, quando apresentada por escrito, da existência de fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados, ou de subsídios não aprovados, encaminhando o resultado da apreciação à Comissão de Fiscalização, para fim de cumprimento dos preceitos contidos no artigo 76, da Constituição do Estado;

V - representar ao Ministério Público nos casos previstos na Lei n.º 8358, de 08 de setembro de 1986, em especial pelo desrespeito aos preceitos contidos no parágrafo 2º, do artigo 1º, da referida Lei Estadual de Licitações.

Art. 5º Compete à Comissão de Agricultura, além dos preceitos contidos no Regimento Interno:

I - solicitar informações sobre a implantação de políticas agrícolas, observando plano e programas, elaborando relatório semestral para apresentação ao plenário da comissão;

II - solicitar a manifestação periódica de organismos representativos da sociedade, vinculados a Agricultura e aos trabalhadores rurais, a fim de obter informações fundamentais a cerca das atividades implementadas pelo estado referentes a sua área temática, colhendo sugestões e críticas;

III - solicitar informações periódicas sobre invasões ou ocupações de fazendas ou unidades agrícolas, por movimentos sociais;

IV - opinar sobre desenvolvimento rural, buscando acompanhar as evoluções econômicas e sociais no campo, envidando esforços no sentido da racionalização do uso e preservação dos recursos naturais;

V - solicitar periodicamente ao Executivo informações sobre projetos, planos e programas e atividades estaduais que visem:

a) orientação, assistência técnica e extensão rural;

b) geração contínua e evolutiva de tecnologia de produção;

c) inspeção e fiscalização da produção, comercialização e utilização de insumos agropecuários;

d) agropecuária assistida;

e) sistemas de seguro agrícola;

f) comercialização, armazenagem, transporte e abastecimento, incluso o sistema de exportação da safra da origem, até o Porto de Paranaguá e outros modais;

g) agroindustrialização de forma regionalizada;

h) planejamento agrícola integrado;

i) benefícios sociais a rurícolas e comunidades rurais;

j) sistemas de irrigação, drenagem, eletrificação e telefonia rural;

k) apoiar ao trabalhador rural em especial ao volante;

l) cadastro técnico rural;

m) qualidade dos rebanhos;

n) qualidade da produção de carne;

o) vigilância sanitária animal e vegetal;

p) agroindustrialização como fator de desenvolvimento sócio econômico;

q) programas de investimentos em pesquisa e criação tecnológica;

r) formação e capacitação de mão de obra, voltada a propiciar condições à instalação de indústrias nos municípios paranaense;

s) plano de incentivo ao comércio urbano e rural.

VI - Solicitar relatórios semestrais da Secretaria de Agricultura sobre suas atividades, contendo dados estatísticos sobre a produção e estimativas de safras, bem como o andamento da execução orçamentária, observando os investimentos do estado no que concerne à sua área temática;

VII - colher periodicamente opiniões junto às entidades de representações classistas afetas à área temática.

Art. 6º Compete à Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, além dos preceitos contidos no Regimento Interno:

I - solicitar informações sobre a implantação de políticas relativas ao comércio, industriais e ao turismo, observando plano e programas, laborando relatórios semestrais para apresentação ao plenário da comissão;

II - solicitar relatórios semestrais da Secretaria de Indústria e Comércio sobre suas atividades;

III - solicitar informações econômicas e de produção de organismos representativos da sociedade, vinculados à Indústria, ao Comércio e ao Turismo do Estado, a fim de obter informações fundamentais a cerca das atividades implementadas pelo estado referentes à sua área temática, colhendo sugestões e críticas;

IV - manifestar-se quanto ao mérito e oportunidade, em todas as proposições relativas à Indústria, Comércio e Turismo, exarando o respectivo parecer;

V - solicitar informações sobre a implantação de políticas de Turismo, bem como a manutenção e execução da legislação vigente por órgãos e instituições públicas e privadas principalmente no que tange a turismo:

- a) rural;
- b) desportivo;
- c) de pesca
- d) de caça
- e) de cidades históricas;
- f) de pólos turísticos;
- g) de turismo religioso;
- h) gastronômico;
- i) artístico;
- j) de parques; rios e lagos
- k) de reservas ecológicas;
- l) de eventos: congressos, seminários e convenções.

IX - Acompanhar a gestão do Fundo Estadual do Turismo - FETUT e demais Fundos vinculados à Secretaria de Turismo; apresentando relatório semestral ao plenário da comissão;

X - enviar esforços para colocar os pontos de atração turística do estado do Paraná nos calendários turísticos nacionais;

XI - solicitar relatórios semestrais da Secretaria de Estado responsável pelo Turismo, indicando suas atividades, previsões futuras, planos, programas, gastos e orçamentos previstos, informando semestralmente o plenário da comissão dos resultados de suas fiscalizações.

Art. 7º Compete à Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais, além dos preceitos contidos no Regimento Interno:

I - manifestar-se quanto ao mérito e oportunidade, em todas as proposições relativas ao MERCOSUL como também sobre temas que envolvam relação entre o estado do Paraná e a área internacional, exarando o respectivo parecer;

II – solicitar informações periódicas junto a Secretaria de Estado vinculada a sua área temática, sobre atividades do estado junto ao MERCOSUL, emitindo relatório semestral para informação do Plenário.

Art. 8º Compete a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, além dos preceitos contidos no Regimento Interno:

I - solicitar periodicamente informações sobre o andamento e execução de obras públicas, verificando o

cumprimento de planos de execução, cronogramas físicos e orçamentários, observando a qualidade dos materiais empregados, avaliando a implantação de projetos, registrando principalmente se os objetivos da obra estão sendo alcançados, elaborando relatórios para apreciação do Plenário da comissão;

II - solicitar informações periódicas sobre a implantação de políticas, planos e programas de transportes, de passageiros e de cargas, compreendendo os sistemas multimodais, como ferrovias, hidrovias, aerovias e vias de rodagem no âmbito do estado do Paraná, observando o cumprimento das legislações vigentes por órgãos, instituições, concessionárias, empresas públicas e privadas, elaborando relatórios para apreciação do Plenário, principalmente no que tange a:

- a) transporte de cargas perigosas;
- b) condições e segurança das rodovias;
- c) segurança no transporte e índices de acidentes;
- d) pedágios, e seus reflexos na economia estadual;
- e) condições e manutenção da segurança do transporte ferroviário;
- f) situação de conservação dos veículos pesados nas estradas;
- g) escoamento de safras agrícolas;
- h) danos ambientais decorrentes da atividade de transportes;
- i) qualidade dos transportes de passageiros;
- j) evolução do transporte urbano e interurbano;
- k) transporte fluvial e de cabotagem;
- l) trânsito;
- m) administração dos Portos de Paranaguá e Antonina;
- n) concessão de serviços públicos, e
- o) logística de transporte.

III - Solicitar informações periódicas sobre a atuação de órgãos, instituições, empresas públicas e privadas concessionárias de comunicações no âmbito de competência do estado do Paraná, verificando o cumprimento das legislações pertinentes, o atendimento dos interesses e das necessidades da população paranaense, elaborando relatórios para apreciação do plenário, o que tange a:

- a) telecomunicações;
- b) rádio amadores;
- c) índices de atendimento das necessidades de telecomunicações do Paraná;
- d) planos de expansão das telecomunicações;
- e) avaliação da disseminação da informática no estado do Paraná;
- f) comunicação de massa;
- g) comunicação digital.

IV - Solicitar à Secretaria de Estado dos Transportes e a Secretaria de Obras relatórios semestrais sobre o andamento das obras no estado;

V - solicitar periodicamente informações às Federações e Associações de Transportes, buscando avaliação e opinião a respeito dos projetos e programas desenvolvidos pelo estado;

VI - solicitar periodicamente informações à ANATEL, sobre as atividades das empresas concessionárias de telefonia fixa e móvel no estado do Paraná, procedendo-se comparação com relatórios enviados pelo PROCON do Paraná;

VII - manifestar-se quanto ao mérito e oportunidade, em todas as proposições relativas à obras públicas, transportes e comunicações, exarando o respectivo parecer.

Art. 9º Compete à Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia, além dos preceitos contidos no Regimento Interno:

I - manifestar-se quanto ao mérito e oportunidade, em todas as proposições relativas à educação, seja na rede pública ou privada de ensino, sobre Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia, exarando o respectivo parecer;

II - solicitar informações periódicas sobre a implantação e manutenção de políticas de educação, observando:

- a) gratuidade de ensino;
- b) ensino profissionalizante;
- c) padrão de qualidade em toda a rede pública de ensino;
- d) ensino pré-escolar e creches;
- e) ensino fundamental;
- f) universalização do ensino médio;
- g) acesso a educação gratuita a portadores de necessidade especial;
- h) Sistema Estadual de Ensino;
- i) Conselho Estadual de Educação;
- j) convênio entre o estado e os municípios na área de Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia;
- k) oferta de vagas e condições físicas compatíveis com a demanda escolar;
- l) programas suplementares de assistência social, à saúde, alimentação, merenda, tratamentos dentários e outros;
- m) gestão e Autonomia das Universidades e recursos necessários ao exercício do ensino superior;
- n) Plano Plurianual de Educação;
- o) Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

III - Solicitar informações periódicas sobre a aplicação anual de, no mínimo, 30% (trinta por cento), da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, para a manutenção do ensino público, na forma do artigo 212, da Constituição Federal, solicitando relatórios semestrais à Secretaria de Educação, informando os resultados ao Plenário, anualmente;

IV - solicitar informações periódicas sobre a política de recursos para a promoção dos esportes amadores;

V - solicitar informações periódicas sobre a implantação de programas e planos na área dos esportes, acompanhando a execução orçamentária, solicitando semestralmente relatórios à pasta estadual responsável pelos esportes, observando:

- a) o apoio e a valorização de novos talentos;

- b) desporto profissional e não profissional;
- c) jogos estudantis regionais e estadual;
- d) construção de instalações desportivas;
- e) desporto para portadores de necessidades especiais;

f) promoção de atividades de abrangência nacional e internacional;

g) política de remuneração e valorização do quadro do magistério.

VI - Solicitar informações periódicas sobre a implantação de programas, projetos e planos na área cultural, acompanhando a execução orçamentária, solicitando relatórios semestrais à respectiva pasta estadual, observando:

- a) manutenção de teatros;
- b) Orquestra Sinfônica do Paraná;
- c) cursos e grupos de teatro;
- d) museus paranaenses;
- e) patrimônio histórico e cultural;
- f) espaços culturais;
- g) incentivos à cultura;
- h) cinema do Paraná;
- i) manutenção de faculdades e escolas de belas artes de nível superior;
- j) políticas de iniciativa à leitura com implantação de novas bibliotecas;
- k) estímulo a implantação de fanfarras pelas comunidades escolares.

Art. 10. Compete à Comissão de Segurança Pública, além dos preceitos contidos no Regimento Interno:

I - manifestar-se quanto ao mérito e oportunidade em todas as proposições relativas à Segurança Pública, exarando o respectivo parecer;

II - solicitar informações periódicas sobre a atividade da polícia civil, observando o andamento, a organização, a capacidade operacional, inspecionando instalações, equipamentos, a execução dos trabalhos de delegacias de polícia, emitindo relatórios semestrais conclusivos sobre os resultados obtidos, dando ciência ao Plenário;

III - solicitar informações periódicas sobre a atividade policial militar, observando o andamento, a organização, a operacionalidade, inspecionando instalações, equipamentos, a execução dos trabalhos, emitindo relatórios semestrais conclusivos sobre os resultados obtidos, dando ciência ao plenário;

IV - solicitar informações periódicas sobre a implantação de políticas de educação para segurança no trânsito;

V - avaliar as ações da Defesa Civil, quanto a capacidade de dar respostas em momentos agudos e se estão sintonizadas com os municípios e a sociedade civil organizada;

VI - solicitar informações sobre Corpo de Bombeiros; quanto a capacidade operacional, contingente e parti-

cipação dos municípios na política da defesa da comunidade;

VII - solicitar à Secretaria de Estado da Segurança Pública, relatórios semestrais sobre suas atividades, dando ciência ao Plenário.

Art. 11. Compete à Comissão de Saúde Pública, além dos preceitos contidos no Regimento Interno:

I - manifestar-se quanto ao mérito e oportunidade, em todas as proposições relativas à Saúde Pública, exarando o respectivo parecer;

II - solicitar informações periódicas sobre a implantação de políticas de Saúde Pública que visem a prevenção, redução e eliminação de doenças, observando:

- a) a qualidade dos serviços públicos de saúde nos postos e hospitais;
- b) a qualidade dos procedimentos, produtos e substâncias, medicamentos e equipamentos utilizados no Sistema de Saúde;
- c) as ações do estado na área de vigilância sanitária e controle epidemiológico;
- d) a qualidade da água e de alimentos ingeridos pelos paranaenses, questionando os órgãos competentes;
- e) os programas de proteção à maternidade e à saúde da gestante;
- f) o controle de drogas exercido pelo estado;
- g) os serviços de atendimento odontológico à população escolar e famílias de baixa renda.

III - Solicitar informações sobre a execução orçamentária na área da Saúde Pública, acompanhando programas, projetos e planos, solicitando relatórios semestrais à Secretaria de Saúde sobre suas atividades, informando semestralmente o Plenário.

Art. 12. Compete à Comissão de Redação, além dos preceitos contidos no Regimento Interno:

I - formatar a redação final das proposições, após a deliberação favorável do Plenário, dando-lhes forma jurídica, de acordo com a boa técnica de elaboração legislativa, corrigindo imperfeições de cunho redacional, apensando ao corpo da norma as emendas aprovadas e, da mesma forma, retirando, alterando e suprimindo, organizando-a em artigos, parágrafos, incisos, alíneas, números ou itens, sempre objetivando facilitar a interpretação da norma, a todo e qualquer possível consulente, colocando a proposição em condições de merecer o pronunciamento finalístico do Plenário.

Art. 13. Compete à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, além dos preceitos contidos no Regimento Interno:

I - manifestar-se quanto ao mérito e oportunidade, em todas as proposições relativas à Ecologia e Meio Ambiente, exarando o respectivo parecer;

II - solicitar informações sobre a implantação de políticas de Ecologia e Meio Ambiente, observando à

legislação vigente por parte de órgãos e instituições públicas, privadas e não governamentais, principalmente no que tange a:

- a) áreas de preservação ambiental;
- b) danos ambientais e suas reparações;
- c) impactos ambientais;
- d) condições para caça e pesca;
- e) tratamento a espécies animais exóticas de criação doméstica;
- f) flora e fauna paranaense;
- g) edafologia paranaense;
- h) Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA;
- i) controle de poluição e contaminação ambiental;
- j) transporte de produtos passíveis de danos ambientais;
- k) proteção de mananciais e suas bacias hidrográficas;
- l) proteção de espécimes em risco de extinção;
- m) vigilância sanitária ambiental;
- n) agência estadual de águas;
- o) tratamento de esgotos;
- p) cobertura florestal do Paraná;
- q) mata nativa;
- r) abate de florestas;
- s) extração mineral;
- t) implantação de recifes artificiais na orla marítima paranaense;
- u) pequenas usinas hidrelétricas;
- v) usinas termoeletricas;
- w) recursos naturais renováveis;
- x) incentivos ao reflorestamento;
- y) ações do estado que visem a redução do aquecimento global.

III - Solicitar à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, relatórios semestrais sobre suas atividades;

IV - solicitar periodicamente informações à Agência Nacional de Águas - ANA, sobre a qualidade, disposição e uso das águas do Paraná;

V - ouvir as organizações não governamentais ligadas a sua área temática, a respeito das ações do estado relativas à Ecologia e Meio Ambiente, recebendo sugestões e críticas;

VI - solicitar o posicionamento do Conselho Estadual do Meio Ambiente, recebendo sugestões e críticas;

Art. 14. Compete à Comissão de Fiscalização da Assembléia e Assuntos Municipais, além dos preceitos contidos no Regimento Interno:

I - apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II - solicitar aos agentes públicos ou autoridades responsáveis por indícios de realização de despesas não autorizadas, que no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, prestem os esclarecimentos necessários, perante a Comissão, sendo que, não prestados os esclarecimentos,

solicitar do Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de 30 (trinta) dias;

III - sustar ou propor a sustação de despesas que julgar irregulares por causarem danos irreparáveis ou graves lesões à economia pública, após deliberação do Plenário;

IV - efetuar, *in loco*, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, nas unidades administrativas dos Três Poderes, da administração direta ou indireta, incluídas e mantidas pelo poder público estadual, nos termos do artigo 74 e 75, inciso IV, da Constituição Estadual, se necessário com o auxílio do Tribunal de Contas;

V - fiscalizar a aplicação da Lei nº 8358, de 08 de setembro de 1986, representando ao Ministério Público, para as providências legais cabíveis, nos casos de não cumprimento do disposto em seu artigo 1º, parágrafo 2º, ou de constatação de irregularidades no processo licitatório;

VI - manifestar-se sobre os aspectos relacionados a municípios e que digam respeito, ao desenvolvimento urbano; aos critérios de distribuição de verbas estaduais; convênios com o estado; criação ou incorporação de municípios e intervenção nestes.

Art. 15. Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, além dos preceitos contidos no Regimento Interno:

I - manifestar-se quanto ao mérito e oportunidade, em todas as proposições relativas a Direitos Humanos e Cidadania, exarando o respectivo parecer;

II - solicitar periodicamente informações sobre a implantação e manutenção de políticas de garantias dos direitos humanos e respeito à cidadania;

III - indicar para a deliberação do Plenário, membros representantes da Assembléia no Conselho Permanente dos Direitos Humanos;

IV - solicitar da Secretaria de Justiça, relatórios semestrais sobre suas atividades, no que concerne aos direitos humanos e cidadania;

V - solicitar ao Poder Judiciário, relatórios semestrais das atividades jurisdicionais, enfocando número de ações em tramitação e número de sentenças exaradas, contendo balancetes e demonstrativos da execução do orçamento previsto;

VI - solicitar ao Tribunal de Justiça, semestralmente, a movimentação do FUNREJUS, com o objetivo de acompanhar a sua aplicação;

VII - solicitar ao Ministério Público, relatórios semestrais de suas atividades, informando o Plenário após análise;

VIII - manifestar-se quanto ao mérito e oportunidade, em todas as proposições relativas à exploração e aproveitamento de terras públicas, políticas urbanas e agrárias, exarando o respectivo parecer;

IX - solicitar informações periódicas sobre a implantação e manutenção de políticas agrárias, observando:

- a) fixação do homem na terra;
- b) programas de colonização das terras públicas;
- c) regularização fundiária;
- d) ocupações de terras públicas e devolutas;
- e) assentamentos e trabalhadores sem terras;
- f) manutenção de reservas públicas;
- g) programas e projetos de assentamentos, crédito agrícola, infra-estrutura física e social, fornecimento de insumos básicos e outros;

h) levantamento das terras devolutas do estado, na forma do artigo 10, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Estadual.

Art. 16. Compete à Comissão de Defesa do Consumidor, além dos preceitos contidos no Regimento Interno:

I - manifestar-se quanto ao mérito e oportunidade, em todas as proposições relativas a Defesa do Consumidor, exarando o respectivo parecer;

II - solicitar periodicamente informações sobre a implantação e manutenção de políticas de garantias de Defesa do Consumidor;

III - solicitar relatórios semestrais da Secretaria de Justiça, sobre suas atividades, no que concerne a Defesa do Consumidor;

IV - solicitar à Procuradoria de Defesa do Consumidor - PROCON, relatórios semestrais de suas atividades, informando-o ao Plenário da comissão.

Art. 17. Compete à Comissão de Direitos da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso, além dos preceitos contidos no Regimento Interno:

I - manifestar-se quanto ao mérito e oportunidade, em todas as proposições relativas à direitos da mulher, da criança, do adolescente e do idoso, exarando o respectivo parecer;

II - solicitar informações sobre a implantação e manutenção de políticas de garantias dos direitos da mulher, da criança, do adolescente e do idoso;

III - solicitar às Secretarias de Saúde e Segurança do Estado, relatórios semestrais sobre transgressão dos direitos da mulher, da criança, do adolescente e do idoso;

IV - através do Ministério Público, ouvido o Plenário, oferecer representação quando constatar agressão aos direitos da mulher, da criança, do adolescente e do idoso;

V - ouvir o Conselho Estadual da Condição Feminina, sobre estudos, projetos, programas e iniciativas que visem eliminar a discriminação contra a mulher.

Art.18. Compete à Comissão de Assuntos Metropolitanos, além dos preceitos contidos no Regimento Interno:

I - manifestar-se quanto ao mérito e oportunidade, em todas as proposições relativas às regiões metropolitanas e aglomerados urbanos do estado do Paraná;

II - solicitar semestralmente ao Poder Executivo, informações sobre as políticas públicas estaduais de integração dos municípios do estado;

III - solicitar informações aos órgãos estaduais e autarquias de Coordenação da gestão das regiões metropolitanas, sobre suas atividades, realizando relatório semestral para apresentação ao Plenário;

IV - solicitar periodicamente ao Executivo estadual informações sobre a implantação e manutenção de políticas urbanas, observando:

- a) a coordenação das regiões metropolitanas;
- b) as políticas habitacionais do estado;
- c) os programas de saneamento urbano e rural, com vista ao abastecimento de água tratada, coleta e tratamento de esgotos e disposição final do lixo, drenagens e canalizações pluviais, mananciais de água potável.

Art. 19. As Comissões Permanentes, sempre que necessário, poderão solicitar à Mesa Executiva auxílio técnico e operacional para cumprimento de suas atribuições.

Art. 20. Os trabalhos das Comissões obedecerão preferencialmente a seguinte ordem:

- I - leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;
- II - leitura sumária do expediente;
- III - leitura da pauta da reunião;
- IV - leitura, discussão e votação dos pareceres de proposições em tramitação;
- V - leitura, discussão e votação de requerimentos.

Art. 21. As convocações dos membros para reuniões das Comissões serão feitas através de documento próprio, constando a hora, local da realização e a pauta dos trabalhos, subscrito pelo Presidente e Secretário da Comissão, devidamente rubricado pelo parlamentar ou pelo chefe de seu Gabinete, atestando o recebimento tempestivo.

Art. 22. O *quorum* para deliberação nas Comissões será por maioria simples.

Art. 23. Quando da deliberação do parecer na Comissão, o autor da proposição, a título de encaminhamento da discussão e votação, poderá fazer uso da palavra por 05 (cinco) minutos.

Art. 24. Depois de iniciado o processo de votação do parecer da proposição, não será admitida a apresentação de emendas da Comissão.

Art. 25. Existindo pareceres apresentados em separado ao do Relator, o Presidente da Comissão colocará em

discussão e votação a todos, iniciando-se pelo do relator, sendo ele aprovado ficará prejudicado os demais; persistindo o conflito, o Presidente designará novo relator.

§ 1º Fica impedido o autor de apresentar parecer em separado.

Art. 26. Nas reuniões das comissões é permitido a qualquer Deputado assistir e fazer uso da palavra sobre matéria em discussão, sendo no entanto impedido de participar do processo de votação.

Art. 27. É facultado ao relator designado pelo Presidente, ouvindo o plenário, constituir subrelatorias dividindo em áreas de interesse.

Art. 28. As audiências públicas promovidas por qualquer Comissão, seguirá os mesmos ritos das reuniões ordinárias, com elaboração de atas e notas taquigráficas, a fim de instruir processos ou esclarecer assuntos específicos de interesse público.

Art. 29. As Comissões Permanentes poderão realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil, para instruir matéria legislativa em tramitação bem como, para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou a pedido da entidade interessada.

Art. 30. Aprovada a realização da audiência pública, a Comissão Permanente relacionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes, cabendo ao Presidente da Comissão expedir os convites.

§ 1º Na hipótese de haverem defensores e opositores relativamente à matéria objeto de exame, a Presidência procederá de forma a permitir participação equânime.

§ 2º O convidado se limitará ao tema em debate, e disporá de 30 (trinta) minutos, prorrogáveis, a juízo da Presidência, não lhe sendo permitido o aparte.

§ 3º Os Deputados inscritos para interpellar o exppositor o farão por cinco minutos, restrito ao tema, tendo o interpellado igual tempo para responder.

Art. 31. Da reunião de Audiência Pública será lavrada ata, arquivando-se, no âmbito da Comissão, os pronunciamentos escritos e os documentos que os acompanharem.

Art. 32. As Comissões Permanentes poderão realizar reuniões de audiências públicas conjuntas, que serão presididas, pelo Presidente de Comissão mais idoso.

Art. 33. Qualquer Deputado membro de Comissão Permanente poderá levantar questão de ordem, desde que se refira a matéria em deliberação, competindo ao Presidente decidi-la conclusivamente.

Da Estrutura Administrativa e do Assessoramento das Comissões Permanentes

Art. 34. O assessoramento administrativo dos trabalhos das Comissões Permanentes será coordenado pela Diretoria Legislativa da Assembléia.

I - cada Comissão Permanente será composta por um cargo de Assessor de Comissão Permanente, constante da Resolução nº 050/94, de 25 de janeiro de 1995, e de servidores na condição de Assistente de Comissão, com lotação na Diretoria Legislativa;

II - o Assistente de Comissão, integrante do Quadro Próprio da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado, referido no parágrafo anterior, fará jus ao recebimento de gratificação pelo exercício de função especial.

Parágrafo único. A gratificação de que trata o inciso II, deste artigo, será regulamentada por Ato da Comissão Executiva.

Art. 35. Os Assessores das Comissões Permanentes descritos no artigo anterior, além de outras funções designadas pela Diretoria Legislativa, desempenharão as seguintes atribuições:

I - secretariar diretamente ao Presidente da Comissão;

II - secretariar as reuniões da Comissão;

III - elaborar o instrumento de convocação dos membros da Comissão para reuniões, a pedido do Presidente;

IV - proceder pessoalmente a Convocação dos membros da Comissão, obtendo recibo de entrega;

V - elaborar a pauta da reunião da Comissão na forma determinada pelo Presidente;

VI - cientificar os membros da Comissão da pauta da reunião no momento da convocação;

VII - manter o Livro de Presença das reuniões em ordem, cientificando periodicamente o Presidente das ausências reiteradas e faltas injustificadas dos membros da Comissão;

VIII - responsabilizar-se pelo controle dos prazos regimentais para os relatores emitirem pareceres de proposições em análise na Comissão, informando periodicamente ao Presidente a ocorrência de decurso de prazo, a fim de que se proceda a indicação de novo relator;

IX - elaborar as atas das reuniões da Comissão e mantê-las devidamente arquivadas sob sua responsabilidade e guarda;

X - realizar a publicação nos Anais da Assembléia, das atas, pareceres, relatórios das missões da Comissão, e demais atos, após autorização do Presidente;

XI - manter-se atualizado quanto a legislação estadual e federal referente a temática da Comissão, constituindo acervo legislativo e arquivando documentos temáticos sob sua guarda e responsabilidade, bem como, estabelecer estreito relacionamento com órgãos e instituições governamentais ou não, mantendo intercâmbio de informações;

XII - responsabilizar-se pelo controle e acompanhamento da tramitação processual legislativa de todas as proposições ligadas a sua área temática, mantendo na Comissão registro das localizações das proposições, situação processual, controle dos prazos e emissão de pareceres, enfim responsabilizando-se por toda a informação de assuntos afetos à Comissão e a Diretoria Legislativa;

XIII - responsabilizar-se pela formalização dos respectivos comunicados à Coordenadoria de Apoio às Comissões, informando situação processual de cada proposição afeta à Comissão, principalmente no que concerne a localização da proposição, nomeação de relatores, data de emissão de pareceres, se em regime de urgência, controle dos prazos regimentais, votos em separado, controle dos pedidos de vistas, controle de diligências processuais, acompanhamento do envio de ofício à sanção governamental, controle dos prazos governamentais para a sanção em conformidade com o artigo 71, da Constituição Estadual, registro de sanção parcial ou total, controle da promulgação, controle de registro dos vetos, controle da numeração das leis sancionadas ou promulgadas, controle da publicação da lei no Diário Oficial;

XIV - responsabilizar-se pelo envio à Diretoria Legislativa, até o dia 10 de cada mês, de sinopse mensal dos trabalhos realizados pela Comissão, para publicação;

XV - elaborar os ofícios da Comissão;

XVI - manter em ordem registro digital e documental dos ofícios da Comissão;

XVII - manter em ordem arquivo digital e documental de todas as proposições afetas à Comissão;

XVIII - responsabilizar-se pela detecção de proposições de conteúdo similar em tramitação processual legislativa, comunicando imediatamente a Diretoria Legislativa, a fim de que a mesma colha da Presidência da Assembléia Legislativa a respectiva autorização para a anexação das proposições;

XIX - elaborar e encaminhar, a pedido do Presidente da Comissão, ofício aos órgãos governamentais e não governamentais solicitando relatórios semestrais sobre as atividades desenvolvidas, e coordenando a elaboração de relatórios.

Art. 36. As Comissões atuarão permanentemente com poderes de investigação, em suas áreas temáticas. Para desempenhar as funções fiscalizadoras poderão, intimar servidores públicos a prestarem esclarecimentos e informações.

Art. 37. Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 246/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A súmula da Lei Estadual nº 15267 de 18 de setembro de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

“SÚMULA: Assegura à pessoa com deficiência física, mental e sensorial prioridade de vaga em escola pública próxima da residência, conforme especifica.”

Art. 2º O artigo 3º da Lei Estadual nº 15267 de 18 de setembro de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Ficam excluídos da prioridade de que trata o artigo 1º os estabelecimentos de ensino que não possuam as condições necessárias para educação de portadores de deficiência física, mental e sensorial.”

Art. 3º Revoga-se a redação anterior dos dispositivos mencionados da Lei Estadual nº 15267/06.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa alterar a redação da súmula e do artigo 3º da Lei Estadual nº 15267/06.

A matéria regulada pela lei objeto deste projeto é facilitar a acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais ao ensino público, para tanto lhes garantindo prioridade nas vagas escolares mais próximas de suas residências.

Por sugestão da Secretaria de Estado da Educação, em conjunto com estudo realizado por este Parlamentar, chegou-se à conclusão de que a sumulada lei estadual sob análise, embora não fosse o intuito, deixou de contemplar com os seus benefícios os portadores de deficiências que não físicas. Assim, a súmula proposta passa a incluir outras espécies de necessidades especiais, suprimindo a indigitada lacuna.

No que tange ao artigo 3º, este projeto inclui em sua redação os portadores de deficiência física, que haviam sido excluídos.

Com a certeza de estar propondo o melhor a fim de se chegar cada vez mais a uma sociedade igualitária e fraterna, propõe-se o presente projeto.

Sendo assim, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 247/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Paraná, o cargo de Técnico de Imobilizações Ortopédicas.

Art. 2º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, num prazo de 120 (cento e vinte) dias regulamentará esta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

Os profissionais em imobilizações ortopédicas estão em atividade no mercado de trabalho brasileiro há mais de 50 anos, executando serviços em hospitais, pronto-socorros e clínicas especializadas em ortopedia e traumatologia, sempre sob orientação e supervisão direta de médicos ortopedistas.

Todavia, não existe a figura do Técnico em Imobilizações Ortopédicas no plano e política de cargos e salários da Secretaria de Estado da Saúde, o que impede não só a contratação desses profissionais mediante a realização de concurso público, com o provimento destes cargos com profissionais devidamente habilitados.

A maioria dos hospitais da rede pública estadual ou municipal - inclusive os postos de saúde - utiliza pessoal não habilitado para imobilizações ortopédicas, sendo a maioria deles técnicos em enfermagem que não recebem o treinamento devido para a execução dessa tarefa, contrariando flagrantemente o Código de Ética. A Resolução nº 279/03 do COFEN assevera: *É defeso ao profissional de enfermagem a realização de confecção, colocação e retirada de aparelho de gesso e calha gessada*. Estas proibições foram aprovadas por meio de parecer exarado pelo Conselho Federal de Enfermagem e confirmadas pelos Conselhos Regionais de Enfermagem em todo o país.

No entanto, por falta de previsão legal criando o cargo de Técnico em Imobilizações Ortopédicas, os profissionais de enfermagem acabam sendo obrigados a assumir uma função que contraria o seu Código de Ética, função essa que não estão habilitados, correndo-se o risco de serem punidos pelo seu conselho regional.

O pior de tudo é que esse trabalho, executado fora dos padrões, pode causar sérios prejuízos para os pacientes, havendo inclusive risco de morte. São problemas inclusive que podem gerar até a amputação de membros de determinados pacientes ou gerando infecção generalizada.

Por estas razões, estamos propondo o presente projeto de lei e buscando o apoio dos demais Parlamentares para a sua aprovação.

O PROJETO DE LEI Nº 248/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica obrigatória a manutenção permanente do Kit Vida em estabelecimentos que tenham uma concentração de pessoas igual ou superior a 100 (cem), para prestar atendimento em casos de morte súbita.

Art. 2º Entende-se por estabelecimentos:

- I - estádios de futebol;
- II - academias de ginástica;
- III - ginásios de esportes;
- IV - clubes recreativos;
- V - associações;
- VI - shopping-centers;
- VII - aeroportos;
- VIII - rododiferroviárias;
- IX - hipermercados;
- X - faculdades e universidades;
- XI - centros de eventos e exposições;
- XII - teatros;
- XIII - hotéis;
- XIV - hospitais e clínicas;
- XV - aviões comerciais com pelo menos um atendente de voo.

Art. 3º O Kit Vida será composto pelos seguintes equipamentos:

- I - desfibrilador automático externo - DAE;
- II - dispositivos para ventilação (máscara para ventilação; válvulas unidirecionais);
- III - equipamentos para rápida comunicação (interfone, rádio, telefone) interligados a um serviço médico emergencial.

Art. 4º É obrigatório que os operadores dos equipamentos do Kit Vida sejam treinados pelo Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma e Emergência - SIATE do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.

§ 1º Os operadores dos equipamentos deverão receber credenciais expedidas pelo SIATE do Corpo de Bombeiros.

Art. 5º A Secretaria de Saúde deverá fazer campanhas de educação continuada em escolas, postos de saúde, associações, entidades, referentes ao tema Morte Súbita.

Art. 6º Em caso de descumprimento do previsto neste projeto de lei, deverá a autoridade competente aplicar aos estabelecimentos as seguintes sanções:

I - multa pecuniária mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e máxima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) ao estabelecimento que não tenha adquirido o Kit Vida ou que não tiver pessoas habilitadas à sua operação, de acordo com a natureza e gravidade da infração cometida, importância que duplicará em caso de reincidência;

II - interdição do local.

§ 1º - As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa estadual, no âmbito de sua atribuição, isoladas ou cumulativamente, inclusive por medida cautelar antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

§ 2º A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, será aplicada mediante procedimento administrativo, no qual será respeitado o direito à ampla defesa, revertendo o valor para o erário estadual.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A morte súbita por parada cardíaca é um importante problema de saúde pública, apesar disso, não há ainda conscientização da população. A mais frequente causa de parada cardíaca é a doença arterial coronária. Todo ano 1 milhão e 500 mil americanos sofrem ataques cardíacos e, aproximadamente 220 mil norte-americanos morrem por ano de doença arterial coronária sem terem sido hospitalizados.

No Brasil as doenças cardiovasculares matam 300 mil brasileiros por ano, o que corresponde a 820 óbitos por dia ou 34 por hora em um evento fatal a cada 2 minutos. Dos brasileiros que têm uma parada cardíaca fora do hospital, 97% morrem.

A maioria das vítimas de morte súbita encontra-se em sua idade mais produtiva - independente da condição física, sendo o principal mecanismo de morte a fibrilação ventricular. A rápida desfibrilação é o suporte básico para salvar uma vida (cada minuto após a parada cardíaca o paciente perde 10% de vida). Quando o aparelho desfibrilador é empregado corretamente até um minuto depois da parada cardíaca, pode salvar a vítima em até 90% dos casos. Cidades onde o acesso aos desfibriladores ocorre no período de 5 a 7 minutos, a sobrevivência após uma parada cardíaca é maior do que 49%.

Em 1992 o American Heart Association criou o conceito de "corrente de sobrevivência", que é uma seqüência de medidas ordenadas e encadeadas que devem ser tomadas no atendimento de uma parada cardiorespiratória. Alguns princípios devem ser modificados, adotando-se programas de:

- educação de pacientes de risco e da população, para que identifiquem rapidamente os sintomas e procurem auxílio;

- utilização do Kit Vida para prestar um pré-atendimento;

- transporte rápido do paciente para o hospital (que é exatamente o que o SAMU - Suporte Avançado da Vida, se propõe a fazer);

- treinamento dos profissionais de saúde, principalmente os que atuam no atendimento pré-hospitalar, em pronto-socorro e na periferia, capacitando-os no precoce diagnóstico e rápido tratamento da Síndrome Coronariana Aguda e;

- extensão do uso de fibrinolíticos no pré-hospitalar, em salas de emergências, pronto-socorros, ambulâncias.

A parada cardíaca ocorre de forma súbita e dramática. A principal causa em adultos é a doença arterial coronária, sendo a fibrilação ventricular o mecanismo deflagrador. Entre jovens, a liberação de adrenalina durante a prática de atividade física associada a anomalias cardíacas ou ao uso indevido de drogas ilegais é o fator desencadeante de distúrbios do ritmo cardíaco, tais como fibrilação ventricular, levando à parada cardíaca.

A morte cerebral inicia-se após quatro a seis minutos da parada cardíaca, podendo ser revertida em poucos minutos na maioria das vítimas através do choque elétrico. O procedimento responsável pelo restabelecimento do ritmo cardíaco normal através do choque elétrico é chamado desfibrilação. A sobrevivência é reduzida em 7 a 10% a cada minuto após uma parada cardíaca. Poucas tentativas de ressuscitação têm êxito após 10 minutos. A morte por parada cardíaca não é inevitável. Se a população estiver orientada a chamar prontamente o 190 e treinada para oferecer o suporte básico de vida até a chegada do desfibrilador mais próximo, muitas vidas poderão ser salvas.

Conquanto muitos casos de morte súbita entre atletas jovens sejam causados por miocardiopatia hipertrófica ou miocardiopatia arritmogênica do ventrículo direito, até 20% de tais óbitos podem ser causados por anormalidades nas artérias coronárias, explicam os autores. Há pelo menos dois exemplos famosos de vítimas da morte súbita: no dia 21 de abril de 1998, o Deputado Federal Luiz Eduardo Magalhães morreu, após sofrer enfarto enquanto fazia sua corrida matinal. Outro caso conhecido é o do jogador camaronês Marc-Vivien Foe, jovem, atleta, de vida aparentemente saudável, que morreu durante uma partida de futebol em 2003, também vítima da morte súbita.

O objetivo deste projeto de lei é fazer com que cursos de treinamentos sejam ofertados pelo Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma e Emergência - SIATE, para que pessoas leigas possam operar o Kit Vida semelhante ao programa de treinamento oferecido pelo Instituto do Coração (InCor - HC/FMUSP) com o apoio do American Heart Association. Os programas de treinamento oferecidos pelo InCor são direcionados aos profis-

sionais da área médica e aos leigos, e são ministrados durante todo o ano. Dentre os programas oferecidos estão: BLS (Basic Life Support), ACLS (Advanced Cardiac Life Support), PALS (Pediatric Advanced Life Support) e Heartsaver AED (Automatic External Defibrillation). No InCor a organização do curso conta com uma equipe multi-profissional altamente envolvida e treinada, sob a coordenação do médico Dr. Sérgio Timerman.

É importante que a Secretaria de Saúde tenha um programa de educação continuada para escolas e outras entidades, para fazer com que as pessoas se familiarizem com o tema morte súbita. O Kit Vida deverá se tornar equipamento padrão, como extintores de incêndio, na maioria dos aeroportos, centros de convenções, academias, etc. O desfibrilador componente do Kit Vida, poderá monitorar o batimento cardíaco da vítima e dar um choque para fazê-lo voltar à batida normal, isto se for necessário. As chances de sobrevivência são de 90% quando os procedimentos forem aplicados um minuto após o ataque.

Por estes motivos, reapresento o projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção permanente do Kit Vida em estabelecimentos, por entender que será possível assegurar a sobrevivência das pessoas que sofram ataque cardíaco.

Em se tratando do artigo 2º, entende-se por estabelecimento:

XV - aviões comerciais com pelo menos um atendente de voo.

Inicialmente, convém lembrar que em nada estamos ferindo competência constitucional com este projeto de lei. Não estamos sujeitando os aviões a terem o Kit Vida. Se assim o fizermos, estaríamos contrariando inclusive direitos Internacionais, uma vez que as aeronaves estrangeiras são parte do território de seus países de origem e sujeitas também às suas leis. Não estamos, tampouco, indicando que quaisquer aviões em sobrevoo pelo Paraná estejam sujeitos a esta norma. Legislar sobre espaço aéreo é competência constitucional da união, conforme artigo 48, inciso V, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Estamos legislando sobre o que podemos, pois pousos e decolagens são realizados em espaço territorial paranaense, não importando sequer a quem pertence a área do aeroporto. Um aeroporto não deve estar sujeito às normas constitucionais de proteção à saúde? Nesse sentido, tem uma determinação constitucional no artigo 24, em seu inciso XII, da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à união, aos estados, e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei, ora apresentado.

PROJETO DE LEI N° 249/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Para efeito de lei, considera-se evento de grande porte todo e qualquer evento de natureza artística, cultural, promocional, religiosa, esportiva e outras assemelhadas a serem realizados em:

- a) local fechado - com capacidade de público igual ou superior a 1000 (um mil) pessoas;
- b) local aberto delimitado fisicamente - com capacidade de público igual ou superior a 2000 (duas mil) pessoas;
- c) empresa locadora - a pessoa jurídica proprietária locatária ou concessionária do direito do uso do espaço apropriado para a realização de eventos de grande porte;
- d) empresa promotora - a pessoa jurídica que promove a realização de eventos nos locais acima mencionados.

Art. 1° O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, somente poderá autorizar a realização de eventos de grande porte, onde a empresa locadora e/ou empresa promotora deverá, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data prevista para realização do evento, protocolar os seguintes documentos e o pedido para:

- I - certificado de vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros, do qual deverá constar:
 - a) capacidade máxima de público no espaço onde se realizará o evento;
 - b) características do local, com especificações dos equipamentos, número de viaturas para salvamento e adaptações necessárias à segurança do público (saídas e iluminação de emergência, extintores de incêndio).

§ 1° A quantidade máxima de ingresso a ser confeccionado, incluindo-se os convites e cortesia, não ultrapassará o limite máximo de pessoas estabelecidas no certificado de vistoria expedido pelo Corpo de Bombeiros.

§ 2° A numeração dos ingressos será sequencial, respeitando a capacidade máxima de público prevista pelo certificado da vistoria.

II - Cópia do contrato de locação de serviços celebrados entre a empresa promotora e a empresa especializada em segurança, objetivando a contratação de profissionais para o evento, que não poderá ser inferior a 1% (um por cento) do público recomendado no certificado de vistoria;

III - efetuar o pedido de solicitação de policiamento ostensivo para a data do evento;

IV - cópia da apólice de seguro contra riscos de incêndio, das edificações e instalações de todo o espaço do evento;

V - cópia da apólice de seguro de danos pessoais de visitante, frequentadores, clientes, expositores, servidores públicos e trabalhadores em serviço.

Art. 2° O Instituto Ambiental do Paraná - IAP, somente poderá autorizar a realização de eventos de grande porte, onde a empresa locadora e/ou empresa promotora deverá, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data prevista para realização do evento, protocolar o pedido para:

I - estudo do possível impacto ambiental no local do evento:

- a) poluição sonora - ruído e som;
- b) iluminação no evento;
- c) poluição ambiental;
- d) degradação do meio ambiente.

Art. 3° A Junta Comercial do Paraná somente poderá autorizar a realização de eventos de grande porte, onde a empresa locadora e/ou empresa promotora deverá, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data prevista para realização do evento, protocolar os seguintes documentos:

I - cópia, com atestado de validade, do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - certidão de regularidade fiscal municipal, estadual e federal;

III - cópia do contrato de locação ou autorização da empresa locadora para realização do evento;

IV - cópia da razão social da empresa promotora do evento e número de inscrição municipal;

V - cópia do contrato social, declaração de firma individual ou estatuto.

Art. 4° O Ministério Público do Paraná, somente poderá autorizar a realização de eventos de grande porte, onde a empresa locadora e/ou empresa promotora deverá, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data prevista para realização do evento, protocolar os seguintes documentos:

I - certidão fornecida pela Vara de Infância e Juventude, informando a faixa etária autorizada a participar do evento:

a) a empresa promotora será responsabilizada pela manutenção da ordem e o respeito à moral e aos bons costumes, no local onde realizará o evento.

II - Em caso do descumprimento ao previsto na presente lei, o Ministério Público do Paraná pode ensejar a solicitação da aplicação das seguintes penalidades para as empresas organizadoras e/ou promotoras do evento:

a) multa pecuniária mínima de R\$ 1.000,00 (um mil reais) até o máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por pessoa presente no evento, de acordo com a natureza e gravidade da infração cometida, importância que duplicará no caso de reincidência;

b) interdição e/ou embargo do evento a qualquer tempo;

c) impedimento por 02 (dois) anos para realização de novos eventos.

§ 1º As penalidades previstas neste artigo poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo das sanções de caráter civil e criminal.

§ 2º Responderá pelas infrações que, por qualquer modo as cometer, concorrer para a sua prática, ou delas se beneficiar.

§ 3º As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das que, por força de lei, possam ser impostas por autoridades federais ou estaduais.

§ 4º Fica assegurado aos infratores o direito à ampla defesa, que deverá ser executada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem efeito suspensivo.

Art. 5º Não se aplica o dispositivo nesta lei:

I - a jogos de futebol realizados em estádios destinados a esse fim, obedecidas às disposições constadas no Estatuto do Torcedor - Lei nº 10671 de 15 de maio de 2003;

II - a jogos individuais ou coletivos realizados em ginásios de esporte;

III - a reuniões, convenções ou comícios políticos, obedecidas as restrições contidas no Código Eleitoral - Lei Federal nº 4737 de 15 de julho de 1965 e legislação complementar;

IV - a reuniões realizadas nas dependências de clubes sociais legalmente constituídas.

Art. 6º A referida lei será aplicada sem prejudicar as obrigações que a empresa locadora e/ou empresa promotora, por força de lei, possa ser imposta por autoridades municipais, estaduais ou federais.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Estou reapresentando o projeto de lei que dispõe sobre promoções de eventos de grande porte, por estar consciente que esta matéria deveria ser novamente analisada e aprovada por esta Casa de Leis, para que os paranaenses tenham melhor segurança e resguardo legal em seus momentos de lazer.

O Poder Legislativo deve seguir o exemplo da Prefeitura Municipal de Curitiba e criar uma legislação mais rigorosa para todo o Estado do Paraná, que forneça os mecanismos necessários e suficientes para evitar que, no futuro, a tragédia ocorrida no dia 31 de maio de 2003 nas dependências do Jockey Clube do Paraná que vitimou três jovens (Larissa Seletti, 15 anos; Mariana de Andrade, 14 anos; e Jonathan Raul dos Santos, 15 anos) não ocorra mais.

O projeto de lei em questão trata de eventos de grande porte englobando eventos artísticos, culturais, promocionais, religiosos e desportivos para igual ou superior a 1000 pessoas, em locais fechados e em locais abertos, delimitando fisicamente um total igual ou superior a 2000 pessoas. Em local aberto, o projeto exige que para sua viabilização seja cumprida uma série de exigências, no que concerne à segurança do local e mesmo quanto à idoneidade da empresa promotora do evento. Em estabelecimentos fechados vai permitir uma fiscalização melhor em eventos que diariamente se realizam em estabelecimentos devidamente licenciados, tais como: casa de shows, danceterias e boates.

Assim, a proposta irá reforçar o mecanismo de segurança e aumentar as penalidades no caso do não cumprimento das exigências, podendo evitar que outras tragédias venham ocorrer por não haver legislação que regularize os eventos de grande porte.

PROJETO DE LEI Nº 250/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída a Política de Incentivo as Microdestilarias de Alcool e Beneficiamento de Produtos Derivados da cana-de-açúcar, formulada e executada como parte da política de desenvolvimento sócio-econômico regional integrado e sustentável e voltada para a geração de emprego e renda nas regiões administrativas do estado do Paraná.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por microdestilaria a unidade com capacidade de produção de até 5.000 l (cinco mil litros) de álcool por dia.

Art. 3º Serão atendidas prioritariamente pela política de que trata esta lei as regiões com vocação agrícola para a produção da cana-de-açúcar, em pequenas e médias propriedades.

Parágrafo Único. São destinatários preferenciais da política de que trata esta lei os agricultores familiares, os pequenos e médios produtores rurais, os trabalhadores em regime de parceria, os meeiros, os comodatários, os assentados em projetos de reforma agrária e os arrendatários rurais.

Art. 4º São objetivos da Política Estadual de Incentivo as Microdestilarias de Alcool e Beneficiamento de Produtos da Cana-de-Açúcar:

I - estimular investimentos em pequenos empreendimentos de interesse das comunidades rurais, do agricultor familiar, das associações e das cooperativas, como forma de incentivar a produção do álcool combustível para o auto-abastecimento, da aguardente, do açúcar

mascavo, da rapadura e de outros produtos derivados da cana-de-açúcar;

II - criar alternativas de emprego e renda em regiões produtoras de cana-de-açúcar.

Art. 5º Na implementação da Política Estadual de Incentivo às Microdestilarias de Alcool e Beneficiamento de Produtos Derivados da Cana-de-Açúcar cabe ao poder público:

I - apoiar a implantação e o desenvolvimento de microdestilarias de álcool e fábricas de beneficiamento dos produtos derivados da cana-de-açúcar em regiões do estado com vocação para a produção de cana-de-açúcar;

II - criar oportunidades de renda e de trabalho para os projetos beneficiados pelos assentamentos de reforma agrária;

III - estimular atividades agropecuárias que utilizem os subprodutos do beneficiamento da cana-de-açúcar;

IV - estimular parcerias entre os órgãos estaduais e federais de pesquisa e extensão rural, com o objetivo de dotar tecnologicamente os empreendimentos beneficiados pela política de que trata esta lei, aumento a produtividade agrícola e a eficiência tecnológica;

V - criar mecanismos para viabilizar a comercialização dos produtos derivados da cana-de-açúcar e estimular a produção do álcool combustível para consumo dos cooperados, em caso de cooperativa dos associados, em casos de associações, ou dos produtores rurais independentes;

VI - criar linha de crédito para financiar projetos de microdestilaria ou beneficiamento dos produtos derivados da cana-de-açúcar;

VII - articular as políticas de incentivo as microdestilarias com os programas de geração de emprego e renda, buscando o desenvolvimento regional integrado e sustentável;

VIII - estimular a busca constante da qualidade dos produtos, por meio de cursos de capacitação e organização empresarial;

IX - criar campanhas de promoção dos produtos das microdestilarias e derivados da cana-de-açúcar, apoiando e estimulando a sua colocação no mercado consumidor;

X - estimular o cooperativismo e o associativismo;

XI - buscar integração entre a produção agrícola, o beneficiamento e as práticas de conservação e sustentabilidade do meio ambiente.

Art. 6º São instrumentos da Política Estadual de Incentivo as Microdestilarias e ao Beneficiamento dos Produtos Derivados da Cana-de-Açúcar:

I - o crédito rural;

II - o incentivo fiscal e tributário;

III - a pesquisa agropecuária e tecnológica;

IV - a extensão rural e a assistência técnica;

V - a promoção e a comercialização dos produtos;

VI - o certificado de origem e qualidade dos produtos destinados à comercialização.

Art. 7º A Política Estadual de Incentivo as Microdestilarias e ao Beneficiamento dos Produtos Derivados da Cana-de-Açúcar será gerenciada por um órgão específico, ao qual compete operacionalizar:

I - planejamento e a coordenação das políticas de incentivo;

II - a definição da viabilidade técnica e econômica dos projetos;

III - o acompanhamento da execução da política de que trata esta lei;

IV - o suporte técnico aos projetos, com a prestação de apoio à elaboração, ao desenvolvimento, à execução e à operacionalização dos empreendimentos, por intermédio das empresas de pesquisa agropecuária e de extensão rural;

V - a busca de parcerias com outras entidades públicas ou privadas, para maximizar a produção e a comercialização dos produtos;

VI - a promoção de cursos de formação e capacitação gerencial para os empreendedores, por meio de parcerias com centros tecnológicos, universidades, organizações não governamentais e centros de formação;

VII - a elaboração de cadastro das microdestilarias do estado;

VIII - a manutenção de cadastro atualizado das microdestilarias constituídas ou em constituição e das inovações propostas para esse segmento da produção agropecuária;

IX - a viabilização de espaços públicos, em parceria com os municípios e a iniciativa privada, destinada à comercialização dos produtos, para estimular a sua colocação no mercado consumidor;

X - o estímulo à integração das microdestilarias no estado, por meio da constituição de uma rede solidária, com o intuito de ampliar negócios e a criação de novas unidades;

XI - a criação de um selo de identificação para os produtos derivados das microdestilarias e das fábricas de beneficiamento para promover a comercialização e garantir a qualidade dos produtos.

Art. 8º A Política Estadual de Incentivo as Microdestilarias será executada com recursos públicos e privados.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

É um projeto de lei que dispõe sobre a criação da Política Estadual de Incentivo as Microdestilarias de Alcool e ao Beneficiamento de Produtos Derivados da Cana-de-Açúcar, com prioridade aos agricultores fami-

liares, aos pequenos e médios produtores rurais, à mão-de-obra em regime de parceria, aos meeiros, comodatários, arrendatários rurais e aos assentados em projetos de reforma agrária.

O intuito é contribuir para o incremento da produção agrícola no campo dos agronegócios familiares, destinadas precisamente a propiciar a inserção na cadeia produtiva, com a conseqüente geração de renda e emprego, dos agropecuaristas dedicados à exploração de pequenas e médias propriedades.

O objetivo do projeto é buscar alternativas para a geração de emprego e renda nas regiões do estado com potencial para a produção da cana-de-açúcar, incentivando a implantação e o desenvolvimento das microdestilarias de álcool e fábricas de beneficiamento dos produtos derivados da cana-de-açúcar, como melado, açúcar mascavo, rapadura e garapa.

Além disso, a iniciativa vai permitir também o aproveitamento da vinhaça para a fertilização do solo ou produção de biogás, bem como a utilização da palha e do bagaço de cana-de-açúcar para a fabricação de ração animal ou para a produção de eletricidade em pequenas usinas.

O projeto quer garantir o desenvolvimento regional sustentável, integrando a produção agrícola, o beneficiamento e as práticas de conservação e sustentabilidade do meio ambiente.

De acordo com a propositura, a Política Estadual de Incentivo as Microdestilarias de Álcool atribui ao estado o incentivo, as linhas de crédito, a pesquisa e a extensão rural, a capacitação dos trabalhadores, o estímulo tributário, além da busca de parcerias com outras entidades, públicas ou privadas, para maximizar a produção e promover a colocação dos produtos no mercado consumidor, com qualidade garantida por meio de um selo de identificação.

Políticas deste porte já são adotadas nos outros países, como os Estados Unidos, onde o principal incentivo à produção do álcool é a desoneração fiscal e, no caso do estado do Paraná, tal medida irá contribuir para o resgate e a valorização da produção do campo, sobretudo nas regiões onde as desigualdades sociais prevalecem, comprometendo as condições de sobrevivência dos pequenos proprietários rurais.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres Pares, para apoiar à proposta que ora apresentamos e assim contribuir para melhorar a geração de emprego e renda dos pequenos e médios agricultores do estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 251/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a implementar o Programa de Alimentação Especial, na merenda escolar, adaptada para crianças portadoras de *diabetes*

mellitus e aos celíacos, em todas as escolas da rede pública de educação do estado do Paraná.

Art. 2º A alimentação especial será orientada através de receituário médico e de nutricionistas, a quem caberá a supervisão do uso dos alimentos.

§ 1º Será somente adequado o cardápio de alimentação das escolas da rede pública, sem ônus ao estado.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A *diabetes mellitus*, também conhecida simplesmente por diabetes ou hiperglicemia (popularmente conhecida por açúcar no sangue), é uma doença provocada pela deficiência de produção e/ou de ação da insulina, que leva a sintomas agudos e a complicações crônicas características.

O distúrbio envolve o metabolismo da glicose, das gorduras e das proteínas e tem graves conseqüências tanto quando surge rapidamente como quando se instala lentamente. Nos dias atuais se constitui em problema de saúde pública pelo número de pessoas que apresentam a doença, principalmente no Brasil.

Apresenta diversas formas clínicas, sendo classificado em:

1) *Diabetes Mellitus* tipo I: ocasionada pela destruição da célula beta do pâncreas, em geral por decorrência de doença auto-imune, levando a deficiência absoluta de insulina.

2) *Diabetes Mellitus* tipo II: provocada predominantemente por um estado de resistência à ação da insulina associada a uma relativa deficiência de sua secreção.

3) Outras formas de *Diabetes Mellitus*: quadro associado a desordens genéticas, infecções, doenças pancreáticas, uso de medicamentos, drogas ou outras doenças endócrinas.

4) *Diabetes Gestacional*: circunstância na qual a doença é diagnosticada durante a gestação, em paciente sem aumento prévio da glicose.

O diagnóstico pode ser presumido em pacientes que apresentam os sintomas e sinais clássicos da doença, que são: sede excessiva, aumento do volume e do número de micções (incluindo o surgimento do hábito de acordar a noite para urinar), fome excessiva e emagrecimento.

Na medida em que um grande número de pessoas não chega a apresentar esses sintomas durante um longo período de tempo, e já apresentam a doença, recomenda-se um diagnóstico precoce. É o ponto fundamental do tratamento de qualquer tipo de paciente diabético.

O objetivo geral do diagnóstico precoce é o de auxiliar o indivíduo a fazer mudanças em seus hábitos alimentares, permitindo um controle metabólico adequado. Além disso, o tratamento nutricional deve contribuir para a normalização da glicemia, diminuir os

fatores de risco cardiovascular, fornecer as calorias suficientes para manutenção de um peso saudável, prevenir as complicações agudas e crônicas e promover a saúde geral do paciente. Para atender esses objetivos, a dieta deveria ser equilibrada como qualquer dieta de uma pessoa saudável normal, sendo individualizada de acordo com as particularidades de cada paciente incluindo idade, sexo, situação funcional, atividade física, doenças associadas e situação socioeconômica-cultural.

A composição da dieta deve incluir 50 a 60% de carboidratos, 30% de gorduras e 10 a 15% de proteínas. Os carboidratos devem ser preferencialmente complexos e ingeridos em 5 a 6 porções por dia. As gorduras devem incluir no máximo 10% de gorduras saturadas, o que significa que devem ser evitados carnes gordas, embutidos, frituras, laticínios integrais, molhos e cremes ricos em gorduras e alimentos refogados ou temperados com excesso de óleo. As proteínas devem corresponder a 0,8 a 1,0 g/kg de peso ideal por dia, o que corresponde em geral a 2 porções de carne ao dia. Além disso, a alimentação deve ser rica em fibras, vitaminas e sais minerais, o que é obtido pelo consumo de 2 a 4 porções de frutas, 3 a 5 porções de hortaliças, e dando preferência a alimentos integrais.

Celiacos

Ainda pouco conhecida, seus sintomas podem se confundir com outros distúrbios. Trata-se da doença celíaca, ou seja: a intolerância permanente ao glúten.

A doença celíaca geralmente se manifesta na infância, entre o primeiro e terceiro ano de vida, podendo, entretanto, surgir em qualquer idade, inclusive na adulta.

O tratamento da doença consiste em uma dieta totalmente isenta de glúten. Os portadores da doença não podem ingerir alimentos como: pães, bolos, bolachas, macarrão, coxinhas, quibes, pizzas, etc, quando estes alimentos possuírem o glúten em sua composição ou processo de fabricação.

Devido à exclusão total de alguns alimentos ricos em carboidratos e fibras, a dieta do celíaco habitualmente é composta em sua maior parte de gorduras (margarina, manteiga, óleos, etc) e proteínas (carne em geral) e em menor parte de carboidratos (massas sem glúten, açúcares, etc).

Todo celíaco que não transgredir a doença, tende a ter um aumento do peso corporal, e desta forma deve ter uma dieta equilibrada. Para tanto, deve diminuir a ingestão de proteínas, moderar o consumo de gorduras e aumentar o consumo de frutas, sucos naturais, verduras e legumes, tornando sua alimentação mais adequada e saudável.

O glúten é a principal proteína presente no trigo, aveia, centeio, cevada e no malte (sub-produto da cevada), cereais amplamente utilizados na composição de alimentos, medicamentos, bebidas industrializadas, assim como cosméticos e outros produtos não ingeríveis.

O glúten não desaparece quando os alimentos são assados ou cozidos e por isto uma dieta deve ser seguida à risca, pois agride e danifica as vilosidades do intestino delgado e prejudica a absorção dos alimentos.

Os sintomas mais frequentes na faixa pediátrica, surgem ao introduzirmos alimentação à base de papinha de pão, sopinhas de macarrão e bolachas, entre outros industrializados com cereais proibidos. Caracterizam-se pela diarreia crônica, desnutrição com déficit do crescimento, anemia ferropriva não curável, emagrecimento e falta de apetite, distensão abdominal (barriga inchada), vômitos, dor abdominal, osteoporose, esterilidade, abortos de repetição, glúteos atrofiados, pernas e braços finos, apatia, desnutrição aguda que podem levar o paciente à morte na falta de diagnóstico e tratamento.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres Pares para apoiar a proposta que ora apresentamos, e assim contribuir para melhorar as condições de vida das crianças que necessitam de alimentação especial na merenda escolar.

PROJETO DE LEI Nº 252/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 3º da Lei nº 13115, de 14 de fevereiro de 2001, alterada pela Lei nº 14677, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre a concessão de título de Cidadão Honorário ou Benemérito, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O projeto de lei que versar sobre concessão de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito está sujeito à deliberação mediante votação nominal.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de adequar a Lei nº 13115, que regulamentou a concessão de título de cidadania honorária ou benemérita no estado do Paraná aos ditames da Emenda Constitucional nº 17, de 08 de novembro de 2006.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se de imediato ao Pequeno Expediente. O primeiro orador inscrito é o Deputado Plauto Miró Guimarães.

(**Ausente**)

Segundo orador inscrito é o Deputado Péricles de Mello, a quem concedemos a palavra.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem, alguns Deputados de Ponta Grossa subiram à tribuna para fazer críticas à questão da segurança em nosso município. Realmente, a questão é séria. O centro dessa questão se refere à situação do presídio que está superlotado, mais de 350 presos num espaço muito pequeno, restrito, que sofreu reformas.

Portanto, é inadequado. Porém, acho que quando se faz uma crítica, tem que ser com profundidade, não uma crítica rasa, propagandística, sem entender a complexidade que envolve a questão da Segurança Pública em todo Brasil, não só no Paraná.

É muito cômodo e fácil, até porque o senso comum entende que a questão de segurança é simplesmente uma questão de polícia. Sabemos que uma análise um pouco menos rasa mostra a qualquer um de nós que não é. Em Ponta Grossa, surpreendentemente, o aumento da eficiência da Polícia Militar é que acaba trazendo problema para a situação do presídio.

Hoje de manhã, tive oportunidade de tomar café com um dos Comandantes da Polícia Militar aqui de Curitiba, com o Tenente-Coronel Major (*sic*). Conversamos longamente. Ele pareceu uma pessoa muito séria, compreensiva, que está inovando o policiamento da capital. Nós discutíamos justamente esta questão da necessidade para resolver a problemática da segurança não só do crescimento econômico, do crescimento social, de igualdade das pessoas, mas também a concepção da união de todo estado, dos diferentes entes estatais, desde a união, o estado e o município, diversas secretarias, para poder fazer com que avance a questão da segurança do nosso povo.

Fui Deputado no governo anterior; fiquei seis anos fora daqui; fui Prefeito de Ponta Grossa; e acho que se a população começar a refletir vai perceber que houve um salto de qualidade enorme na gestão do Governador Roberto Requião em relação à gestão do Governador Jaime Lerner.

Ontem, às 18h, o Secretário da Segurança nos ligou, e, hoje, tivemos uma audiência pela manhã. Fui acompanhado do Vereador Leo Poline, do Presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Ponta Grossa e do Presidente da Associação Comercial. Fomos muito bem recebidos pelo Secretário e continuamos avançando nesse problema.

Só para ter uma idéia, Srs. Deputados, o Governo Requião, em quatro anos e meio de governo, as 6,7 mil vagas existentes nos presídios aumentaram para 12,5 mil, ou seja, um aumento de 5 mil e 800 vagas em quatro anos e meio de governo. Repito: 6,7 mil vagas para 12 mil e 500 vagas. O Secretário nos contava que até 2008 chegaremos a 18 mil vagas nos presídios em todo estado do Paraná. Sem dúvida nenhuma é um aumento muito signi-

ficativo que mostra que este governo avançou muito mais em relação à segurança do governo que o antecedeu.

Com relação ao efetivo da Polícia Civil e Militar, dentro do governo Requião foram incorporados 4 mil e 500 homens e mulheres ao contingente das Polícias Civil e Militar do Paraná. De acordo com o nosso Secretário, será aberto concurso para mais 500 vagas para a Polícia Civil e estão sendo incorporados no Projeto POVO mais 700 policiais militares.

Com relação ao número de viaturas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, no atual governo do estado, que mostra que não se pode discutir de forma rasa, agradar platéia ou fortalecer o senso comum daqueles que entendem que a segurança é uma simples questão de prender as pessoas que cometem um ato de delinquência, que segurança é igual a polícia, porque não é, mesmo porque se refletirmos um pouco, sabemos que a medida que se aprofunda uma crise numa sociedade, falta recursos para o estado e contraditoriamente, crise maior, maior violência, a pobreza, a miséria e as coisas entram em contradição permanente, além do que uma cidade - como as brasileiras - vai demorar muito tempo, se a polícia for totalmente eficiente, para conseguir agasalhar todas as pessoas no presídio.

Além de contradições: pessoas cometem pequenos delitos e são presas, enquanto criminosos de grandes delitos não têm lugar nos presídios para eles permanecerem. E Ponta Grossa reflete esse problema. Uma cidade de alta concentração de renda, muito complexa, talvez a mais complexa do Paraná, uma cidade antiga, foi durante muito tempo a segunda cidade do estado.

Um centro rododotroviário importante, mas tem 11% do seu povo morando em favelas, que é o resultado do êxodo rural de contingente populacional. Migração polonesa, antiga, caboclos, pessoas que já, historicamente, foram colocadas nas piores terras, sem assistência, vêm para a cidade num estado de alto grau de pobreza. Em Ponta Grossa começa, como em todo o Brasil, crescer os seus índices de violência.

Passa a usar o Horário da Liderança do PT

Mas, conversando com o Comandante da polícia ontem, ele me dizia: “A Polícia Militar em Ponta Grossa melhorou e muito nos últimos anos, no governo Roberto Requião. Só nos últimos meses, prendemos mais de 90 marginais de alta periculosidade, ligados ao narcotráfico, à postos de gasolina e outros crimes.” E contraditoriamente, o aumento de presos, as vagas superlotaram nos presídios. E há realmente uma falta de efetivos para a Polícia Civil.

Então, fomos hoje levar ao Secretário a reivindicação central da questão de Ponta Grossa que é a resolução do presídio. O Secretário prontamente nos atendeu, nos garantiu que uma das principais reivindicações que é a construção de mais celas, será atendida imediatamente. Só vai haver uma alternativa: ele tem à disposição duas celas pré-fabricadas que tem condições de colocar, tipo “shelter”, que são carregadas até o local - precisa fazer a base - onde teríamos a disposição para mais 24 presos.

Ou então terminar o módulo que foi começado há muito tempo e não foi terminado, para garantir lugar para mais 32 presos.

Além disso, algumas reformas que já estão sendo feitas no presídio vão terminar em 30 dias, que é o aumento do muro, de 1,80m para 4m, a colocação de câmeras, torres de vigilância. E vai nos atender.

Na questão do efetivo, ele foi claro que infelizmente neste momento não pode atender, mas assim que o concurso for realizado, destacará um efetivo maior, principalmente para a Polícia Civil, onde há maior carência na nossa cidade. Além do que, Deputado Jocelito, na verdade a questão dos presídios é mais atinente à Secretaria de Justiça, que é a quem cabe efetivamente, que é especializada e tem condições de construir presídios e o Presidente do Conselho de Segurança levou a idéia de mais um presídio em Ponta Grossa, mas ligado à Secretaria da Justiça, que foi o que o Secretário nos disse também.

Em consequência disso, estamos marcando, Deputado Jocelito, e quero convidá-lo a comparecer nessa audiência com os demais Deputados de Ponta Grossa, uma audiência com o Secretário da Justiça na semana que vem, para conseguirmos então, além dessa questão emergencial do presídio, tratarmos com o Secretário da Segurança, construir uma outra casa de detenção para resolver, de forma estruturante, pelo menos a médio prazo, essa questão da segurança pública em Ponta Grossa.

Concedo um aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Péricles, queria cumprimentar V. Exa. por ter conseguido ser recebido pelo Secretário Delazari. V. Exa. foi recebido pelo próprio Secretário?

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sim.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Então, V. Exa. já merece um prêmio por ter sido recebido pelo Secretário Delazari. O Delazari só recebe quando está de boa linha e, aliás, ele aprendeu isso com o Requião, porque quando o Requião está bom, ele é um espetáculo e quando não está bom, nem fala com você. Então, o Delazari é da linha do Requião. Mas, V. Exa. está de parabéns!

Agora, vou contar a partir de hoje, a partir desta data quantos dias vai demorar para serem colocadas essas melhorias no que se refere à segurança de Ponta Grossa, porque no ano passado havia um compromisso do Coronel Xavier, porque mais de 70 policiais viajam nas estradas - eu vou e volto todos os dias para Ponta Grossa e diariamente dou carona aos policiais - são mais de 70 policiais que trabalham em Curitiba e moram em Ponta Grossa e na região dos campos gerais e o Comandante da Polícia Militar, o Coronel Xavier, nos prometeu que quando terminasse aquela escola de polícia em outubro, que foi antecipada, ele iria pelo menos pegar esses 70, e

40 mandar para Ponta Grossa - são palavras do Comandante da Polícia Militar, o nosso Xavier. Ele disse isso para mim e até hoje não cumpriu - vamos completar aniversário daqui a pouco e não foi cumprido. Os policiais estão viajando na rodovia todos os dias. O Secretário Delazari, outro dia discutimos aqui na 1ª Secretaria e eu disse a ele que não sabe o que está falando: há uma defasagem de policiais em Ponta Grossa que ele não sabe.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Não. Ele sabe disso. Desculpe-me Deputado!

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Ou alguém está mentindo para ele, porque está faltando policial, porque muitos deram baixa, muitos pediram para sair, e aumentaram os municípios. Ponta Grossa tem falta de policiais militares efetivamente, sim. Só ele que não sabe ou faz de conta e engana-se a si próprio - estou usando essa palavra com todo o respeito ao Secretário. Disse isso a ele aqui na 1ª Secretaria. Eu moro em Ponta Grossa e venho todos os dias de Ponta Grossa e essa é a principal reivindicação da população, a questão de falta de policiais que não temos hoje e que tem ocasionado muitos problemas na cidade.

Só quero encerrar dizendo o seguinte: Deus ajude, Deputado Péricles, que V. Exa. seja feliz, porque eu não acredito mais no Comandante da Polícia Militar, porque ele prometeu e não cumpriu. Segundo, não acredito na Polícia Militar e em alguns comandos, porque eles andaram promovendo alguns oficiais sem cumprir o que determina a lei e deixaram valentes e valorosos Comandantes fora da relação, porque alguém tinha interesse político nisso e aqui vai o meu protesto.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Deputado Jocelito, acho que tem algumas questões importantes que o senhor coloca. Acho que a função do Secretário é receber a comunidade paranaense e se o Secretário Delazari não recebe Deputados, ele está errado. Essa é uma crítica correta que o senhor faz, mas quanto a mim, ele me recebeu e se justificou até por demorar um tempo e foi muito cortês e educado. Acho que o senhor deve continuar - se ele não lhe recebe, deve continuar criticando. Isso acho que é errado, agora de minha parte, ele me recebeu muito bem. Acho que o senhor deve procurar novamente o Comandante da Polícia, o Comandante Xavier, Deputado Jocelito. Se ele fez uma promessa e não cumpriu, devemos questionar em profundidade o comando por ter feito essa promessa. Agora, temos que sair do senso comum que segurança é aumentar o efetivo da polícia. É muito fácil falar isso!

Ora, se o governo do estado aumentou em 4 mil e 500 homens em 5 anos, essa visão de segurança que é equivocada. Segurança não é apenas Polícia Militar, é uma questão que envolve toda a sociedade.

Queria pedir à Liderança do PMDB, se for possível, para eu continuar o discurso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. está utilizando o horário do PT.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Ah, ainda. Obrigado.

É muito fácil falar isso, qualquer pessoa é capaz de dizer: falta polícia em Ponta Grossa, falta polícia em Curitiba. Ora, o Secretário tem maturidade, eu acredito, porque ele faz uma análise da conjuntura do estado do Paraná. Está sendo feito concurso, mais 700 homens do Projeto POVO vão ser incorporados. Agora, a crítica rasa não resolve nada, desculpem, não avança nada, é continuar gritando. Acho que temos que cobrar mais policiamento, mas temos que entender que segurança não é só polícia.

Eu vou dar o exemplo de Ponta Grossa, o Deputado Jocelito Canto sabe, quando eu era Prefeito nós tínhamos o Núcleo de Integração da Criança e do Adolescente, mais de 1.500 jovens em situação de risco, cuidando de tênis do Clube da Lagoa, com a Polícia Militar em parceria, com o Exército, com a associação de moradores, quase a totalidade foi esquecida pela atual administração. Tem muito mais crianças na rua e aumentou a delinquência juvenil. Os órgãos da sociedade, assistência social, as várias secretarias de estado, do município, têm que se integrar para fazerem uma política correta de segurança, tem que haver uma análise científica do sistema prisional, porque é impossível resolver, a curto prazo, em um país que a questão de segurança é efeito de uma causa muito mais profunda, histórica, que é o alto nível de concentração de renda e de miséria social. E alguns, agora está na moda, disseram: “não, essa questão é só o pobre que faz delinquência”.

Não é bem assim. Pegue os dados estatísticos que saíram na Gazeta do Povo, Deputado Edgar Bueno, um perfil dos presos do sistema paranaense, a porcentagem de analfabetos, de presos que não terminaram o 1º grau e compare com os que têm curso superior e depois compare com a porcentagem da sociedade, o nível de renda.

Então, é evidente, eu conversava com o Comandante, no lugar onde há mais miséria, mais sofrimento, é muito mais fácil, porque todos somos seres humanos, somos iguais nessa característica universal! É muito mais fácil para o narcotráfico utilizar pessoas que não têm o que comer quando levantam pela manhã para servir aos seus intentos do que pessoas que têm uma vida mais digna, uma vida com mais alta renda.

Então, eu repito, devemos fazer a crítica, sim. O papel do Parlamento é criticar, é apontar caminhos, mas não a crítica rasa para colocar no outro dia para todo mundo ouvir. O problema é que não tem polícia! Isso é muito pouco! É uma crítica rasa, é não ir à profundidade das questões.

Acho que se o Secretário, repito, não recebe Deputados, tem que ser criticado. Se o Coronel Xavier, que é um homem experiente, prometeu transferência de polici-

ais que moram em Ponta Grossa e trabalham aqui, tem que ser cobrado e vou cobrar junto com o Deputado Jocelito. Agora, simplesmente que o problema é falta de polícia, não, porque, para concluir, Sr. Presidente, em Ponta Grossa aconteceu o contrário, foi justamente o fato de a polícia ser mais eficiente, prender mais gente, que trouxe uma questão grave para o presídio. E vejam que surpreendente, vejam que paradoxo: talvez, se a polícia não tivesse prendido 90 delinquentes e marginais nos últimos meses, esse problema do presídio não teria aparecido. Mas, a população acaba às vezes, no imediato, não refletindo sobre o que está por trás daqueles problemas que aparecem no contexto social.

Era isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito é o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (Democratas)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O que me trazia à tribuna no dia de hoje era para falar aqui sobre a SANEPAR, fazer um comparativo das denúncias da PAVIBRAS e da falta de investimentos que a empresa está fazendo. Só que vou mudar o prumo e o rumo da conversa.

Naturalmente todo Deputado do governo tem que defender o governo e vi o Deputado Péricles, agora, tentando justificar por que é que a criminalidade em Ponta Grossa cresce a galope. O que estamos vendo é um problema seriíssimo, aonde a sociedade constituída de Ponta Grossa se mobiliza através de suas entidades pedindo, carecendo, reivindicando uma ação do governo do estado do Paraná para que possamos ter uma Segurança Pública decente na nossa cidade. E fiquei pasmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de ver o Deputado da nossa cidade dizendo que o problema da segurança não é polícia, que o problema da segurança não é viatura, que o problema da segurança é um problema que vem de muito tempo, é um problema social.

Calma lá! Problema social existe no Brasil, existe no Paraguai, existe na Argentina e existe também na Colômbia, aonde lá existia aquele grupo guerrilheiro que dizem até que tem ligação com determinada corrente política partidária do nosso país e este grupo dominava junto com os bandidos daquele país, a Colômbia. E um Presidente que não é populista, de centro, venceu as eleições na Colômbia e colocou em ordem o galinheiro. De que forma? Começou a prender os bandidos e os chefes das quadrilhas naquele país e colocou regras aumentando o contingente policial, dando mais estrutura para a polícia, aumentando os espaços de penitenciárias e de prisões naquele país e lá, hoje, a criminalidade caiu drasticamente, Deputado Valdir Rossoni e Deputados de Ponta Grossa, que aqui representam os campos gerais.

Eu vou dar um dado para vocês para mostrar que a polícia bem equipada, que a polícia com contingente suficiente, resolve o problema. No começo de 2006 esteve lá em Ponta Grossa uma mega-operação da Polícia Civil e da Polícia Militar, mais de 40 viaturas foram deslocadas para a cidade de Ponta Grossa, mais de 100 policiais de outros batalhões foram encaminhados para o policiamento na cidade de Ponta Grossa, em conjunto com os integrantes da Polícia Militar, do 1º Batalhão e também da Polícia Civil. Sabem o que aconteceu? A criminalidade caiu drasticamente no município de Ponta Grossa. Por quê? A polícia estava lá, a viatura estava lá no bairro, quando tinha uma ocorrência a polícia estava em cima e os bandidos pararam de agir. Dezenas foram presos, foram lá para o cadeia. Alguns que eram presos, condenados e fugiram, foram presos e foram para a penitenciária cumprir suas penas. O problema da criminalidade foi praticamente resolvido nesse período que a mega-operação aconteceu. Depois disso, a Polícia Militar saiu, a mega-operação foi embora, foi para outra região e voltaram novamente os índices de criminalidade num estágio insuportável pela população de Ponta Grossa e também dos campos gerais. Isto para mim foi uma prova, Deputado Zucchi, de que a polícia presente, bem equipada e trabalhando, resolve o problema.

Não estou aqui criticando a polícia que tenta fazer o que pode. Só que faltam policiais, não tem carro, não tem pistola, é um monte de problemas que tem. E mais, só para vocês saberem, Ponta Grossa tem 1.500 mandados de prisão expedidos pelo Poder Judiciário, 1.500, Deputado Elio Rusch, a polícia sabe onde uma parte está. Prende, vai colocar aonde? O cadeia superlotado, a penitenciária lotada, vai colocar aonde? Vai lá, prende, leva para a cadeia, leva para a polícia e devolve para as ruas.

Quero aqui deixar claro que todas as demonstrações lá na cidade de Ponta Grossa, no período que teve a mega-operação, foi resolvido no período que lá aconteceu: a criminalidade caiu. E também eu não posso deixar aqui de falar que Ponta Grossa pede, sim, que os olhos do Governo do Estado e do Secretário da Segurança se voltem a ela, porque está insuportável! Não é o Plauto que está falando, é a sociedade pontagrossense, são os moradores dos campos gerais e do Paraná que estão pedindo para o Governador do Estado do Paraná direcionar mais recursos para a área da Segurança Pública!

Precisamos de mais policiais, precisamos de mais viaturas e espaços nas cadeias e nas penitenciárias para poder abrigar os bandidos que hoje tomam conta das ruas do Paraná e de nossas cidades. As pessoas de bem, enquanto isso, Sr. Presidente, se escondem em suas casas de medo dos bandidos que estão nas ruas.

Agora, se a polícia não combate o ladrão, se a polícia não trabalha no sentido de dar segurança, se o problema é outro, os petistas do nosso Brasil que saiam às ruas para prender os bandidos que tomaram conta do

nosso país, do Paraná, da nossa cidade de Ponta Grossa e dos campos gerais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próxima oradora inscrita, Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Solicitei o uso desta tribuna no dia de hoje, não com o objetivo de aqui falar de segurança, embora seja um assunto que nos preocupa e com certeza preocupa a todos os Parlamentares desta Casa, não só de agora, muito menos porque agora o Governo Lula está administrando o nosso país. Tenho certeza que a segurança é um assunto que também preocupa muito o Presidente Lula e gostaria, sim, de reforçar, endossar aqui as palavras do Deputado Péricles quando se refere que só policial não vai resolver, nós temos um problema social que precisa ser resolvido. Temos que investir e o Governo Lula tem essa preocupação, investir bastante na educação para resolvermos também o problema da violência hoje. Acredito que é por aí que vamos começar as mudanças.

É bom lembrar aqui que o problema da segurança vem sendo debatido, coisa que não acontecia nos governos anteriores, nem no Governo Lerner no qual, inclusive, tivemos assassinatos de pessoas inocentes, como aconteceu no dia 1º de maio de 2000, quando trabalhadores sem-terra se dirigiam para cá para reivindicar um apoio à reforma agrária e teve a morte do companheiro Antônio Tavares, inocentemente, assim como tantas e tantas pessoas tombaram, por falta de segurança neste país.

Então, tanto houve falta de segurança e acredito que se hoje estamos sofrendo isso, é consequência também da falta de uma discussão maior de segurança, o que não ocorreu no Governo de Jaime Lerner e muito menos no do Fernando Henrique.

Gostaria, Sr. Presidente, no uso desta tribuna, dizer que nesta semana está acontecendo a 10ª marcha dos Prefeitos a Brasília. Eu fiquei muito feliz com a notícia que tivemos, por parte do Presidente Lula, que está atendendo o pedido dos Prefeitos, no mínimo em parte, que é a questão do aumento do repasse do recurso do FPM para os municípios.

Aumento, Deputado Zucchi, claro, parece pequeno mas é aumento já de 1 ponto percentual saindo de 22.5% para 23.5% do FPM. Isso significa um repasse do governo federal para as prefeituras no valor de 1.3 bilhão de reais. Para mim isso significa bastante! São recursos que vão ser investidos a mais nos municípios, é atender as reivindicações que os Prefeitos estão levando até o nosso Presidente Lula. Portanto que acredito que foi um grande avanço.

Uma notícia que nos deixa feliz também neste dia, Deputado Péricles, é com relação ao nosso Presidente que na última pesquisa a CNT Censo acaba de divulgar que o Presidente Lula tem uma aprovação de 63.7% dos entrevistados. Isso significa muito para nós porque é um governo que vem dando certo, é um governo que está preocupado com o povo brasileiro e que está conseguindo ter aprovação também neste seu segundo mandato.

Outro dado importante, que para mim diz muito, foi com relação aos dados repassados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, que coloca os números do Bolsa-Família. O programa hoje é responsável pela redução de 10% da desigualdade de renda no Brasil. Por aí é que vamos começar a mudar o nosso Brasil, Pastor Edson, com certeza, se diminuirmos a desigualdade vamos conseguir ter um mundo um pouco mais humano, vamos conseguir ter, com toda certeza, um mundo com um pouco mais de paz. E é essa que tem sido a grande preocupação também do governo Lula.

Um segundo assunto que gostaria de tratar aqui, é com relação que na semana, ou seja, no dia 28 de março aconteceu no município de Francisco Beltrão o II Congresso da FETRAF-Sul. Esse segundo congresso contou com a participação do Diretor-Presidente da COHAPAR, Rafael Greca e também com o nosso Secretário da Agricultura, Valter Bianchini, aqui do estado do Paraná, que estiveram presentes dando o seu apoio ao evento e também estiveram nesse dia levando a autorização do Governador Roberto Requião, o seu apoio e a sua parceria em mais 980 casas que estão sendo construídas para os nossos agricultores.

Até o final do ano passado, até o final do ano de 2006 foram aproximadamente 5 mil casas construídas para os nossos agricultores. Neste ano já temos essa autorização, uma parceria onde o governo federal coloca recursos que vêm a fundo perdido para o nosso agricultor, aproximadamente 7 mil reais para os nossos agricultores. E houve uma parceria, aqui, do governo Requião onde o Governador está colocando cerca de 2 mil reais por casa.

Então, significa quase 2 milhões de reais que o Governador está trabalhando na parceria com o governo federal e também com as entidades como a COOPERAF - Cooperativa de Crédito da Agricultura Familiar - e com a CRESOL. Graças a essa parceria mais de 980 famílias de pequenos agricultores vão ser contemplados, vão poder morar com mais dignidade no campo, porque através desse programa eles vão conseguir quase R\$9 mil reais a fundo perdido. E o agricultor não precisa fazer a devolução. Claro que o agricultor trabalha muitas vezes, ele mesmo além de ser agricultor é pedreiro, consegue construir a sua casinha - a sua casa melhor dizendo, porque não é uma casinha, mas é uma casa digna para se morar - e assim ele consegue ter o sonho realizado de poder viver com dignidade no campo.

É um programa que está dando certo, é um programa muito bom. Os nossos agricultores vêm traba-

lhando e isso tem dado mais ânimo, mais incentivo para que eles continuem morando na roça, mas continuem morando tanto com incentivo do governo federal, como também com essa parceria com o governo de estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero aqui parabenizar a Comissão de Saúde desta Casa pela brilhante iniciativa de abrir uma discussão sobre a Saúde Pública em Curitiba e região metropolitana. Foi uma primeira reunião, mas nós já conseguimos diagnosticar muitos problemas que já são de conhecimento da maioria dos Srs. Deputados, mas que muitas vezes se nós não pararmos para discutir os problemas, nós dificilmente vamos encontrar soluções. E da reunião, o que ficou muito claro é que a solução para os problemas da saúde de Curitiba e região metropolitana serão resolvidos através de consórcios e parcerias entre os municípios que fazem parte da nossa região. Os problemas, é claro, cada vez aumentam mais, Dr. Batista que também faz parte dessa comissão, e as soluções para os problemas não acompanham na velocidade que gostaríamos que acompanhassem.

Mas acredito que a solução também não é ficar colocando a culpa sempre nos outros, mas que cada município assuma a sua parte de responsabilidade, o Estado assuma a sua parte, o governo federal da mesma forma. Acredito que vamos melhorar, porque resolver é muito difícil, mas podemos melhorar o atendimento da saúde para a nossa população.

Em segundo, gostaria de ressaltar o que a Deputada Luciana já destacou aqui, que é a marcha dos prefeitos. Depois de tantas marchas que já fizeram a Brasília, ontem voltaram com uma boa notícia, com uma boa resposta que tiveram do governo federal, pois o Presidente Lula atendeu a principal reivindicação dos prefeitos, que é o aumento do percentual do FPM em 1%. Isso vai injetar 1,3 bilhões de reais no caixa dos municípios do nosso país. Com certeza não resolve os problemas, mas ameniza o sofrimento de muitos por esse país afora.

Outra reivindicação e outra notícia importante que o nosso Presidente passou aos municípios, é a diminuição de exigência na contrapartida para financiamentos em habitação e saneamento básico. Com a notícia que o Presidente passou aos Prefeitos, é praticamente nula a contrapartida, zero vírgula alguma coisa, a exigência para que os municípios façam projetos e desenvolvam planos na área de habitação e de saneamento básico nos municípios brasileiros.

Então, é uma boa notícia. Temos que louvar e por essa decisão de ontem, vemos o compromisso do Presidente em tentar diminuir a concentração de renda, de tornar mais democrático o repasse de verbas e o apoio aos municípios do nosso país.

Sr. Presidente, também quero fazer um comentário com relação ao movimento dos professores da rede estadual de ensino, que ontem fizeram aulas mais curtas, aulas de 30 minutos, com o objetivo de discutir os problemas da categoria. Então eles estarão fazendo uma paralisação no dia 25, porque eles aguardam do Governador uma confirmação de uma proposta para amenizar os seus problemas.

Eu saí da escola estadual nesses dias. Há poucos dias eu era Diretor de escola estadual e há 17 anos sou professor da rede estadual de ensino. Conheço razoavelmente bem o problema que enfrentam as escolas do Paraná. A principal questão que os professores reivindicam é uma equiparação salarial, que foi motivo de muita discussão aqui no ano passado, porque hoje, um professor com formação superior, começa a carreira com R\$515 iniciais e R\$1.030 para 40 horas. Um profissional com a mesma formação em qualquer outra área do Governo, começa com o dobro desse valor. Sabemos, eu que conheço bem a escola e muitos dos Srs. Deputados também têm conhecimento, a dificuldade que é hoje trabalhar com a clientela que temos, a dificuldade que os professores têm para lidar com alunos oriundos de famílias desestruturadas.

Estou acreditando na sensibilidade do Governador para amenizar o sofrimento dos professores. O governo já está fazendo os cálculos para ver se é possível recuperar as perdas de 2004 para cá, desde que foi implantado o Plano de Cargos e Salários e aí, a cada ano, tentar recuperar um pouco do que os professores perderam, principalmente nos 8 anos do governo Jaime Lerner. Então, se em cada ano os professores conseguirem recuperar a inflação do período e um pouco daqueles 56% que nós perdemos durante 8 anos do governo Jaime Lerner, tenho certeza que a educação vai melhorar bastante. A educação só melhora se tivermos professores trabalhando de bem com a vida, sendo valorizados, com condições de trabalho e com melhor estrutura das nossas escolas.

Acredito que os governos Requião e Lula estão empenhados em melhorar a educação no nosso país e no nosso estado. Espero realmente que este mês se confirme a reposição de 15% aos professores do Paraná, para que eles continuem trabalhando e educando as crianças do nosso estado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Stephanes Júnior.

(Declina).

Grande Expediente:

Passa-se para o Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente e Srs. Deputados, Deputados mais experientes desta Casa, Deputados que nos ensinam a cada dia com as suas profundas palavras e ensinamentos.

Eu queria inicialmente fazer um agradecimento a V. Exa., Presidente Nelson Justus, por ter promulgado na data de ontem a Lei nº 15471. Essa lei é a que autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres no Estado do Paraná.

Essa lei foi aprovada por esta Casa, levada a sanção para o governo do estado por esta Casa. O governo não sancionou e não votou a presente lei. Voltando a esta Casa, na data de ontem, o Presidente Nelson Justus usando da sua prerrogativa legislativa de Presidente do Poder Legislativo, promulgou esta lei que é de fundamental importância para os jovens alunos do estado do Paraná.

Estamos vendo no Paraná muitas faculdades, muitas universidades sofrendo pela falta de corpos para estudo e, ao mesmo tempo percebemos que muitos corpos são enterrados de forma errada, ou seja, poderiam ser usados para o estudo. São enterrados como indigentes, nenhum familiar reclama. E isso só vai melhorar a pesquisa nas universidades.

Esse projeto, na verdade, é um projeto de autoria das faculdades e instituições do estado do Paraná, que trabalham nessa área. Esse projeto foi estudado carinhosamente e liderado pelo CESCAG de Ponta Grossa, uma faculdade particular que foi com as demais universidades - sejam elas públicas ou privadas - fazer várias reuniões, reuniram-se e criaram essa lei que foi passada a mim como instrumento para fazer tornar-se lei no estado do Paraná.

A partir da promulgação do nosso Presidente Deputado Nelson Justus, ela passa a ter vigor a partir de agora, como lei no Estado do Paraná. Todos os corpos não reclamados poderão ajudar as universidades, ajudar os jovens a pesquisar. Os jovens terão corpos mais frequentes, os corpos podem ser mudados, podem ser melhor analisados.

Essa lei é uma lei de pesquisa. É uma lei que cria oportunidades de os nossos médicos aprenderem melhor, com mais profundidade e ao mesmo tempo fazer com que os alunos que estão lá, terminando ou na metade do seu curso, possam ter ainda mais conhecimento ao tratarem com esses corpos que certamente seriam enterrados como indigentes.

Fica aqui Sr. Presidente, o agradecimento a V. Exa., a toda direção da Casa, ao corpo técnico desta Casa, aos Srs. Deputados. Essa lei é uma lei de todos nós. Uma lei aprovada por esta Casa, lei de fundamental importância para a vida, o ensinamento e para o futuro.

Por isso quero cumprimentar todos os Deputados que votaram a favor dessa lei. Tenho certeza que os jovens ao saberem dessa notícia, a partir de hoje irão dar

ainda mais valor aos trabalhos desta Casa, por esta Casa ter feito essa lei, que a princípio parece ser tão simples, mas que é de tamanha profundidade na questão da pesquisa científica, da pesquisa que deve ser realizada pelos nossos filhos e netos que vão passar ou estão passando pelas universidades do Estado do Paraná.

Portanto, Sr. Presidente, meus cumprimentos a V. Exa. por ter cumprido o que determina a lei, por ter cumprido a vontade do parlamento, por ter cumprido a vontade da maioria dos jovens e ter cumprido o mandamento maior que Deus nos deu, que é o mandamento da vida, para aprendermos, criarmos e ao mesmo tempo melhorarmos cada vez mais a genética da nossa vida, dando melhores condições de saúde para o nosso povo.

Por outro lado, Sr. Presidente, ouvi vários comentários sobre Segurança Pública. O Deputado Péricles falou algo que realmente precisa ser atendido. Segurança Pública não é só discursar. Se discurso resolvesse o problema da Segurança Pública não precisaria policiais, políticos e sim, apenas o discurso.

Claro que a Segurança Pública tem coisas boas, o Deputado Péricles tem razão. Tem coisas boas na Segurança Pública de Ponta Grossa. Por exemplo, é a cidade, das grandes cidades do Paraná, com menor índice de homicídios. Tem cidades até menores que têm mais homicídios que Ponta Grossa. Isso é uma característica da nossa cidade.

Nossa cidade também é uma com menor índice em furtos de veículos por número de habitantes no Paraná. Isso é verdade! Ponta Grossa tem essa qualidade de vida. Em 1999 Ponta Grossa atingiu a casa de 42 dias sem um único homicídio na cidade. Mais de um mês sem ninguém matar ninguém na cidade.

Isso se deve, bem lembrado aqui Deputado Péricles, às questões sociais. Cada governo governa de um jeito. Tem governo, Deputado Péricles, V. Exa. que já foi Prefeito, que adora fazer obras, e muitas obras faraônicas, obras que não servem, só servem para poucos. Tem Prefeito que prefere fazer um ginásio de esportes grande que custa R\$ 6, 7, 8 milhões e tem Prefeitos que preferem fazer pequenos ginásios nos bairros que custam R\$ 150 mil, e que, no meu ponto de vista, melhoram a qualidade de vida na cidade, porque toda vez que um jovem estiver praticando esportes, é um jovem que está tendo algo a fazer.

Toda vez que um jovem estiver no campinho de futebol, ele está se preparando fisicamente, é um garoto sadio, um garoto que pratica esportes, que joga bola no campinho todo dia. É um garoto de futuro. Futuro de saúde, porque hoje a grande maioria que pode, paga para ir à academia, O jovem do bairro, da favela, é o jovem que não poder ir à academia, mas ele tem sua própria academia no dia-a-dia: pegar ônibus, ir para a escola, ir jogar bola no campinho, no ginásio de esportes.

Por isto, a questão da saúde tem a ver com a questão da segurança, porque quando o menino estiver praticando algo no bairro, é um garoto que sai barato na saúde

e sai barato naquilo que o Deputado Péricles falou, aqui: nos programas sociais que não podem parar. Fazer obras é importante, duro é mantê-las, principalmente as grandes. Agora, o mais importante - e aqui não vai crítica a ninguém - tem muito filósofo por aí que adora dizer que tem que ensinar o povo a pescar. Tem gente que adora falar isso: tem que ensinar o povo a pescar.

Isso aí é papo furado: ensinar o povo a pescar. A Madre Tereza de Calcutá já dizia: *o mais importante é cuidar das pessoas*. Tem horas que o povo não tem nem o que fazer, não consegue nem pegar na vara para pescar, de tão debilitado que está, de tão cansado que está. Por isso são importantes ações como esta do leite, que tem no Paraná. Eu tenho andado nos municípios e tenho visto aquelas filas. A fila do leite. Que programa genial! Como é bonito ver aquela criancinha pegando um litro de leite todo dia, levando para casa. Isso não existia! Isso é medicina preventiva, isso é cidadania: um jovem conseguir um litro de leite para levar para casa.

Mas aí vai aparecer um daqueles formados, da universidade para dizer que não, que isso é assistencialismo. Mas isso é coisa de gente que nunca foi ao bairro, de gente que nunca passou dificuldades, é gente que sempre teve tudo na mesinha, prontinho, dez tipos de comida. Então, as pessoas mais simples dão valor. E as prefeituras precisam cuidar dos pobres, sim, porque não adianta ficar mentindo, ficar enganando que vai arrumar emprego para todo mundo: “Olhe, vou assumir e vou arrumar emprego”. Papo furado! Tem um número “X” de pessoas que não vai arrumar emprego! Não vai, mesmo! Por quê? Porque é normal!

Há uma safra de meninos e meninas que está vindo aí, repletos, cheios de alegria, de juventude, de ensinamentos, de internet, de inglês, de francês, de cursinhos. Como é que vai competir um senhor de 40 anos com um menino de 20? Jamais!

Então, é neste momento que entram os aparelhos sociais das prefeituras e do estado para diminuir a criminalidade nas cidades. Aí aparecem coisas boas. Ponta Grossa, por exemplo, o Governador está fazendo uma obra lá que muita gente não sabe. Aliás, tem muita gente que mora em Ponta Grossa e não conhece a cidade, que não conhece os bairros. Precisa andar mais! Precisa estar lá, presente. Só falar, não. Tem que ir lá, andar, conviver, andar no meio do povo. Lá tem um centro chamado Centro de Ressocialização do Jovem. Uma obra sensacional, lá no Pitangui. Uma obra de quase R\$ 7 milhões. Para fazer uma comparação, R\$ 7 milhões é exatamente a metade do dinheiro da construção do Hospital Regional de Ponta Grossa, que custa 15. É a metade do dinheiro. É um baita de um projeto social! É uma quadra inteira! Um negócio que quando você entra lá, é uma cidade social, um lugar para cuidar dos menores - do menor que apronta - não para dar porrada nele, não para sujá-lo, não para machucá-lo, não para colocá-lo no pau-de-arara, mas para mostrar que ele vai ter uma oportunidade! Para ele voltar deve estar em um lugar digno e esse lugar digno é o que está sendo feito

e vai ser entregue agora. Então, isso é bom para segurança. É um belo de um projeto do governo do estado, uma obra que merece todos os nossos elogios.

É claro que o governo tem seus erros, Deputado Péricles, e aí é que eu confronto porque o governo que eu elogio quando faz coisas boas, eu critico alguns dos auxiliares do governo que acham que são os deuses, que estão acima do Governador. Ninguém está acima do Governador, o mandatário maior. Esses Secretários, às vezes, acham que são os príncipes e aí começam a inventar histórias, por exemplo, transferir um Comandante de um quartel para Ponta Grossa para puni-lo. Isso não é justo!

Vamos transferir um Comandante aqui de Curitiba para Ponta Grossa como castigo. Nossa terra não é lugar de castigo! Nossa cidade não é lugar de castigar ninguém! Durante a campanha aconteceu isso, transferiram um Coronel para Ponta Grossa para castigá-lo porque diziam que ele estava na campanha do Senador Osmar Dias. Isso não é justo! Polícia não é para brincar! Polícia é seriedade!

Falo aqui em nome daqueles que são colocados de lado, porque algum príncipe acha que está acima do valeroso homem da polícia, que enfrenta os bandidos do bairro. Coronéis devem ser promovidos por bravura; Coronéis devem ser promovidos por trabalho; Coronéis devem ser promovidos porque, ao longo de sua vida, não sujaram suas fichas; Coronel deve ser promovido porque pegou aquele uniforme e deixou sua esposa e seus filhos apreensivos em casa, e foi cumprir sua sina de ser um policial, sabendo que sua família poderia receber uma ligação dizendo que ele morreu numa operação, o que ocorreu com o Sargento Teodoro quando foi evitar uma fuga no Presídio Hildebrando de Souza, de Ponta Grossa, tão falado aqui. Esse policial deve ser respeitado.

Os príncipes da polícia não podem brincar com quem carrega essa Polícia, seja Militar ou Civil. Esses príncipes são passageiros, não são herdeiros eternos! Herdeiros eternos são os que começam na polícia e se formam ao longo dos anos. Os príncipes são passageiros e, muitas vezes, estão nos cargos por liminares mal dadas ou porque alguém deu por algum interesse, que breve poderei falar, quando for a hora oportuna.

Para quê servem os príncipes?

Tem que respeitar a polícia; tem que respeitar a hierarquia; tem que respeitar o ser humano; tem que respeitar o Comandante. Não como fizeram com o Novacoski, há um ano, quando um membro do Ministério Público disse que ele estava envolvido em algo em Foz do Iguaçu e ele não estava. O Novacoski não devia nada, mas alguém “buzinou” no ouvido do governo e o nosso Governador, com aquele seu jeito peculiar de explodir, disse, durante uma aula na “escolinha”, que ele acreditava no Novacoski, que era um bom policial, mas que ele iria afastar o Novacoski aqui da capital, por um período, até que se julgasse se ele devia ou não devia. Coitado daquele Comandante!

O Novacoski foi afastado, ficou um tempo, voltou e não provaram nada contra ele. Ele está aí, continua sendo Comandante, mas a imagem daquele policial acabou sendo colocada em xeque porque alguém “buzinou” onde não deveria “buzinar”, deveria cuidar para isso não acontecer.

São os príncipes da polícia, os que prometem e não cumprem, como o Coronel Xavier que prometeu mandar os policiais para Ponta Grossa. Vamos continuar com essas estatísticas porque estão faltando policiais. Estão faltando policiais, sim. Nenhuma estatística de geoprocessamento vai me mostrar o contrário. Não moro em Curitiba, moro em Ponta Grossa, ando nas ruas, converso com os policiais, sei o que falta e o que não falta. Não é justo que falem policiais quando se prometeu. Então, não prometa.

E volto a dizer, Sr. Presidente, é muito séria esta denúncia: os Comandantes, os Coronéis devem ser promovidos por respeito, não por politicagem. Não aceito isso. Vou me manifestar aqui, sim. Não se pode promover Coronéis com intenção politiqueria. De jeito nenhum! Isso machuca a polícia, isso machuca o policial que está começando a sua vidinha lá em frente ao banco que está sendo assaltado, lá na RONE, na patrulha municipal, na patrulha escolar. Esse deve ser protegido. Com que espírito ele vai à polícia sabendo que quando chegar a Major, ele vai depender de um empurrãozinho para chegar onde precisa?

Não aceito isso e acho que o governo deveria respeitar os policiais. Promover de acordo com o que determina a lei. Tem uma lei para isso e essa lei deve ser seguida. Respeitar o direito de quem fez uma carreira brilhante, bonita e de respeito, porque senão não adianta ser policial.

O Sr. Dr. Batista (PMN) (Aparte)

Deputado Jocelito, estava atento ao seu pronunciamento, o senhor falando da saúde, falando da doença, falando que é importante o esporte para a vida - o senhor agora que está mexendo com o esporte. Tudo verdade o que o senhor está falando. Nós, como médico, temos que ter uma rede de orientações para tratar da saúde e não só tratar da doença. O senhor está sendo muito feliz em seu pronunciamento.

Quero parabenizá-lo e dizer que nós devemos convocar até um time lá de Ponta Grossa, que faça orientações preventivas para que as pessoas não fiquem doentes. Quero parabenizar a felicidade que o senhor está tendo no seu discurso.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado Dr. Batista. Ouvindo isso de um médico, fico feliz.

Com a palavra nosso eminente Deputado Péricles de Mello.

O Sr. Péricles de Mello (PT) (Aparte)

Deputado Jocelito, concordo com o teor geral do seu pronunciamento. Talvez, algumas nuances diferenciem.

Queria destacar alguns elementos: o senhor falou do ginásio de esportes que fez em mais de dez bairros em Ponta Grossa e destacar também o Projeto Integrar do meu governo, educação de jovens e adultos. Tínhamos mais de 22 núcleos, chegamos a ter 1.400, 1.500 alunos. Terminavam o 1º grau em 10 meses com curso de informática, qualificação profissional e infelizmente, a atual administração extinguiu com outros programas sociais.

E esse é o grande debate que acontece no Brasil. Os setores mais à direita insistem de todas as formas, utilizam o poder que têm na mídia para insistir que se deve cortar custeio e fazer investimentos, esquecendo que a questão social faz parte dos investimentos. E esses investimentos também nunca são muito bem elaborados e concebidos à medida que se pensa em grandes obras faraônicas e assim por diante.

Uma outra crítica que se faz ao governo Lula, é o Bolsa-Família, dizendo exatamente o que o senhor repetiu aqui: não adianta ajudar as pessoas, que tem pessoas num estado tal, se não receberem apoio do estado não têm como aprender a superar os seus problemas e nem condições de superar os próprios problemas.

Concordo em geral, e por favor, tentei fazer um pronunciamento com profundidade e vem o Deputado Plauto insistir na mesma ladainha, que a elite brasileira é sábia nisso e faz a vida inteira, resolver o problema da segurança é repressão. Não existe no vocabulário do Deputado, prevenção. É polícia, polícia, polícia! Ora, será que é possível que o estado paranaense possa fazer aqueles grandes mutirões de polícia todo dia, toda semana?

Não existe possibilidade real de recursos. Isso é uma enganação! Agora, claro que a repressão é necessária e eu destaquei os elementos importantes - com o Governador Requião, mais de 4 mil e 500 viaturas em 4 anos e mais de 7 mil homens.

Então, acho que o Deputado Plauto confundiu totalmente o meu pronunciamento, tentando fazer aquilo que eu disse, que é agradar o senso comum e não pensar historicamente, com profundidade, a questão da Segurança Pública do Paraná e Ponta Grossa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Péricles!

Concedo um aparte ao Deputado Dobrandino.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Obrigado, Deputado Jocelito!

Quero me referir ao seu pronunciamento com referência ao Coronel Novacoski, da Polícia Militar. Ele foi Comandante na minha cidade, Foz do Iguaçu, por muito tempo e o conheço muito bem. Quanto a denúncia que V. Exa. se referiu no nome dele, a Promotoria de Investigações Criminais de Foz do Iguaçu - PIC, fez uma investigação em Foz e apareceu o nome dele nas denúncias. Até aí tudo bem! Nisso, o governo pediu para averiguar e

achou que não tinha, mas realmente constou o nome, então não é também uma coisa tão simples assim.

Mas, com relação ao Coronel que foi Comandante na minha cidade, pedi para tirar de Foz do Iguaçu, sendo que nada contra a pessoa dele, mas como Comandante ele foi péssimo, daria nota zero a ele. Perseguiu meio mundo da Polícia Militar, conseguiu a façanha de desagregar a polícia toda de Foz, ao ponto de que ninguém mais trabalhava.

Então, quero dizer aqui que grande parte da situação da segurança do Paraná é culpa também dos Coronéis, dos Delegados, porque falta uma sintonia maior e por isso a segurança não anda. É uma briga dentro da polícia entre comandantes e comandados e por isso está aí o caos.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Dobrandino!

O senhor conhece bem Foz do Iguaçu e veja como é a ironia do destino: V. Exa. pediu para trocar o Coronel e o Coronel, hoje, é o Comandante da Polícia Militar aqui na capital do estado. Em um lugar dá certo, em outro não dá, mas é coisa de polícia. Eu, por exemplo, não gosto de me meter muito na polícia, mas não gosto de injustiça com alguns Coronéis que têm merecimento. Vou voltar neste assunto qualquer hora com os documentos aqui e daí quero ver alguém explicar o que não dá para explicar. Estou juntando os documentos e em breve vou trazer os documentos aqui sobre essa questão de promoção, que vai deixar muita gente chateada.

Sr. Presidente, só para agradecer mais uma vez. Muito obrigado a V. Exa. por promulgar a lei da pesquisa, a lei que vai ajudar a melhorar a vida no estado do Paraná! V. Exa. está de parabéns e já está na história do Paraná por ter sancionado essa lei.

Muito obrigado!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

No horário do PMDB, com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Tenho visto aqui nesta Casa, nestes últimos dias, a repercussão daquilo que as elites dominantes deste país propalam há séculos. Aqui no Brasil quem é que manda? A elite. Mas, que elite? A elite branca, discriminadora, que exclui todo mundo e depois ficamos vendo todo esse discurso da extrema Direita, vamos dizer. Até podem achar que não são de extrema Direita, mas lógico que são.

Olha, no pronunciamento do Deputado Plauto Miró Guimarães, ele usa a Colômbia como exemplo de combate à segurança. Lá na Colômbia nós temos um governante que está enfrentando, sim, uma guerrilha popular, porque as terras são dessa elite branca, que manda em tudo, que é dona de tudo, que impõe os juros, que impõe a educação, que impõe enfim a nós, sociedade, tudo aquilo que pretende. Espero, sim, que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia resistam e tomem o poder daqueles apaniguados do governo norte-americano que não se cansa de matar - como faz hoje no Afeganistão e no Iraque - quer matar em todo lugar.

Olha, eu me lembro do Brizola Governador, a mídia massacrava o líder popular do PDT dia e noite, sem parar. O Brizola saiu do governo, já faleceu, deixou um exemplo para a nação brasileira, e os problemas lá no Rio de Janeiro se exacerbaram, não era uma questão do governo, do esquerdista Leonel Brizola. Ninguém fala, Deputada, dos CIEPs que ele fez.

Eu estou aqui, eu chamo a atenção dos Srs. Deputados para um fato, olha só: eu me lembro que eu era Deputado aqui e, se não me engano até li na tribuna um comunicado do ex-Governador Jaime Lerner ao Banco Central dizendo das condições boas que se encontrava o BANESTADO quando ele assumiu o governo. Pois bem, isso está registrado nos documentos do Paraná. Bom, mas o governo do PFL, da Direita, dos brancos que fazem a exclusão, dos brancos donos de tudo, como lá na Colômbia um branco exclui o índio, o pobre, o negro, o mestiço e impõe pelas armas um governo criminoso e logicamente apoiado pela direitona mundo afora. Pois bem, naquela fobia de ver o poder público sendo mais forte, o governo anterior ao governo do Requião, lá pelas tantas fez o seguinte: toma um empréstimo de R\$ 5 bilhões, 650 milhões para sanear o BANESTADO. BANESTADO que tinha sido “explodido” por eles mesmos. Tem na sociedade paranaense uma dúvida muito grande: não existe só a dívida, não, existe também a dúvida em relação ao enquadramento que fizeram dentro do BANESTADO. Pois bem, para sanear aqueles rombos que eles mesmos fizeram, eles tomaram de empréstimo R\$ 5 bilhões, 650 milhões. Por esse empréstimo, agora no mês de abril, nós pagamos R\$ 55 milhões e 200 mil. Pagamos até dezembro de 2006, R\$ 5 bilhões e 400 milhões. E ainda estamos devendo R\$ 9 bilhões e 100 milhões. Por que acontece isso, Deputado Dobrandino? Porque aqui quem manda no Banco Central não é o povo brasileiro, é alguém, e eu lamento profundamente porque eu fiz todas as campanhas do companheiro Lula, mas ainda há tempo para se corrigir essas coisas. Nós somos submetidos a esse tipo de política.

Então vejam bem, você pega R\$ 5 bilhões e 600, paga R\$ 5 bilhões 400 e está devendo R\$ 9 bilhões e 100. Mas por quê deve isso? Porque a política de juros imposta pelo Banco Central penaliza, vitimiza o próprio povo brasileiro.

Escuta uma coisa, Deputado Dobrandino, V. Exa. tem dívida comigo. Eu posso fixar os juros para o senhor me pagar e eu jogo os juros na estratosfera. É jogar contra si mesmo!

Então, estou falando isso aqui porque se não tivéssemos esse tipo de dívida que estamos pagando todos os meses, em função de uma política temerária e irresponsável que ficou imposta aqui durante tantos e tantos anos. Deputado Plauto Miró, o senhor pega R\$55 milhões e veja o que daria para se fazer, por exemplo, na sua Ponta Grossa.

Agora, Srs. Deputados, houve uma mega-operação no setor de segurança em Ponta Grossa, ficaram alguns dias naquela operação, o Deputado gostaria que ficassem lá de 1º de janeiro a 31 de dezembro, e nós não estamos no âmago da questão. Por que essas coisas acontecem aqui no país? Por que o povo é discriminado? Nós temos secularmente uma política de exploração e esses que vêm falar aqui, Deputado Mohamad, reclamando da segurança, da saúde, da educação, eles tiveram todo o tempo do mundo para corrigir estas coisas e não fizeram!

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Em seguida. A hora que eu alinhar o meu discurso, terei todo o prazer.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

O seu tempo está quase no fim e eu gostaria de contribuir com o seu pronunciamento.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Mas eu sou o dono do meu tempo.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Com toda a certeza. O Regimento Interno lhe dá esta condição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Pois bem. Esta tsunami privatista que nós tivemos fez com que a SANEPAR passasse às mãos forames. A COPEL que deu um lucro extraordinário e este lucro será revertido em favor do povo paranaense, quase que foi jogada na lata do lixo e eu me lembro aqui do Sr. Ingo Hubert e da trupe que eles trouxeram aqui, dizendo que a COPEL não tinha amanhã, não tinha futuro. E eu tinha falado, juntamente com os nossos companheiros que ela era uma das empresas melhores do mundo, que era competitiva e que deixaria, sim, resultados extremamente favoráveis ao povo do Paraná. Esse lucro que a COPEL apresenta já está sendo levado às melhorias de vida de

mais de 1 milhão de pessoas que estão incluídas no Programa Luz Fraterna.

Então, fizeram isto - quebraram o BANESTADO, golpearam a SANEPAR, a COPEL. Eu fui Secretário dos Transportes e sei como estavam as coisas nesse setor rodoviário, tudo por culpa de um governo que não tinha firmeza, não sabia, eu acho, o que queria, todo mundo mandava, todo mundo fazia o que bem entendia. É por isso que na política precisamos ter o mínimo...

(Término do tempo)

Sr. Presidente, estou terminando.

Sr. Presidente, eu não sei se não faço aqui uma sugestão. Ouvi tanto pronunciamento santo aqui que talvez pudéssemos mandar uma correspondência ao Vaticano e nós poderíamos canonizar outros beatos, santos, porque Frei Galvão, coitado, ele está isolado. Então, são tantos os pronunciamentos para resolver as questões, sem embasamento nenhum - quantos bilhões nós precisaríamos para fazer todas estas operações permanentemente, quantos homens precisariam ser contratados? o governo faz investimentos generosos em todas as áreas, mas, Deputado Mohamad, V. Exa. que vem de longe e carrega na sua cabeça a luta de todo um povo pela sua liberdade, sabe que aqui no Brasil as coisas não são resolvidas porque elas estão desfocadas - se concentra a propriedade e a renda nas mãos de uma minoria, como falei, branca e discriminadora que não deixa ascender ninguém ao patamar da vida limpa, digna e democrática que nós precisamos.

Agora, Sr. Presidente, eu lamento, viu Deputado Traiano, gostaria muito de fornecer o aparte a V. Exa., mas não faltará oportunidade nesta Casa.

Agradeço e logicamente que esta discussão da política precisa ser feita nesta Casa. Não é só a cobrança que faltou o guarda na esquina ou a enfermeira não sei onde, não é só por aí! Os salários neste país são miseráveis, e são miseráveis por quê? Porque durante todo tempo da ditadura militar o Ministro Delfim Neto falava o seguinte: "Nós precisamos fazer o bolo e depois reparti-lo." Não fizeram nem o bolo, nem a repartição! É aquele que nós, povo brasileiro, ainda poderemos fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário do PSDB, Deputado Ademar Traiano com a palavra.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sr. Deputado, Sras. Deputadas.

Como não me foi permitido fazer o aparte ao ilustre Parlamentar, brilhante orador, Deputado Waldyr Pugliesi, aproveito o horário da Liderança do PSDB para fazer aqui algumas considerações que acho importantes com relação ao seu pronunciamento, que eu gostaria que me ouvisse.

Deputado Waldyr Pugliesi, há muito tempo ouço os pronunciamentos de V. Exa. nesta Casa, de uma forma veemente, apregoando aos quatro cantos deste Estado a política dos neoliberais do Estado do Paraná e às vezes eu fico a me perguntar: o que V. Exa. entende por neoliberal? Me parece, Srs. Parlamentares, que o que existia de ruim na política paranaense estava inserido no contexto anterior, do Governador Jaime Lerner. Pelo menos é o que eu tenho ouvido aqui nos pronunciamentos e ouvi no passado, em outros mandatos, daqueles que nesta Casa faziam oposição ao Governador Jaime Lerner. Mas eu quero crer, como dizia e disse há poucos dias o Presidente Lula, e o Deputado Elio Rush com certeza vai fazer referência a isso, que agora neste governo ele tem que avaliar o seu próprio governo e não o governo anterior.

É chegado o momento de esquecermos o Governador Jaime Lerner, que tem a sua marca registrada no Estado do Paraná, queiram ou não queiram V. Exas.!

Volto ao início do meu discurso: Deputado Waldyr Pugliesi, o que V. Exa. entende por neoliberal? Ora, neoliberais são aqueles que V. Exa. tanto condena hoje, que não estão causando um mal ao governo do Paraná, porque os neoliberais do Governo Jaime Lerner estão todos hoje inseridos no contexto da administração do governo Roberto Requião.

Cito alguns aqui para a memória daqueles que talvez possam ter uma memória curta. Cito aqui o caso daquele que foi Chefe da Casa Civil, que brincava com o Governador Requião quando fazia, Deputado Rossoni, o comercial do pedágio, que brincava com o tal do borracheiro: Deputado Rafael Greca, que hoje é amado pelo Governador Requião e que tanto foi chamado, aqui nesta Casa, como neoliberal. Cito aqui também, para lembrança do Deputado Waldyr Pugliesi, um neoliberal que eu tenho, na minha contabilidade, como grande homem público, respeitado, equilibrado, decente, mas o vejo também como neoliberal porque V. Exa. assim afirma, categoricamente, que é o atual Ministro da Agricultura deste país, referendado pelo Governador Roberto Requião. Esse foi o homem que privatizou o BANESTADO. Não é porque ele privatizou o BANESTADO que deixa de ser um homem digno e merecedor da credibilidade dos homens públicos deste estado! Tanto é bom e competente que é Ministro de um governo que tanto condenou a política neoliberal neste país!

Portanto, vosso discurso, me desculpe Deputado Waldyr Pugliesi, pelo respeito que tenho a V. Exa., quero crer que está sendo um pouco retrógrado! Temos que viver o momento!

Vou mais além, está aqui o nosso companheiro Deputado Stephanes Júnior, foi Secretário do Governo Jaime Lerner e hoje está totalmente envolvido no governo Roberto Requião. Não tem a sua credibilidade? Tem sim. Portanto, Deputado Waldyr Pugliesi, cito apenas três casos. Quantos e quantos homens que pertenceram ao governo Jaime Lerner estão hoje nos quadros do Governador Roberto Requião? Por isso, quero crer que é che-

gado o momento de fazermos uma análise sucinta do quadro político paranaense.

Ora, vamos parar com a auto-destruição, com a crítica infundada, com o ataque pelo ataque, porque isto não chega a lugar algum. Vamos fazer uma análise dos políticos que realmente escreveram a história do Paraná. Não é o fato de terem pertencido a outros quadros, a outros governos que deixaram de ter o seu valor neste momento. Com todo respeito que tenho por V. Exa. pela bagagem política que tem, mesmo não me concedendo o aparte lhe dou esta resposta exatamente em função de que estou cansado de ouvir esse discurso neoliberal retrógrado, atrasado, que realmente deixa muito a desejar neste estado. Faço esta consideração, porque entendo ser necessária.

E esta Casa, que é a caixa de ressonância da sociedade paranaense, tem que saber ter a compreensão e dar a dimensão necessária daqueles que usam a tribuna apenas pelo fato de fazer o discurso vazio e de contestar aqueles que hoje erguem a sua voz para criticar de uma forma responsável a conduta do atual governo.

Não podemos conceber, Deputado Valdir Rossoni, de forma alguma, que aqueles que ao longo de 4 anos já tiveram a oportunidade de mostrar aos paranaenses por quê vieram. E que lamentavelmente acabaram comprometendo a estrutura financeira do Estado. O perfil da economia do estado paranaense está esvaziando, não há o crescimento da economia neste estado, porque não consigo, ao longo desses 4 anos, não vi, não li, não assisti em nenhum noticiário que aqui neste estado tivesse se instalado uma nova indústria para geração de emprego. A não ser o discurso do Governador, que vem aqui, de uma forma como se fosse o dono do mundo: “criaram 400 mil empregos, 500 mil empregos”. Vão mentir para lá! É chegado o momento de nós estabelecermos e restabelecermos a verdade! O Paraná deixou de crescer e muito. Está estagnado, como está estagnado! E queria me manifestar na tarde de ontem e não o fiz porque o nosso Líder das Oposições usou o horário da liderança.

Quando vi nas galerias desta Casa os funcionários da Saúde Pública neste estado reclamando de um projeto aqui aprovado e vetado pelo Sr. Governador...Quando da campanha eleitoral tive a coragem de vir nesta tribuna e fazer uma denúncia, e volto ao fato neste momento, porque na oportunidade o Governador anunciava aos quatro cantos em seu programa eleitoral a criação e construção de inúmeros hospitais regionais neste estado. Eu dizia que era esse um ato eleitoral e não deixa de ser, porque estamos presenciando agora a reclamação permanente de todos os serventuários da saúde, os hospitais sofrendo como está sofrendo o Hospital Regional de Cascavel por falta de recursos, de investimentos feitos pelo Governador. Vejo aqui os Deputados de Ponta Grossa fazendo reclamação por falta de UTIs. Sras. e Srs. Deputados, este Governo está construindo verdadeiros elefantes brancos, que vão explodir nas mãos dos Srs. Prefeitos

Municipais, porque não estão dando a estrutura necessária para o funcionamento devido desses hospitais!

É importante fazermos estas considerações, Deputado Douglas, porque conhecemos o funcionamento do Hospital Regional de Campo Mourão, porque lá a iniciativa privada se compromete, faz e executa. Não tem a participação, muito limitada sequer, do Governo do Estado. E infelizmente o maior testemunho de que o governo é omissos com relação a saúde no Paraná é a manifestação que aconteceu na tarde de ontem. É a manifestação dos senhores funcionários da saúde que aqui estiveram. Obrigado àqueles que nos ouviram.

Volto a dizer, Deputado Waldyr Pugliesi, com o devido respeito: não consigo mais ouvir esse discurso de neoliberal nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Liderança dos Democratas: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Eu iria fazer considerações com relação a um assunto, mas antes de entrar propriamente no tema que eu preparei para a Sessão de hoje, quero fazer algumas considerações também em relação ao pronunciamento feito pelo Deputado Waldyr Pugliesi.

Deputado Ademar Traiano, parabéns! O vosso pronunciamento aqui da tribuna foi recheado de conteúdo e fundamento com uma verdade ímpar. Não dá para aceitar calado essas manifestações da tribuna do lado de lá acusando o governo passado. Aliás, não o governo passado, porque o governo passado é Roberto Requião, o Governador anterior do passado, acusando o governo Lerner em relação à situação econômica do estado. Falar do Lerner, do BANESTADO, falar do Lerner, da SANEPAR ... Ora, Deputado Traiano, V. Exa. esqueceu de citar dois nomes. Um, Hermas Brandão, que foi Secretário da Agricultura e que implantou o Programa Paraná Doze Meses no estado do Paraná. Foi o Hermas Brandão o responsável pela eleição de Roberto Requião na última eleição. Foi o Hermas Brandão, Presidente desta Casa, que levou com ele quase toda a bancada, com exceção de V. Exa., Ademar Traiano e Valdir Rossoni, apoiar Roberto Requião. Aí, vejo Deputados do governo criticando o governo passado, Jaime Lerner, na questão administrativa.

Por outro lado, temos o nosso Presidente da Casa, Nelson Justus, que foi eleito por unanimidade desta Casa e que foi Secretário da Indústria e Comércio do governo Jaime Lerner, que revolucionou a industrialização no nosso estado, no primeiro mandato. No segundo mandato, Nelson Justus foi o Secretário dos Transportes no governo Jaime Lerner. Não consigo entender! Ou a polí-

tica evoluiu tão rapidamente que nós não conseguimos acompanhar! Mas, tudo bem! Chamam o Jaime Lerner de privatista. Ora, não vamos esquecer, Deputado Waldyr Pugliesi, por favor! Quem foi o primeiro Governador do Paraná que vendeu debêntures da COPEL? Roberto Requião, no primeiro mandato, e eu era Deputado. Roberto Requião vendeu as debêntures e isso quer dizer, privatizar ações do poder público para a iniciativa privada.

Quem privatizou a TELEPAR, as ações que o governo do estado tinha na TELEPAR? Roberto Requião. Foi ele, Governador que privatizou isso.

Agora, eu gostaria, inclusive que os Deputados do PT, a Luciana, todo o respeito que eu tenho por V. Exa.; o Professor Luizão, todo o respeito que eu tenho por V. Exa., a todos os Deputados, o Presidente Lula já se deu conta que o mandato anterior não é do Fernando Henrique Cardoso, é dele próprio!

O Lula já disse isso: “o mandato anterior não é de Fernando Henrique Cardoso, é meu próprio”. Portanto se têm coisas para serem analisadas é do seu próprio governo. Palavras do Lula.

Bom senso está faltando ao nosso Governador do Paraná, que insiste em julgar o mandato do Sr. Jaime Lerner. O que tem que ser julgado hoje, por ele próprio, é o seu governo anterior.

Ficamos apenas com os 100 dias do atual mandato, comemorados ontem. Aliás, essa comemoração tem que ser colocada entre aspas, senão vejamos, Srs. Deputados, nesse curto espaço de tempo tivemos motivos que justificam uma ação dura do Governo, se quiser continuar a ter o direito de criticar os governos anteriores. Seus 100 primeiros dias produziram matérias negativas que valem por uma mandato inteiro. Todas invariavelmente empurradas para debaixo do tapete.

Como os casos, vamos citá-los, Srs. Deputados, da CEASA, suspeita de supostas apropriações indebitas, e má versação do dinheiro público. E que nós Deputados da Oposição fizemos aqui um requerimento, pedido de informações - e foi rejeitado - do relacionamento indigno e confuso da Secretaria do Trabalho e das ONGs do nosso estado.

Por sinal, nesse caso há uma situação estranha, uma acusação formal contra o padre Roque do PT, ex-Secretário acusado frontalmente por erros na administração daquela secretaria e, depois, redimido por declarações do próprio Governador.

Aqui uma pergunta cabe, sim: será que não houve uma precipitação, talvez até uma responsabilidade verbal do nosso mandatário antecipando a uma avaliação da situação?

Outro assunto, Srs. Deputados, a merecer avaliação, é a insuficientemente explicada aquisição de televisores da Secretaria de Educação. Requerimento também que nós apresentamos. Deputados da Oposição. Foi rejeitado. Aquisição desses equipamentos de uma empresa que não é do ramo eletrônico, utilizando-se CNPJ de outra. É falta grave.

Outro caso gritante, a indústria de aditivos encontrados e denunciados pelo novo Secretário de Obra do Governo, o Sr. Marcelo de Almeida, que também fizemos um pedido de informações que foi rejeitado, como também pedimos a vinda dele. Convite, nem convocação é, que foi rejeitado, aqui no Plenário também.

Um questionamento, Deputado Luiz Claudio Romanelli, que pode ser feito aí. Se verdadeiras as afirmações de Marcelo Almeida - a quem eu admiro como homem público e tenho certeza que fará um grande trabalho lá no Congresso Nacional - se verdadeiras as afirmações dele, fica caracterizada a improbidade do seu antecessor naquela secretaria.

No entanto ele está aí belo e formoso, usufruindo pomposo cargo de comissão criado especialmente para ele e, aprovado aqui na Casa. Não merecia, então, o Sr. Luiz Caron, o mesmo desagravo público feito pelo Governador ao Padre Roque?

Finalmente chegamos ao palpitante assunto SANEPAR/PAVIBRAS, que também aqui foi rejeitado requerimento nosso e espero que hoje possamos aprovar o requerimento do Deputado Douglas Fabrício, que não espera a convocação, mas espera o convite do Secretário para vir a esta Casa e dar os esclarecimentos necessários. Sem voltar ao já exaustivamente discutido contrato da SANEPAR com todas as características de superfaturamento, quero me ater apenas ao escabroso documento de seguro supostamente falsificado, ontem aqui denunciado pelo Líder da Oposição, Valdir Rossoni. É preciso, senão cometeria uma leviandade se não falasse da farra de aditivos de contratos que gira em torno de 100 milhões envolvendo também a SANEPAR.

Aliás, denúncia exposta por dois homens fortes da SANEPAR. O ex-Procurador-Geral do Estado, Sr. Sérgio Botto de Lacerda e o atual Presidente do Conselho de Administração, Sr. Pedro Henrique Xavier.

Nessa altura, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante de tantas denúncias, sobram razões ao ilustre Líder do Governo para evitar a todo custo pedido de informações que queremos ter do Governo do Estado.

O Governador Roberto Requião deve uma explicação limpa, transparente, séria e honesta, sem qualquer arranjo à população paranaense no balanço dos 100 dias do seu atual mandato. Não se trata de puxar da memória os governos anteriores, porque o governo anterior é o próprio, ele mesmo, mas responder sobre a sua própria herança maldita que ele tanto comenta e os seus assessores também, marcada por uma esteira de possíveis falcatruas que aconteceram e acontecem no seu próprio governo.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulta a Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV; PP.

(Declinam)

Bloco PPS/PMN, concedo a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Vou ser breve, iria falar hoje sobre o mérito da Comissão de Saúde que se reuniu nesta manhã para debater sobre assuntos importantes relacionados ao estado do Paraná. Gostaria de prestar minha consideração ao Presidente da comissão, Sr. Ney Leprevost, parabéns pela iniciativa. Mas gostaria também de deixar registrado meu descontentamento pela falta de um representante da Secretaria de Estado da Saúde, nessa reunião que considerarei de extrema importância. Nenhum representante da Secretaria de Estado da Saúde. Notei também que hoje é o assunto preponderante aqui no plenário.

Antes de iniciar o próximo assunto, gostaria de dar o aparte ao Deputado Ney Leprevost.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Deputado Marcelo Rangel, quero agradecer a sua presença extremamente atuante hoje pela manhã na Comissão de Saúde, agradecer também a presença da Deputada Rosane, dos Deputados Professor Luizão, Dr. Batista, Teruo Kato, Reinhold Stephanes Júnior e dizer que a reunião foi extremamente proveitosa. Tivemos a presença de diversos Secretários Municipais de Saúde da região metropolitana, a presença de Diretores de hospitais da região metropolitana e pudemos começar a traçar um diagnóstico preciso da situação da Saúde Pública na região metropolitana de Curitiba, que é uma situação irremediavelmente dramática.

Agora, quero fazer coro às suas palavras. Achei um desrespeito à Assembleia Legislativa, achei pouco caso em relação à Comissão de Saúde, achei principalmente uma deslealdade para com os cidadãos paranaenses que vivem na grande Curitiba e na região metropolitana, a ausência. Se o Secretário não pudesse, é compreensível, existe uma série de compromissos na agenda do Secretário, mas um diretor, um assessor parlamentar, um chefe de gabinete, para informar ao Secretário sobre os assuntos importantes que foram debatidos, aqui. Acho lamentável que a Secretaria Estadual da Saúde tenha se omitido.

De qualquer forma, estarei encaminhando ao Governador Roberto Requião as notas taquigráficas da reunião que aconteceu hoje pela manhã, para que ele saiba a gravidade em que se encontra a situação da Saúde Pública na região metropolitana de Curitiba.

Muito obrigado, Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Mais uma vez, parabéns! Realmente falta de consideração da Secretaria da Saúde. Por falar nisso, amanhã a Comissão de Saúde estará reunida em Ponta Grossa, os Deputados Ney Leprevost, Reinhold Stephanes, Douglas Fabrício, estaremos visitando os hospitais da região dos campos gerais, vamos fazer uma vistoria técnica, um

parecer, e através de um laudo vamos encaminhar as reivindicações técnicas dos doutores, dos enfermeiros, vamos saber exatamente quais os leitos de UTI que estão funcionando, porque eu já estou aqui há muito tempo cobrando do Secretário da Saúde os leitos de UTI. E mais, leitos comuns, porque infelizmente Ponta Grossa não conta também com isso. Estamos com um déficit muito grande.

O Sr. Osmar Bertoldi (Democratas) (Aparte)

Muito obrigado pelo aparte. Eu queria dizer, até ao Deputado Ney Leprevost, que preside a comissão e também a todos os membros da Comissão de Saúde, que há dias atrás fiz um pronunciamento da tribuna cobrando a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal e também a questão da legislação que rege a questão da Saúde Pública, em especial o gestor do Sistema Único de Saúde.

A Lei Federal nº 8689/97, estabelece no seu artigo 12: *O gestor do Sistema Único de Saúde, em cada esfera de governo, apresentará trimestralmente ao Conselho de Saúde correspondente, em audiências públicas nas Câmaras de Vereadores e nas Assembleias Legislativas respectivas, para análise e ampla divulgação de relatório detalhado, contendo dentre outros, dados sobre o montante e a fonte de recursos aplicados, as auditorias concluídas ou iniciadas no período, bem como sobre a oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada.*

Então, hoje mesmo entramos com este requerimento de maneira formal. Acredito que o Secretário da Saúde, que é o gestor do Fundo Estadual de Saúde estará nesta Casa, queira ou não, por força da lei, para prestar esclarecimentos, sejam eles da região metropolitana de Curitiba, sejam eles na questão das construções dos hospitais, sejam eles de todos os problemas que dizem respeito à Saúde Pública.

Acredito que será uma bela oportunidade de sanarmos todas as dúvidas sobre este mal que aflige nosso estado, que é a questão da Saúde Pública no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Me parece que é a primeira vez que a Comissão de Saúde desta Casa tem como prerrogativa, também, fazer visitas aos hospitais, aos postos, e desta maneira vou me utilizar do expediente para, através da Comissão de Obras, Transportes e Comunicação, fazer a mesma coisa: fiscalizar as obras do governo do estado do Paraná. Podemos começar também por Ponta Grossa, lá pelo hospital regional. Vamos fazer esta fiscalização.

Mas, eu gostaria de abordar o assunto sobre segurança. E antes de entrar neste assunto, queria dizer do orgulho em ouvir o nome da minha cidade em praticamente todos os discursos pronunciados nesta tarde.

Queria me somar ao Deputado Jocelito Canto que falou que precisamos dar um troféu ou um prêmio ao

Deputado Péricles, pelo fato de ele ter conseguido conversar com o Secretário da Segurança. O senhor conseguiu falar com ele, hoje. Realmente, o senhor merece um grande prêmio, uma medalha, alguma coisa assim, porque o que mais se fala dentro desta Casa é que o Secretário só atende quando acorda sem torcicolo. Pelo menos a mim ele não atendeu. Mandeí 6 requerimentos e tentei falar com ele pessoalmente, várias vezes, e o Secretário não me respondeu, mas se ele respondeu ao Deputado Péricles, que é de Ponta Grossa, não tem problema, pois eu encaminho meus 6 requerimentos ao senhor para que pergunte ao Secretário, porque a situação da segurança da minha cidade de Ponta Grossa é terrível.

Algo eu gostaria de deixar registrado: o Deputado Péricles falou que as críticas estão sendo rasas quando se fala sobre saúde, quando se fala sobre segurança. Eu queria perguntar ao senhor: falar que faltam mais de 100 policiais militares, somente em Ponta Grossa, é uma crítica rasa? Falar que faltam Delegados em Ipiranga em Ipituba é uma crítica rasa? Falar que fuga de presos se tornou rotina em Ponta Grossa é uma crítica rasa? Falar em seqüestros, como aconteceu com uma senhora de 72 anos, semana passada, que ficou praticamente o dia inteiro dentro do porta-malas do carro, é crítica rasa? Falar que o povo de Ponta Grossa está em pânico é crítica rasa? Falar que o IML está sucateado, não tem nem microscópio, é crítica rasa? Não, não é rasa! É funda! É fundo do poço! O que está acontecendo é fundo do poço!

Tenho uma admiração muito grande pelo Deputado Waldyr Pugliesi, mas ele falou, hoje, que os Deputados quando criticam o governo, na verdade, tiveram todo o tempo do mundo para fazer alguma coisa. Sou Deputado de primeiro mandato, tenho muita coisa pela frente, mas não cabe a resposta falando sobre o governo Jaime Lerner. Na época do Jaime Lerner, inclusive, votei no Requião. É importante dizer: quando falarem de Jaime Lerner, para mim não pega! Eu votei no Governador Roberto Requião e estou descontente com o que está acontecendo no estado do Paraná!

Para terminar, quero dizer que mandei um ofício, fiz um requerimento, ontem, justamente sobre o problema dos seqüestros de celulares. Nos últimos dias, em nosso país, uma onda gigante de ações criminosas tem colocado em pânico milhares de pessoas. Todos sabem como funciona o caso de extorsão por telefone celular: uma ligação a cobrar, sem identificação do número que, muitas vezes, vêm dos presídios.

Isso é de incumbência da Câmara Alta, não é da minha alçada, mas, por meio de requerimento, encaminhei um anteprojeto à Câmara Federal pedindo aos Deputados do PPS, principalmente ao Deputado Federal Cezar Silvestri, que apresente um projeto de lei fazendo com que as empresas de telefonia celular não permitam mais que, por meio de um dispositivo, você coloque no seu telefone celular aquele sistema "private" para que o número não seja identificado. Se por um acaso alguém

tentar colocar esse sistema no celular, as ligações não seriam completadas. Fiz um pedido ao Deputado Federal Cezar Silvestri do PPS e ele já estará encaminhando esse projeto na Câmara Alta. Acho que dessa maneira poderemos amenizar os problemas de seqüestros ou de extorções por telefone.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Quero registrar a presença nesta Casa do Dr. Odvaldo de Souza Calixto, um dos advogados mais competentes que temos aqui no estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Seja bem-vindo. Devidamente registrado.

Com a palavra, Deputado Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, queria responder ao Deputado Valdir Rossoni, nosso Líder da Oposição, e que ontem aqui nesta Casa, esteve induzido na sua boa fé por uma pessoa de má-fé. V. Exa., ontem, e pela sua informação durante mais de 20 dias a sua assessoria, muito provavelmente deixou de investigar aquilo que certamente deveria ter sido investigado. Lamentavelmente, lhe trouxeram as informações sobre a famosa apólice falsa contratada pela PAVIBRAS, de um tema que quero aqui hoje trazer todos os esclarecimentos. Pelo menos, penso que poderei prestar esses esclarecimentos.

Em primeiro lugar, Exa., quero dizer o seguinte: a respeito da denúncia, em nenhum momento da execução do contrato, as obras do PARANASAN, realizadas pela PAVIBRAS estiveram a descoberto de garantia. O efetivo cumprimento do contrato está garantido de forma real por recursos da ordem de R\$ 15 milhões, depositados nos cofres da SANEPAR.

A apólice que V. Exa. se referiu é apenas relativa a riscos de engenharia, sendo acionada exclusivamente para cobrir eventuais prejuízos decorrentes da execução da obra. Por exemplo, um reservatório cai, tem que ser reconstruído. Se a empresa não realizar, o prédio cai. Efetivamente aquela obra ou a empresa realiza, ou a apólice de seguro cobre a re-execução da obra.

O documento no valor de R\$ 217 mil de prêmio que não foi reconhecido pela Sulina Seguradora S/A foi alvo de notificação extrajudicial feita pela SANEPAR em dezembro de 2004. Vou lhe demonstrar a origem disso, inclusive. Isso a SANEPAR descobriu e tomou as providências necessárias. A SANEPAR inclusive alertou a seguradora que não estava isenta da responsabilidade solidária sobre a apólice, já que o documento tinha sido emitido por seu agente autorizado. Uma corretora de seguros, devidamente autorizada.

V. Exas. aqui são industriais, são do comércio, ou então como cidadãos, contratam um seguro de automóvel. Quem emite a apólice é a corretora de seguros. V. Exa. confia em fidúcia do corretor de seguros. Sim, é isso mesmo. Vou mostrar a apólice aqui, o original da apólice inclusive. É a seguradora quem emite, mas quem toma as providências legais todas, é a corretora de seguros, quem participa do procedimento licitatório.

E mesmo que no período compreendido pela cobertura da referida apólice viesse a ocorrer qualquer tipo de prejuízo, a PAVIBRAS também viria a responder pelo mesmo, a despeito da responsabilidade da seguradora. Assim, quero dizer que a SANEPAR tomou todas as providências cabíveis para garantir que eventuais prejuízos estivessem cobertos.

Bom, o que quero dizer, na verdade, é que a apólice original do risco de engenharia foi feita pela Caixa Geral, que emitiu essa apólice com vigência de 09/04/2002 à 30/12/2003. A apólice contratada pela PAVIBRAS foi contratada no governo anterior, Jaime Lerner. O que aconteceu com essa seguradora, Deputado Elio Rusch? Faliu. A seguradora no meio do caminho faliu.

A SANEPAR foi comunicada pelo IRB que o Superintendente de Seguros Privados decretou a liquidação extrajudicial da Caixa Geral e S/A Seguradora, fixando as condições da liquidação. Quando isso? Em 25 de novembro de 2002. Então, Exa. veja que quando as coisas começam erradas, elas têm uma grande chance de continuar seguindo erradas!

Aqui está a famosa apólice. Tenho aqui o documento original, Deputado Rossoni, emitido pela Sulina Seguradora e com selo de autenticidade - se verificar o documento - com aparência de verdadeiro. Como é que a SANEPAR identificou que poderia haver um problema?

Ela entrou em contato com o IRB - Instituto de Resseguros do Brasil, falou com a Gerente de Tesouraria e perguntou: por que não tem a sua assinatura no documento? E o que aconteceu? Ela estranhou o documento. Aí, o que a SANEPAR fez? Comunica-se com a Sulina. Passa um fax e identifica que a apólice tem dificuldade.

Então, a Sulina envia uma carta para a SANEPAR não reconhecendo a emissão da apólice. Na verdade, até uma carta com alguma dubiedade em alguns termos, dizendo que não reconheciam e dizendo o seguinte: dessa apólice consta como corretora a Bricet Corretora de Seguros Ltda, contra quem já existe procedimento criminal para apuração de suposta emissão de outras apólices falsas a favor de outros tomadores, o qual tramita perante a 77ª Delegacia de Polícia da Comarca de São Paulo, estando o inquérito policial registrado sob o nº 136/04. E ela, tomando aqui as providências em relação a corretora de seguros que havia sido autorizada por ela, a Sulina. A SANEPAR faz o quê? Faz uma notificação extrajudicial, um documento longo e juridicamente bem postado, justamente para garantir direitos em relação a apólice. Quando a SANEPAR fez isso? Não fez isso ontem, Deputado Rossoni, fez isso no dia 23 de dezembro de 2004.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rossoni, eu quero dizer o seguinte: nós temos tido, em relação a SANEPAR, muitas discussões do contrato da PAVIBRAS e me parece que há gente tentando, de fato - eu tenho dito, eu tenho usado uma expressão que às vezes até desgosta algumas pessoas, não V. Exa., - dos factóides. Veja esse exemplo...

Sr. Presidente, eu peço apenas a tolerância para terminar esse assunto porque acho que é relevante. Alguém procura o Líder da Oposição com um único documento, deixando, subtraindo todos os outros documentos, malversando a história como se fosse assim um fato que tivesse sido descoberto ontem, fato da maior gravidade. E olha, quem aqui já administrou a coisa pública sabe muito bem que esse ramo de seguros é um ramo complicado.

Então, quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que os fatos aqui, as providências cabíveis foram tomadas, não houve nenhum prejuízo objetivo em relação especificamente a essa apólice, que as garantias reais em relação ao contrato não tratam absolutamente de nada disso, trata-se única e exclusivamente do risco de engenharia de uma apólice que já foi expirada e que, felizmente, não houve nenhum sinistro. E que todas as providências, todas as providências necessárias, tanto essa Seguradora Sulina, quanto a Companhia de Saneamento do Paraná, a SANEPAR, tomaram no tempo devido, por diligência dos profissionais responsáveis pela gestão dessa área específica na Companhia de Saneamento, a SANEPAR.

Então, Deputado Rossoni, quero dizer, que quero lhe demonstrar aqui depois, de fato, a apólice original que está de posse da SANEPAR, e felizmente prejuízo nenhum houve. Agora, eu penso que devemos tomar mais cuidado. Cuidado no sentido não de poder, de fato, deixar de denunciar e pedir explicações, mas de não ser induzido por gente de má-fé sobre um tema que na verdade havia, fundamentalmente, se tomado as providências que deveriam ter sido tomadas à época em que os fatos aconteceram.

Agradeço, Sr. Presidente, a tolerância para tratar desse tema, mas penso eu ter aqui feito as explicações necessárias para o conjunto dos Parlamentares, especialmente para o Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança da Oposição: com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu caro ilustre amigo, Deputado Romanelli, hoje no exercício da Liderança do Governo.

Se é que eu posso, neste momento, aconselhá-lo, eu digo o seguinte a V. Exa.: não cometa o mesmo erro que o Deputado Rossoni cometeu quando Líder do Governo. Muitas e muitas vezes, e eu observei no dia de hoje, devo reconhecer, V. Exa. saiu daqui determinado a trazer as explicações a esta Casa. Isso tem que ser enaltecido e reconhecido, o que nós respeitamos. Mas, não cometa o mesmo erro que o Deputado Rossoni cometeu. O Deputado Rossoni, no seu ímpeto italiano, muitas vezes levado a cometer erros, subia a esta tribuna e entusiasmado fiz a defesa de muitas questões que hoje eu não faria mais. Errei. A vida ensina.

O tempo faz com que aprendamos, os cabelos vão branqueando, outros vão perdendo cabelo, mas o tempo, o tempo tem que nos ensinar e eu certamente conduziria a defesa que V. Exa. fez da mesma forma: com vontade, com determinação, com amor à causa deste governo que V. Exa. lidera, mas jamais eu teria dito, claro, depois de ter passado pelo mesmo cargo que V. Exa. exerce, dizer que fui induzido a erro.

Nós ficaremos aqui num grande debate por muitos dias para ver quem é que foi induzido a erro para chegarmos a uma conclusão. Eu ainda não tenho uma conclusão, mas quero dizer a V. Exa. que se tivesse que fazer um juízo de valor neste momento, eu diria - meu caro Líder, V. Exa., com todo o esforço que fez, V. Exa. foi induzido a erro e isto não poderia acontecer com um homem que defende este governo, que exerce a liderança com tanta dignidade.

Quando V. Exa. diz que a SANEPAR, extra-judicialmente, comunicou à seguradora e à empresa, eu quero dizer a V. Exa. que se formos ler a lei de licitação, a lei é clara - a fraude foi reconhecida pela própria SANEPAR - que ontem, na nota, reconheceu que houve a fraude, e ao reconhecer que houve a fraude da apólice do seguro de engenharia, ela incorreu em erro, porque a lei de licitação diz que ao cometer qualquer irregularidade numa licitação, a primeira atitude é a rescisão de contrato; a segunda atitude, Deputado Romanelli, não é encaminhamento extrajudicial, é encaminhamento ao Ministério Público para investigar quem foi o fraudador.

O fraudador tem que ser responsabilizado e o funcionário responsável para verificação de toda essa documentação, também tem que ser responsabilizado, porque, Deputado Romanelli, coloque-se aqui do outro lado da Oposição, está uma nuvem negra em cima da SANEPAR e esta nuvem negra não foi levantada pelo Deputado da Oposição. Foi levantada primeiro, há meses atrás, pelo ex-Procurador do Estado, Botto de Lacerda. Na última semana, em que todos os jornais que circularam neste estado, quem levantou outra suspeita da fábrica de aditivos não foi a Oposição, novamente, foi Pedro Henrique Xavier, nada mais, nada menos quem assumiu a Presidência do Conselho da SANEPAR.

Então, meus amigos, o cidadão paranaense que me trouxe esta denúncia é um bravo paranaense. Ele trouxe aqui com o objetivo e a maior prova de que ele está com a

verdade e que a própria SANEPAR já reconhece a fraude. A fraude existe, a fraude aconteceu, os procedimentos é que foram corretos. Agora, quem me garante, e eu gostaria aqui, estava esquecendo, Deputado Romanelli - V. Exa. sempre procura levar o debate para o governo Jaime Lerner e eu não tenho nenhuma dificuldade em falar da questão do governo Jaime Lerner - o contrato foi firmado no governo Jaime Lerner e V. Exa. disse muito bem ontem daquela tribuna, mas eu quero deixar claro, Srs. Deputados, e prestem atenção neste detalhe, Deputado Douglas, V. Exa. que tem um requerimento respeitoso de convite ao Presidente da SANEPAR para vir a esta Casa esclarecer: o seguro não é do contrato, o seguro é do aditivo. E o aditivo foi firmado em qual governo? No governo Requião. Por essa razão não está sendo contestado aqui o contrato, está sendo contestado aqui o seguro de engenharia feito do aditivo!

E aí, Deputado Romanelli, V. Exa. disse muito bem, com a sabedoria que lhe é peculiar: "Quando começam erradas as coisas continuam erradas." É verdade, quando foi assumido o governo e se houvesse irregularidade no contrato que fossem tomadas as atitudes, mas como não houve irregularidade no contrato, se aditivou, falsificou-se a apólice de seguro. Aí a SANEPAR, ao invés de tomar as medidas dentro da lei, tomou extrajudicial. Deputado Reni eu lhe encaminhei uma carta, uma correspondência: "Ah, mas eu nunca recebi." "Não, eu encaminhei uma carta em 2004 a V. Exa., alertando." Ora, isso fica difícil porque esta nuvem que paira sobre a SANEPAR precisa ser esclarecida.

Deputado Romanelli, tenho certeza que V. Exa., pelo esforço que fez para trazer os esclarecimentos, foi induzido a erro, mas V. Exa. poderá dar uma demonstração inequívoca de boa vontade no esclarecimento desse caso. Permita ao Presidente da SANEPAR vir aqui a esta Casa, permita ao Presidente do Conselho da SANEPAR vir a esta Casa.

Eu quero formular a pergunta, antecipadamente, ao Presidente do Conselho da SANEPAR: as afirmações de V. Exa. na sua entrevista são verdadeiras ou não são verdadeiras? E ele terá que me dizer. Se verdadeiras, terá que me apontar onde estão os contratos com aditivos irregulares; se disser que suas afirmações são falsas, ele terá que ser demitido sumariamente. Se ele vier aqui confirmar a sua entrevista e disser que mentiu ao povo paranaense, terá que ser demitido sumariamente pelo Sr. Governador!

Por esta razão, Deputado Romanelli, acredito que nós estamos, todos os Parlamentares, prestando um serviço ao Paraná, é esta a nossa obrigação! É isso que me entusiasma, é o contraditório que nós trazemos todo dia nesta Casa e é isso que enriquece a política!

Por esta razão o meu respeito continua o mesmo por V. Exa., o respeito que eu tenho pela história política do Deputado Waldyr Pugliesi que hoje aqui recebeu alguns contraditórios. Eu tenho respeito pela história do Deputado Waldyr Pugliesi. Somos quase da mesma

idade, não é Deputado? Eu entrei depois na política mas eu ouvia, via e lia o guerreiro e combativo jovem Waldyr Pugliesi na política do Paraná. Por isso, Deputado Romanelli eu queria que V. Exa., como Líder do Governo levasse, não um recado, uma mensagem de um Deputado paranaense que está aqui nesta tribuna: diga ao Governador que ouça um pouquinho a Oposição, porque quando estamos no Poder, e eu lembro do governo Jaime Lerner, os bajuladores de plantão que estavam todo dia no gabinete do Governador Jaime Lerner, muitos deles estão bajulando, muitos deles estão hoje de bajuladores de plantão do Governador Requião!

E tenho certeza absoluta, eu nunca duvidei da seriedade do Governador mas eu não tenho dúvidas, nenhuma dúvida que servidores de confiança estão traindo o Governador, estão cometendo atos ilícitos e que nós, que não somos bajuladores de plantão, temos obrigação, por mais bravo que seja o Governador, por mais valente que seja o Governador, só uma coisa vai fazer com que este Parlamentar se cale: se Deus levar minha voz ou se Deus levar a minha vida, porque ameaças jamais! Ameaças não de V. Exa., mas nos corredores onde andamos sempre há uma piadinha.

Quero dizer que estou aberto para comparecer a “escolinha” na terça-feira. Ora, que bonito seria, Deputado Romanelli, se na terça-feira o Governador levasse o Secretário da Segurança - para não pegarmos aqui só a SANEPAR para Cristo, mas vamos pegar a Secretaria de Segurança - que bonito seria levar o Secretário da Segurança lá e quando ele pintou a Suíça para o Governador Requião, nós Deputados da Oposição termos pelo menos 5 minutos para dizer: “Governador, o Secretário está faltando com a verdade com V. Exa.. O Secretário está faltando com a verdade, a segurança do Paraná hoje é um caos. Os problemas de saúde...”

Olha, Deputado Romanelli, daqui alguns dias V. Exa. terá outros graves problemas. Outro dia o Governador disse que ele é um homem que cada enxadada que ele dá é uma minhoca. Quero dizer a V. Exa., infelizmente, eu como Líder da Oposição, cada enxadada que nós temos dado é mais de uma minhoca que aparece e que V. Exa. terá que trazer as explicações a estes Parlamentares.

Obrigado e continuamos em busca da verdade.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Por solicitação da Exma. Deputada Rosane Ferreira, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente, informo aos Srs. Deputados que a reunião da Comissão que iria ocorrer no

dia 17 de abril foi transferida para dia 24 de abril às 10h30 na sala da reunião das comissões.

Esta presidência anuncia que encontra-se já na pauta sob o nº 8, item 8 - Projeto de Resolução nº 008 da Mesa Executiva, totalmente revisado pela Mesa. Encontra-se na pauta e nos próximos dias entrará na Ordem do Dia. Por esta razão solicito a V. Exas. que por gentileza dêem uma olhada no projeto para que depois, no dia da votação, não se alegue qualquer tipo de desconhecimento. O projeto que estabelece as competências das Comissões Permanentes da Casa, foi totalmente revisado, está sob o nº 8 da pauta da Sessão de hoje.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício s/nº subscrito pelo Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, comunicando sua ausência da Sessão Plenária no dia 12 de abril, devido à viagem da Comissão de Saúde ao município de Ponta Grossa e municípios da região dos campos gerais. **Prejudicado.**

Indicação nº 062/07, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário da Segurança autorização para o funcionamento no 8º Batalhão da Polícia Militar de Paranaíba, da Escola de Formação de Soldados. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando os Srs. Deputados Marcelo Rangel, Ney Leprevost, Douglas Fabrício e Stephanes Júnior, para representarem esta Casa de Leis e a Comissão de Saúde Pública, no dia 12 de abril do corrente ano, em visita a instituições hospitalares no município de Ponta Grossa. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Memorando subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, informando aos Srs. Deputados que a reunião da Comissão que iria ocorrer no dia 17 de abril foi transferida para ao dia 24 do corrente mês, às 10h30, na sala de reuniões das comissões, solicitação feita pela Sra. Deputada Rosane Ferreira, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Adolescente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Requerimento nº 800, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 12 de abril de 2007. **Prejudicado.**

Projeto de resolução de autoria da Mesa Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 160/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Parque Tingui, com sede e foro em Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 183/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Aliança, com sede e foro no município de Curitiba. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 185/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Associação Lar Nossa Senhora da Esperança - Lar Esperança, com sede e foro no município de Sarandi. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/07, de 29/03/07, em Projetos de Lei)**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 141/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Instituto Alfredo Kaefer, com sede e foro no município de Cascavel. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 156/07, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que declara de utilidade pública a AMOA - Associação Medianeirense de Otimiza-

ção da Aprendizagem, com sede e foro no município de Medianeira. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores de São Caetano, com sede e foro no município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 010/07, que objetiva fixar, no âmbito do Estado do Paraná, o piso salarial de que trata o inciso V, do artigo 7º, da Carta Magna da República. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 173/07

A presente emenda modificativa tem por objetivo alterar os incisos I a IV do artigo 1º do Projeto de Lei nº 173/07, oriundo da Mensagem Governamental nº 010/07, que fixa o salário-mínimo regional para o estado do Paraná, conforme segue:

“Art. 1º ...

I - R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) para os Técnicos de Nível Médio correspondente ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações;

II - R\$ 547,45 (quinhentos e quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondente aos Grandes Grupos 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

III - R\$ 542,35 (quinhentos e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos) para os Trabalhadores de Serviços Administrativos, correspondente ao Grande Grupo Ocupacional 4 da Classificação Brasileira de Ocupações;

IV - R\$ 539,81 (quinhentos e trinta e nove reais e oitenta e um centavos) para os Trabalhadores de Reparação e Manutenção correspondente ao Grande Grupo Ocupacional 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

V - R\$ 537,26 (quinhentos e trinta e sete reais e vinte e seis centavos) para os Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio em Lojas e Mercados, correspondente ao Grande Grupo Ocupacional 5 da Classificação Brasileira de Ocupações;

VI - R\$ 534,71 (quinhentos e trinta e quatro reais e setenta e um centavos) para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca,

correspondente ao Grande Grupo 6 da Classificação Brasileira de Ocupações.”

Sala das Sessões, em 11.04.07.

(a) ANTONIO BELINATI

Apoiamento:

Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Duílio Genari, Ribas Carli Filho, Elio Rusch e Edgar Bueno.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente emenda para o fim de melhorar a condição salarial do trabalhador paranaense, sem no entanto onerar em demasia o setor produtivo privado.

Além do mais, constantemente o próprio governo estadual divulga dados indicando o franco desenvolvimento econômico paranaense, o que motiva a darmos um substancial aumento salarial ao trabalhador do nosso estado.

Esta presidência consulta o Deputado Antonio Belinati - pessoalmente e não como Presidente - encarece a V. Exa. se pretende continuar com a emenda, o que efetivamente poderia retardar este aumento tão expressivo, em pelo menos 10 dias. Nós estamos nos preparando para o 1º de maio, portanto é um apelo que fazemos a V. Exa.: se houver a possibilidade, entendendo que no mérito a emenda de V. Exa. é extremamente pertinente, mas que teria, sem dúvida nenhuma, dificuldades para ser aprovada na CCJ. Por esta razão, Deputado, conhecendo o espírito altruísta de V. Exa, encareço que se assim entender, poderia retirar a emenda modificativa ao projeto.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Exa., em homenagem a V. Exa, porque estou entendendo a preocupação de não prejudicar os trabalhadores, para não protelar a vigência desse aumento. Quero me reservar o direito de, oportunamente, apresentar um projeto com o mesmo teor, para que o trabalhador paranaense tenha um piso salarial digno, à altura das suas necessidades mínimas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado, Deputado Belinati. esta presidência e eu, pessoalmente, agradeço a V. Exa.

Em votação o item 07 - Projeto nº 173/07.

Aprovado, artigo por artigo.

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 086/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a especificação do tipo sanguíneo nos crachás dos funcionários de empresas públicas e privadas, no âmbito do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CS. **Aprovado. (Publ. no DA nº 008/07, de 07/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 086/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela tem como escopo a obrigatoriedade de as empresas públicas e privadas especificarem a tipagem sanguínea dos funcionários em suas cédulas de identificação funcional (crachás).

Constitucionalidade e Legalidade

O presente projeto visa à proteção dos trabalhadores dos órgãos públicos, pois, em alguns casos estão expostos a infortúnios no exercício de suas funções, de tal sorte que em alguma eventualidade a especificação da tipagem sanguínea nos crachás facilitaria o socorro dos mesmos.

Sobre a matéria ora analisada é o que dispõe a Constituição Federal:

Art. 24 - Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

Ainda, vemos que a Constituição não faz nenhuma ressalva, sendo, portanto, possível ao estado legislar.

Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Na própria Constituição Federal, Constituição Estadual e na legislação infraconstitucional estadual ou federal, não se encontra nenhum tipo de impeditivo quanto à propositura de tal lei, que tem como objetivo a proteção da saúde do funcionário em caso de eventual emergência.

Quanto à técnica legislativa, foram observadas todas as disposições da Lei Complementar nº 095/98.

Desta forma, em face à constitucionalidade e legalidade, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 20.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 086/07

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Mauro Moraes, o presente plano de lei dispõe sobre a especificação do tipo sanguíneo nos crachás dos funcionários de empresas públicas e privadas, no âmbito do estado do Paraná.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual recebeu parecer favorável.

Chamada esta Comissão de Saúde Pública a opinar, conclui que: o projeto de lei tem por finalidade proteger a vida dos trabalhadores, pois no momento de um acidente, o acidentado poderá necessitar de uma rápida transfusão de sangue e com a informação de seu tipo sanguíneo, as equipes de salvamento terão dados mais precisos para o primeiro atendimento que em muitos casos é fundamental para salvar uma vida.

O projeto de lei tem grande alcance social e é de legítima proteção e defesa da saúde.

Assim sendo, no âmbito desta comissão, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 086/07.

Sala das Comissões, em 09.04.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
NEY LEPREVOST - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Protásio Lemos da Luz. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 011/07, de 14/03/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 127/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem como escopo conceder título de Cidadão Benemérito do estado do Paraná ao Dr. Protásio Lemos da Luz.

Legitimidade

Primeiramente vejamos o que dispõe a Lei nº 13115 de 14 de fevereiro de 2001:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelos menos dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada. (...)

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de Cidadão Honorário, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto.

Constitucionalidade e Legalidade

Pertinente a tal matéria, dispõe a Lei nº 14677/05:

Art. 1º Ficam alterados os parágrafos 1º e 2º, do artigo 2º da Lei nº 13115, de 14 de fevereiro de 2001, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º Cada partido político poderá apresentar até 8 (oito) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura.

§ 2º O partido político que possuir até 03 (três) Deputados representando-o na Assembleia Legislativa só poderá apresentar 04 (quatro) projetos de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura”.

De acordo com tal lei, o partido do nobre Deputado não ultrapassou o limite legal de apresentação de projetos de tal natureza, segundo estatística da própria Assembleia Legislativa, das oito a que tem direito, deixando clara a legalidade.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra nenhum óbice frente à Lei Complementar nº 095/98.

Desta forma, em sede de análise prévia esta Comissão opina pela aprovação do projeto de lei em questão.

Sala das Comissões, em 27.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 816, de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente, solicitando o adiamento de votação por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a votação por 01 (uma) Sessão, do Projeto de Lei nº 127/07.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 819, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 766, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pela autora.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero dizer a V. Exa. que o teor do requerimento é possível de ser encaminhado. Encaminhamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento nº 783, de autoria dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Duílio Genari, Elio Rusch e demais Srs. Deputados, que compõem a Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Encaminhar o pedido de informação, orientando à nossa bancada para rejeitar esse pedido de informação formulado pela Liderança da Oposição, porque na verdade são temas recorrentes e que pontualmente podem ser objeto de resposta, pela Liderança do Governo e pela própria SANEPAR.

De fato esse requerimento está naquele espírito de requerimento genérico, pela abrangência das perguntas formuladas.

Então encaminhamos para poder promover a rejeição do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação.

Para encaminhar o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, gostaria de ter aqui a competência de convencer o Líder do Governo a aprovar os requerimentos pedindo explicações relativas aos seguros formalizados pela empresa.

Não estou pedindo nada absurdo. Nada! O que o Deputado Rossoni e os Deputados da Oposição estão formalizando é que a SANEPAR envie a esta Casa as apólices de seguro de engenharia das obras contratadas nos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Valdir Rossoni, o requerimento que está em votação diz respeito ao relatório da Comissão, da Sindicância Interna para apurar denúncias de irregularidades na execução do PARANASAN.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, é que não foi lido o requerimento. Tenho por protocolo aqui, este, antecipadamente. Mas, nada impede que nós possamos encaminh.ar este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

O que estamos pedindo é o que falou há pouco o Líder do Governo e tem toda a minha credibilidade, que providências foram tomadas. Estamos pedindo embasamento de toda essa situação. De repente, vou ter o prazer de subir a tribuna e dizer: olha, verificando toda a documentação, devo reconhecer que houve um equívoco do posicionamento do Líder da Oposição e o Governo está certo.

Para mim seria um prazer. Porque o governo do Paraná é o governo de todos os paranaenses e eu queria dar esse atestado à SANEPAR e ao governo que hoje governa o Paraná. Acredito sinceramente que o esclareci-

mento desses fatos nebulosos só traria benefícios ao governo.

Por esta razão, peço aos Srs. Deputados que puderem apoiar o nosso requerimento, que votem favoráveis.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, vejo da seguinte forma os pedidos de informação - uma vez já me pronunciei aqui a respeito - acho que se o objetivo são as informações, se elas podem ser encaminhadas através do Líder do Governo e se essas informações realmente o Líder do Governo garante a entrega delas a quem tem interesse, não vejo porque estarmos discutindo isso em plenário para aprovar.

Agora, digo o seguinte: caso haja negativa, que as informações não cheguem, aí sim, é necessário fazer uma discussão, aprovarmos legalmente com tudo o que precisamos, fazendo uma discussão aprofundada.

Se o objetivo são as informações, acredito que elas podem ser encaminhadas através do Líder do Governo. Se o objetivo do pedido de informações é para falar para a imprensa, é para desgastar o governo, encaminho votando contra.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação.

Solicito a todos os Srs. Deputados que tomem assento em seus lugares e nós só iniciaremos a votação depois que todos estiverem sentados.

Para evitar também que haja pedido de recontagem dos votos, faremos a votação solicitando a todos os Deputados que são favoráveis ao requerimento, que queiram levantar-se.

Vinte Srs. Deputados favoráveis ao requerimento.

Os Deputados contrários ao requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e um Srs. Deputados são contrários ao requerimento.

Está **rejeitado** o requerimento.

Requerimento nº 784, de autoria dos Srs. Deputados Valdir Rossoni, Duílio Genari, Elio Rusch e demais Srs. Deputados da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Quero encaminhar contrário, porque proponho ao Líder da Oposição entregar os documentos solicitados. Da forma como está formulado, encaminhamos contrariamente e pedimos que seja colocado em votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, não quero ser indelicado com o Deputado Romanelli, porque já lhe fiz declarações de apreço, aqui, a Sessão inteira. Mas, quem quer prestar as informações, legaliza a informação. A prova, nesta Casa,

é uma atitude bonita de transparência, é uma demonstração de quem quer esclarecer este caso. Porque o que acontece? A história é macabra, Deputado Nelson Justus. Eu disse há pouco que incorrer em erro neste momento é escrever na história do Paraná que não há transparência no governo. Por que manchar um governo por falta de informação? Por que Parlamentares que aqui sempre votaram favoráveis à transparência, não votam hoje?

Deputado Luiz, V. Exa. que me faz companhia na CCJ, jamais é nosso interesse apenas denegrir o governo. Agora, querer esclarecer não é querer denegrir. Denegrir seria se eu estivesse aqui usando um vocabulário chulo, desrespeitoso e não quisesse colaborar com o mandatário deste estado, porque eu tenho uma certeza: a cada minuto e a cada requerimento que é recusado nesta Casa, a cada momento que derrubam um requerimento destes, eu vejo os costumes do governo Jaime Lerner - do qual fui Líder - tomarem conta do governo Requião.

Por esta questão, este governo anterior, que é tão criticado, está sendo copiado. Não cometam o mesmo erro que cometemos, porque o que mais nos entristece nesta Casa é quando alguém sobe à tribuna e me acusa de ter cometido erros. Eu penso comigo: eu poderia ter refletido mais, não ter manchado uma página da história da minha vida política.

Por esta razão é que estou dizendo: por mais sério que seja um Parlamentar, não há mais alguém do governo que suba àquela tribuna e diga que este governo é transparente. Não há transparência! Por que é que eu não aceito o acordo com o Líder do Governo?

Sr. Presidente, na outra semana V. Exa. deve ter percebido que vários Parlamentares da Oposição, inclusive este Líder, aceitou o acordo para não aprovar o requerimento e receber o requerimento do Líder do Governo. Acreditei e acredito no Líder do Governo. O que aconteceu? Começou a correr a notícia de que nós apenas vendíamos para a opinião pública, que tínhamos todas as informações que queríamos. Não é verdade! Hoje está provado que não é verdade.

Por esta razão, Sr. Presidente, me socorro do Regimento Interno, peço permissão a V. Exa., que tanto fala em respeitar o “livrinho” e sei que V. Exa. vai respeitar, porque é digno do nosso voto, quando votamos em V. Exa. para Presidente. Por esta razão, peço à minha assessoria que encaminhe a V. Exa. e que esta votação seja nominal, para que fique registrado nos Anais desta Casa e nos Anais da história do Paraná, que estamos querendo colaborar com algo que foi levantado por pessoas que exercem cargos dentro da SANEPAR. Não é culpa da Oposição.

É a pergunta que faço ao Professor Luizão: será que quando o Botto de Lacerda falou das irregularidades da SANEPAR, ele quis denegrir o governo Requião? Não acredito! O dia em que o Pedro Henrique Xavier deu aquela entrevista à imprensa paranaense, será que ele quis denegrir o governo Requião ou o Governador Requião? Tenho certeza de que não.

Por esta razão, não aceito este conceito de querer denegrir. Agora, esclarecer sim. Por esta razão, encaminho a V. Exa. o pedido de votação nominal a esta questão! Obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)
Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
Sr. Presidente, pela ordem.
(Assentimento)

Desculpa, Deputado Luiz Carlos Martins.

A tentativa que faz o Líder da Oposição é única e exclusivamente protelatória de arrumar, de encontrar mais um Deputado para encontrar tempo para votação. Queria que V. Exa. aplicasse o Regimento, não utilizasse instrumento protelatório e submetesse à votação o requerimento, Exa.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)
Pela ordem, Sr. Presidente.
(Assentimento)

Sr. Presidente, apenas para esclarecer a esta Casa. Deputado Romanelli, essa questão é da maior importância até porque os colegas Deputados e Deputadas têm me questionado, a imprensa tem me questionado, a respeito de um requerimento que apresentamos, aqui, em relação à compra dos televisores. V. Exa., nosso companheiro, fez um apelo...

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)
Não é questão de ordem, Sr. Presidente!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)
Sr. Presidente, veja, não é o tema que estamos debatendo!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Perfeitamente. Deputado Luiz Carlos Martins, por gentileza, encaminhe, por favor.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)
Estou encaminhando exatamente para responder o que o Deputado Romanelli, Líder do Governo, colocou aqui, Presidente. Ele pediu voto de confiança, na época, que ele traria as informações dos televisores e nós aceitamos, tanto é que eu e o Deputado Rossoni falamos com ele, hoje, ele pediu mais alguns dias e nós concordamos. Essa é a satisfação que nós queremos dar aos Deputados e à imprensa. É preciso dar esse esclarecimento, afinal de contas, nós temos prerrogativas! Ou estamos aqui para quê?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Perfeitamente, Deputado Luiz Carlos Martins.
A Mesa recebe o requerimento de votação nominal, defere o pedido e vai proceder à chamada nominal para votação do requerimento.

Requerimento n° 820, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Rejeitado.**

Vamos colocar em votação o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, é sobre o requerimento de votação nominal.

Se não me falha a memória, e posso até estar equivocado porque estou me socorrendo do Regimento e não estou encontrando...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O requerimento tem que ser votado, Deputado Valdir Rossoni. Todo e qualquer requerimento que chegue à Mesa tem que ser votado, inclusive este. Por esta razão, o requerimento está em votação.

Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, V. Exa. tenha um pouco...

Deputado Romanelli, não perca a paciência porque só faz mal, o estresse faz mal para a saúde. Sinceramente, quero ajudar na saúde de V. Exa.

Sr. Presidente, artigo 129: *Estarão sujeitos a despacho do Presidente, independente de apoio preliminar de discussão e votação, os requerimentos verbais que solicitarem, como é o caso do artigo 4º, verificação de votação, preenchimento de vagas de comissões, informações sobre ordens de trabalho e chamada nominal para verificação de quórum.*

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. fez a questão e já respondeu a pergunta. Infelizmente, Deputado, todo e qualquer requerimento tem que ser aprovado pelo Plenário.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Foi uma tentativa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Foi uma boa tentativa.

Os Deputados favoráveis ao requerimento de votação nominal, assinado pelo Deputado Rossoni, queiram levantar-se.

Dezenove Srs. Deputados são favoráveis.

Os Deputados que forem contrários queiram levantar-se.

Vinte e dois Srs. Deputados são contrários ao requerimento.

Está rejeitado o requerimento de votação nominal.

Em votação o requerimento. Deputados que forem favoráveis...

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Não está encerrado o encaminhamento para votação ainda?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Meu prezado Deputado Elio Rusch. O encaminhamento já foi encerrado. Não vou agora rasgar o “livrinho” de vez. Já foi encerrado, estamos em processo de votação. V. Exa. sabe disso e é mais uma bela tentativa.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Respeito a decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No próximo requerimento V. Exa. pode encaminhar. Neste, não mais.

Os Deputados favoráveis ao requerimento formulado pela Bancada da Oposição, queiram levantar-se.

Vinte Srs. Deputados favoráveis ao requerimento.

Os Deputados contrários ao requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e dois Srs. Deputados contrários ao requerimento.

Está rejeitado o requerimento.

Requerimento n° 796, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É do Deputado Jocelito Canto?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sim.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Queria consultar o Deputado Jocelito. Tenho as informações, tenho as respostas aqui, Sr. Presidente. Pediria ao Deputado Jocelito, passo a ele as informações imediatamente, no sentido de informá-lo através de nota da Secretaria da Saúde, que o governo do Paraná não devolveu e não teve nenhum bloqueio no seu teto financeiro da Vigilância Sanitária, repassado pelo Ministério da Saúde. Todos os recursos repassados do governo do estado estão sendo utilizados em ações de vigilância epidemiológica, ambiental, inclusive nas ações de combate à dengue e expõe aqui, pontualmente, as informações requeridas pelo Deputado Jocelito. Se ele se sentir satisfeito, peço que retire o requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Baseado no documento que estou recebendo, retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente retirado pelo autor.

Requerimento nº 797, de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, demais Deputados. Gostaria de pedir a atenção dos senhores, pedir ao Líder da Situação, o Deputado Romanelli, vou repetir, estou convidando o Presidente Stenio Jacob e o Presidente do Conselho de Administração, Dr. Pedro Henrique Xavier. Convidando.

Ainda há pouco, o Presidente deu entrevista à CBN aqui em Curitiba e disse que está disposto a vir aqui pelo convite, para que possamos ouvi-lo e de uma vez por todas esclarecer tantas dúvidas na questão da SANEPAR. Uma empresa muito importante para o Paraná e que o povo começa a falar.

Hoje recebi vários e-mails e alguns telefonemas da importância desse momento de vir aqui o Diretor da empresa, que é uma empresa do Paraná, de todos nós paranaenses, para dirimir as dúvidas. É um convite que a Mesa está fazendo, a Assembléia, para o Presidente vir aqui e debater com os Deputados, esclarecer de forma transparente para que Deputados da Situação, Deputados da Oposição, a imprensa que está atenta a tudo o que está acontecendo, fiquem sabendo o que está acontecendo com essa questão da SANEPAR.

Sobre a questão do esgoto, que as pessoas também têm dúvidas, por que é 80%? Por que não é 90%? Por que é 70%?

Então, gostaria de pedir com humildade o apoio de todos os Deputados e em especial do nosso Líder da Situação - que está fazendo um bom trabalho - que liberasse os Deputados para votarem de acordo com as suas consciências. Todos os Deputados que receberam voto, espero aqui a transparência, espero que possamos fiscalizar, apoiar o Governo quando for para apoiar e cobrar aquilo que for de direito. E a transparência é o mínimo que podemos fazer com a população do Paraná. O Governador Roberto Requião, tenho certeza que se ele pudesse vir aqui votar, ele votaria conosco pela transparência, para convidar os Diretores a virem aqui para esclarecer todos os fatos que porventura tenhamos dúvidas.

Acredito que dessa forma estaremos todos nós ajudando o Paraná e ajudando o Governador Roberto Requião a conhecer ainda mais informações sobre a SANEPAR.

Então, o nosso pedido é um convite e por isso reitero aqui ao Líder da Situação, brilhante Deputado Romanelli, que o pedido é com relação a SANEPAR e não com relação a outra empresa. É sobre a SANEPAR, que está no momento chamando a atenção de todos os paranaenses. E essa dúvida com relação ao esgoto, que já conversei com o senhor, e tantas outras, eu gostaria de tirar aqui junto ao Presidente da empresa, mas publicamente, com os 54 Deputados podendo fazer perguntas.

Então, Sr. Presidente, agradeço aqui a oportunidade e reforço o pedido a todos os Deputados para que votemos. Apesar de ser na hora de encaminhar, vou pedir votação nominal para que o povo conheça realmente todos os Deputados a favor da transparência nesta Casa.

Obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, já propus ao jovem Deputado Douglas Fabrício que podemos marcar uma nova vinda do Presidente da SANEPAR em uma das comissões ou se for o caso aqui neste plenário, que possamos convidá-lo para poder naturalmente prestar os esclarecimentos que forem necessários. Agora, quero dizer a V. Exa. que o Governo não ficará nesta Casa emparedado, porque os requerimentos que estão sendo feitos são única e exclusivamente para gerar desgaste político.

Então, quero dizer a V. Exa., quero solicitar às nossas companheiras e companheiros, no entendimento político, até porque a nossa Bancada é composta de pessoas experientes e que têm uma longa tradição de luta pela democracia, pelas liberdades, todos nós defendemos causas comuns e sabemos que infelizmente, por trás de propósitos às vezes até bem intencionados - como os do Deputado Douglas Fabrício - escondem-se os privatistas, aqueles que gostariam de ver a nossa SANEPAR nas mãos do grupo francês que dominava a empresa. Por isso que o nosso encaminhamento em relação ao requerimento do Deputado Douglas Fabrício é pela rejeição. Podemos aqui ganhar ou perder votações, mas nunca deixarmos de lutar e ficarmos emparedados por aqueles que muitas vezes utilizam do expediente de buscar um jovem Deputado para poder tentar criar constrangimentos. Nós traremos, se for necessário e do entendimento com a Oposição, nós podemos conversar e em um entendimento trazer aqui o Presidente da SANEPAR, mas tem que ser fruto do entendimento, Exa. Por isso, opinamos e solicitamos aos companheiros e companheiras que votem pela rejeição do requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, nada pior na vida do que encaminhar algo que você está convencido que está errado. Faltam-lhe palavras, agressões surgem do seu vocabulário. Por exemplo, Deputado, ilustre Líder, se nós formos aqui falar de privatização, a escola da privatização da TELEPAR iniciou no governo Requião. Então, não vamos ficar aqui no ataque, porque senão nós temos respostas para isso: privatista.

Aí, Deputado Douglas, V. Exa. talvez não tenha percebido uma ofensa a V. Exa. que é um jovem Parlamentar que chega a esta Casa com a determinação de exercer a sua função. Ele disse, Deputado Douglas, e eu sou uma pessoa que percebe nas palavras as intenções, ele disse que a Oposição foi buscar em um Deputado de Oposição, jovem Parlamentar, para usá-lo para convidar o Presidente da SANEPAR. Eu quero que V. Exa. depois

dê um depoimento do que aconteceu na Sessão de ontem: o Deputado Douglas subiu àquela tribuna e não sabia que eu tinha a apólice fraudada aceita pela SANEPAR. Não sabia. Subiu e fez o convite. Eu disse: Douglas, parece que nós temos transmissão de pensamento, eu estou com o mesmo assunto aqui para ser tratado no meu pronunciamento. Aí vem o Líder do Governo, porque ele não está convicto da defesa de que não deve ter transparência, e parte.

Veja o seguinte, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. me desse um minuto de atenção no seguinte termo: eu vi ontem aqui o Deputado Romanelli reclamando que quando ele fala, as pessoas não deixam ele pensar, porque desconcentram-no por falarem alto. O Deputado Romanelli, neste momento, está aqui tendo um estresse e falando alto, não me deixando aqui raciocinar, tenho dificuldades porque V. Exa. fala alto, é deselegante no seu encaminhamento com os Parlamentares de Oposição. E eu peço, no mesmo sentido, Sr. Presidente, que foi pedido pelo Deputado Romanelli no dia de ontem, que me deixem aqui encaminhando a situação com o mesmo respeito que eu mantive sentado naquela cadeira, em silêncio, prestando atenção mesmo discordando. Agora, nós não podemos ter histeria aqui, porque isso causa mal à saúde.

A saúde do Paraná, Sr. Presidente, vai mal. Inclusive, Deputado Romanelli, vai preparando o documento, porque daqui a uns dias nós vamos tratar de que o Governador proibiu a Secretaria de fazer compras sem a sua autorização. Por que o Governador proibiu? Por que o Governador proibiu, Deputado Douglas? Porque passa pela cabeça do Sr. Governador que lá na Secretaria tem indícios de irregularidades na compra de medicamentos. Nós vamos tratar disso. Por essa razão, Deputado Romanelli, pode nos taxar de tudo, mas jamais, Sr. Presidente, de omissos.

E por essa razão, Deputado Douglas, V. Exa. continue com essa mesma vontade que V. Exa. está mostrando. Nós não queremos usá-lo, queremos que V. Exa., e eu disse em uma reunião da Bancada de Oposição, Sr. Presidente, nos reunimos ali em meia dúzia. Alguns Parlamentares, não conhecendo o que era Oposição, disseram: mas nós temos que manter uma linha! Não existe linha, Sr. Presidente, você não obriga Deputados a votarem contra a sua consciência. Eu disse: não, aqui ninguém tem obrigação de votar com a Oposição - o que cada um tem obrigação é examinar a sua consciência e tomar uma decisão - se for favorável ao nosso entendimento, ficaremos felizes, mas se não for favorável numa questão ou noutra, não ficaremos tristes porque o Parlamentar, se há algo que ele tem, é independência.

Por esta razão, Sr. Presidente, peço aos Srs. Parlamentares: vamos votar este requerimento. Olha, Sr. Presidente, eu acho, salvo eu esteja equivocado, se eu convidar V. Exa. para ir à minha casa, V. Exa. poderá até não ir porque tem um outro compromisso, mas V. Exa. se sen-

tirá honrado por ser convidado para ir ao seio da minha família.

O Presidente da SANEPAR, como funcionário público que é, como servidor público que é, como homem que recebe o seu salário com o suor dos paranaenses, ao receber o convite desta Casa e não aceitar, é um desrespeito ao Poder Legislativo - ele desrespeita o Poder Legislativo - e se for derrubado este requerimento na segunda-feira, porque amanhã não estarei aqui, eu vou entrar com um requerimento, e regimentalmente estou correto, eu vou entrar com requerimento, Sr. Presidente, desconvidando o Presidente da SANEPAR a vir a esta Casa, enquanto Deus quiser que eu seja Deputado, porque é uma descortesia. A educação com que está sendo encaminhado o requerimento - não é convocação, é convite - ele vem no dia que ele quiser, no horário que ele quiser, é uma coisa com muito respeito que o Deputado Douglas encaminhou e de repente você vê esse procedimento!

Deputado Romanelli, hoje eu vou um pouco triste com V. Exa. Não fique me atacando pelas minhas posições, não fique me atacando e jamais vou atacá-lo pela sua posição, mas uma coisa é importante: a independência do Parlamentar, e aqui eu vou brigar e lutar até o último enquanto eu puder e tiver força.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, quero fazer algumas ponderações e até tentar com isto acalmar um pouco os ânimos da Oposição e também da Situação. Quero dizer que, claro que eu voto, eu sou disciplinado, voto de acordo com a liderança do meu partido, Liderança do Governo, e vai ser assim a minha conduta aqui na Casa. Quando fui Líder eu sempre tentei que a base votasse conosco e graças a Deus fomos atendidos, mas quero voltar àquela frase que V. Exa. pronunciou há poucos dias atrás: nós precisamos evitar os exageros. Eu confesso a V. Exa. que estou preocupadíssimo que daqui a pouco esta Casa vai se concentrar no radicalismo. De um lado a Oposição requerendo tudo. De outro lado a Situação barrando tudo. Não é este o papel! E quero dizer ao meu Líder, Deputado Romanelli, com todo o respeito, que se destaca com uma boa liderança, e eu quero, estou aqui para ajudá-lo - em épocas passadas, no ano passado, mais recente, teve um impasse como este com relação a COPEL - eu vim à tribuna e solicitei que convidaria a COPEL para vir aqui à Assembléia dar uma explicação, uma resposta aos Deputados. A COPEL veio aqui e acabou o impasse.

Então, é muito melhor nos conduzirmos na forma de entendimento e vou dizer, agora, francamente, o que penso e quero que minhas palavras não sirvam para o voto de ninguém, mas eu também não vejo por que barrar um simples convite. É um convite, me desculpe meu prezado e grande amigo Romanelli, Deputado do meu partido, eu vou votar, lógico, de acordo com a indicação

dele, mas se nós começarmos aqui a barrar até convite, daqui a alguns dias vai travar toda esta Casa, só ficando discussão de faz requerimento e barra requerimento.

Quero ponderar isso para que não se tome esse caminho e nós sermos rebaixados perante a opinião pública.

Obrigado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, qual é o prazo que um Deputado tem para encaminhar uma matéria?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Cinco minutos cada Deputado.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Pelo que eu estou observando, V. Exa. está com problemas, o relógio não está funcionando. V. Exa. está usando o seu relógio? Presidente, quando aquele relógio está funcionando, o Deputado que está aqui consegue controlar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ninguém ultrapassou os cinco minutos, mas nós vamos ligar o relógio.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, eu vejo o seguinte: se é um convite, por que nós temos que apresentar um requerimento e criar toda essa polêmica? Se o objetivo é ter os Diretores da SANEPAR aqui, nós poderemos simplesmente formular um convite, chamar o Diretor da SANEPAR aqui para esclarecer, para tirar dúvidas, porque esse é o nosso objetivo. Agora, caso ele se recuse a vir, aí não é convite que temos que aprovar, temos que aprovar convocação. Agora, um simples convite, não vejo o porquê de toda essa polêmica.

Acho que não precisaríamos encaminhar dessa forma, justamente para criar este conflito desnecessário. Não vejo porque temos que votar, por isso encaminho contrariamente. Podemos encaminhar o convite sem ter que passar por este conflito.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, só uma sugestão, já que estamos modificando o Regimento, acredito que nós poderíamos fazer com que todos esses requerimento que são encaminhados, discutidos aqui no Plenário, todos eles tivessem votação nominal.

Acho que o povo do Paraná agradecerá.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço a sugestão de V. Exa., mas não cabe a sua questão de ordem.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vejo que apesar de ser o primeiro mandato, o Professor Luizão está muito habilitado. A sua proposição realmente pode ser boa para a Bancada da Situação, mas não vamos entrar aqui no canto da sereia, porque é regimental que o Parlamentar faça o requerimento convidando Diretores e Secretários a virem ao Plenário desta Casa para expressar ou explicitar temas que possam estar no contexto da sociedade como nebuloso.

V. Exa., com certeza, tem ainda na sua memória registrado quantos e quantos episódios, discussões travadas nesta Casa no governo anterior ao governo Requião, e o Deputado Valdir Rossoni era o seu Líder. A Oposição criava fatos no sentido de convocar Secretários para virem a esta Casa. De uma forma muito educada o Líder do Governo, na época Valdir Rossoni, no entendimento, trouxe a esta Casa e eu me lembro perfeitamente, o Deputado Dobrandino acabou aqui de fazer também uma referência a vinda dos Diretores da COPEL do governo Requião, como veio aqui no passado o Secretário Ingo, trazido a convite a esta Casa para prestar esclarecimentos do governo Jaime Lerner. Não há motivo nenhum para criarmos todo este alarde com relação a dificultarmos a vinda, aqui, principalmente num caso que está estarecendo o Paraná, este caso da PAVIBRAS, este caso que envolve a SANEPAR em coisas nebulosas, mal explicadas, denúncias formuladas e feitas pela própria equipe do Governo, é o fogo inimigo atacando.

E nós, Srs. Deputados, temos que ficar felizes porque a Oposição que deveria exercer esse papel está aqui, exatamente prestando um serviço ao Governador Requião, porque os seus amigos o denunciam. Por isso, quero crer que se o Governo Requião, que se diz um governo sério, honrado, decente, apregoa no Brasil que é o governo mais decente deste país, não deveria criar dificuldades, não deveria criar embaraços para que aqui viesse o Presidente da SANEPAR trazer as devidas explicações.

O Deputados Douglas, Deputado de primeiro mandato, mas de uma experiência vasta no mundo político, com certeza não vai entrar no canto da sereia, não. Acho que devemos discutir e num entendimento, num compromisso de palavra assumido aqui pelo Líder do Governo, se disser neste momento aqui, de viva voz que se compromete e marque a data para o presidente da SANEPAR, não tenho dúvida de que o Deputado Douglas retira o seu requerimento. Mas quero crer que isso não vai acontecer, porque o Governo não quer esclarecer as dúvidas que estão acontecendo dentro da SANEPAR, não tem o menor interesse, porque não é apenas a SANEPAR. É um governo corrompido, corrompido por denúncias e mais denúncias que estão surgindo no dia-a-dia em todas as suas Secretarias. É na Secretaria do Trabalho, é na Secretaria de Obras.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sr. Deputado, solicito a V. Exa. que se atenha exclusivamente ao tema do requerimento, que é o convite aos Secretários Pedro Henrique Xavier e Stenio Jacob.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Com o devido respeito a V. Exa., salvo melhor juízo, quero crer que quando se faz um encaminhamento com relação a uma denúncia nós podemos inserir no contexto tudo aquilo que está acontecendo dentro do governo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Traiano, não se trata de nenhuma denúncia, trata-se de um requerimento apostado pelo Deputado Fabrício.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

O requerimento é fruto de uma denúncia.
Essa é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O requerimento é um convite...

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Entendo perfeitamente, mas o requerimento está sendo feito em função de uma denúncia. Estamos encaminhando aqui um requerimento baseado em uma denúncia. Portanto, tenho o direito e o amparo legal para fazer a defesa da forma como bem entendo.

Por isso, gostaria de contar com a compreensão, a aquiescência de V. Exa. que é um homem de uma experiência larga no Legislativo, um debatedor, profundo conhecedor da causa do Parlamento, quero crer que V. Exa. não vai me contrariar neste momento.

Espero que os Srs. Parlamentares realmente acompanhem a votação, aqueles que se julguem realmente, com o devido respeito, fiscalizadores do governo, que não tenham medo do Governador Requião, que não tenham medo da pressão exercida aqui pela liderança, por outros Srs. Parlamentares, deixem à vontade para que possamos esclarecer esses fatos tão nebulosos que envergonham o Governador Requião. Não tenho a menor dúvida.

Sr. Presidente, em respeito a V. Exa. que está com pressa, vou encerrar.

Muito obrigado. V. Exa. foi generoso comigo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Elio Rusch. V. Exa. é o último Deputado a encaminhar o requerimento.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu conheci o Douglas Fabrício bem antes de ser Deputado. Conheci-o quando foi candidato a Deputado

Federal, quando foi candidato na sua cidade, Campo Mourão e perdeu por 200 votos. Conheci o Douglas Fabrício como consultor do SEBRAE e ouvi falar dele como professor universitário. Por esta razão, Deputado Romanelli, com todo o respeito que devoto a V. Exa. como Líder do Governo, não servem e não se aplicam as palavras proferidas por V. Exa. no encaminhamento deste requerimento, em relação à pessoa do Douglas Fabrício, Deputado Estadual do Paraná.

Douglas Fabrício encaminhou ontem, da forma mais elegante e mais respeitosa possível, o requerimento que iria apresentar em relação ao convite. Desta tribuna, Douglas Fabrício disse respeitosamente e com toda a educação: “nós queremos convidar o Presidente da SANEPAR para que venha aqui à Assembléia Legislativa, fazer os esclarecimentos necessários em relação às denúncias existentes”. Até hoje ninguém sabe, Sr. Presidente, se as denúncias são verdadeiras ou não.

Agora, quem as fez quem trouxe essas denúncias à opinião pública, não foram os Deputados da Oposição, muito menos Douglas Fabrício. Quem trouxe essas denúncias e levou ao conhecimento do público através da imprensa, foi o Presidente do Conselho, Pedro Henrique Xavier. Quem fez considerações em relação às possíveis irregularidades na SANEPAR, foi o ex-Procurador-Geral do Estado do Paraná, Sérgio Botto de Lacerda.

Srs. Deputados, em especial Deputado Professor Luizão a quem eu respeito, como respeito todos os Deputados: V. Exa. disse que votaria a favor de um requerimento, desde que ele não tivesse objetivos políticos de denegrir a imagem do Governador. São duas formas de o Parlamento ter os esclarecimentos necessários: através da convocação de um agente público, político do governo, ou através do convite. Mais educados do que nós fomos em relação a esse assunto, impossível. Não somos nós que estamos polemizando. Quem está polemizando é exatamente o Líder do Governo e aí cabe uma ressalva.

Deputado Dobrandino, V. Exa. foi Líder do Governo. Sempre que possível, houve o entendimento. Quando nós pedíamos a convocação, V. Exa. dizia: “transforme em convite e nós vamos aprovar”, e foi assim que nós procedemos inúmeras vezes. “Mudem uma certa palavra e vamos aprovar”. Fizemos isso. Hoje não, Srs. Deputados, veja em que situação nós nos encontramos. O Líder do Governo quer pautar os trabalhos da Assembléia. O Líder do Governo quer pautar o trabalho da Oposição. O Deputado Luiz Claudio Romanelli quer dizer o que é que nós precisamos fazer.

Ora, se nós queremos esclarecer esses fatos, se faz necessário que venha a este Parlamento, que venha aqui no plenário o Presidente da SANEPAR, a quem eu respeito. Tenho certeza que ele poderá trazer argumentos que possam convencer os Deputados da Oposição.

Seria esse o encaminhamento, embora entendo, pelo artigo 171, que tenho 10 minutos no encaminhamento da votação. Só falei 5 minutos. A questão já foi

exaustivamente discutida, mas cabe a cada Parlamentar 10 minutos de encaminhamento de qualquer votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

V. Exa. está coberto de razão. O artigo 171 reza que são 10 minutos.

Está em votação o requerimento do Deputado Douglas Fabrício que convida os Srs. Stênio Jacob e Pedro Henrique Xavier a comparecerem a esta Casa de Leis. Solicito aos Srs. Deputados que tomem assento aos seus lugares para iniciar a votação.

Vinte Srs. Deputados aprovam.

Dezenove Srs. Deputados rejeitam.

Está aprovado o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Gostaria que V. Exa. nos avisasse antecipadamente, com uns 3 ou 4 dias, porque queremos demonstrar o respeito e a educação que exercemos nesta função pública.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento nº 802, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 805, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 763, de autoria do Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pela autora.**

Requerimento nº 811, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 814, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 815, de autoria do Sr. Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sobre este tema gostaria de encaminhar a resposta, se for possível, ao Deputado Osmar Bertoldi, porque liguei ainda durante a Sessão para o Secretário da Saúde e o mesmo informou que ele compareceu no ano passado para poder prestar aqui na Casa, na Audiência Pública, as informações, relatórios e os esclarecimentos que são advindos do artigo 12 da Lei nº 8689.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas para contribuir com o discurso e o requerimento do Deputado Osmar Bertoldi, nós já conversamos com o Secretário Xavier e pré-agendamos uma data.

Depois ficamos de agendar uma nova data para a semana que vem. Eu não tenho aqui o dia que foi agendado, mas tenho certeza que já existe uma data firmada para a vinda do Secretário Xavier a esta Casa.

Por esta razão eu consulto o Deputado Osmar Bertoldi se retira o requerimento, até porque ele torna-se inócuo já que está marcada a data.

O SR. OSMAR BERTOLDI (**Democratas**) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, dentro da afirmativa do Presidente da Casa e do Líder do Governo de que será cumprida a legislação federal, eu retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente **retirado**, até porque V. Exa. já tinha solicitado na tribuna a presença do Secretário. No mesmo dia nós entramos em contato com o Secretário Xavier. Ele já se predispôs a estar aqui na Casa.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de convidar os colegas, para quarta-feira da semana que vem, participarem de um churrasco, na churrascaria ao lado do Coxa, aonde nós iremos mostrar o projeto de construção do novo Pinheirão, que será o novo estádio do Coxa.

Amanhã farei o convite formalmente, só quero anunciar que estão todos convidados para conhecer o projeto.

Quero agradecer a formação da Bancada Coxa Branca que conta com mais de 20 integrantes desta Casa. Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Está sendo constituída a Frente Parlamentar Atlética e nós agradecemos, mas rejeitamos o convite feito pelo Deputado Stephanes Júnior.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado e rejeitado.

Requerimento nº 818, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 782, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

A Deputada Cida Borghetti encaminha ao Ministro da Justiça manifestação da Associação dos Magistrados e Promotores. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (**Democratas**) (**Pela Ordem**)

Consulto à presidência da Casa, se já recebeu os documentos que nós pedimos no dia da Audiência

Pública, do Secretário da Fazenda? Já vai para três semanas, que nós pedimos os documentos. Acho que é um desrespeito com o Poder Legislativo. Foi uma Audiência Pública, nós respeitamos o Diretor Geral da Secretaria da Fazenda, Nestor Bueno, nós solicitamos os documentos para ele. Ele ficou de enviar para nós e até hoje não recebemos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência vai encarecer ao Secretário da Fazenda, que por gentileza atenda o requerimento de V. Exa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 12, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 141, 156 e 161/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 086/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 076 e 118/07 e do Projeto de Resolução nº 007/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Ata de Comissão

Obras Públicas, Transportes e Comunicação

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 069/07, de autoria do Deputado Francisco Bühner. Relator: Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 070/07, de autoria do Deputado Francisco Bühner. Relator: Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 120/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Relator: Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Lei nº 135/07, de autoria do Deputado Reni Pereira. Relator: Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

